

UFRRJ
INSITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**ESCOLAS DO CAMPO, MEMÓRIAS, PAISAGEM
GEOGRÁFICA EM NOVA IGUAÇU E RESERVA BIOLÓGICA
DE TINGUÁ.**

CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA DO SACRAMENTO

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ESCOLAS DO CAMPO, MEMÓRIAS, PAISAGEM GEOGRÁFICA EM
NOVA IGUAÇU E RESERVA BIOLÓGICA DE TINGUÁ.**

CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA DO SACRAMENTO
Sob Orientação da Professora
Dra. Marília Lopes de Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração Educação Agrícola

**Seropédica - RJ
2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S123e SACRAMENTO, CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA DO, 1981-
ESCOLAS DO CAMPO, MEMÓRIAS, PAISAGEM GEOGRÁFICA EM
NOVA IGUAÇU E RESERVA BIOLÓGICA DE TINGUÁ / CLODOALDO
FERREIRA DE OLIVEIRA DO SACRAMENTO. - 2018.
95 f. : il.

Orientadora: Marília Lopes de Campos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2018.

1. Educação do Campo. 2. Memória. 3. Paisagem
Geográfica. 4. Tinguá. 5. Nova Iguaçu. I. Campos,
Marília Lopes de, 1964-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

CLODOALDO FERREIRA DE OLIVEIRA DO SACRAMENTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/12/2018.

Marília Lopes de Campos, Dra. UFRRJ

Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

Rosilda Nascimento Benacchio, Dra. UFF

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Jorge de Oliveira (*em memória*) e Adalgisa Maria Ferreira de Oliveira que eu tanto amo e que se esforçaram ao máximo para que eu me formasse professor.

À minha companheira de luta e esposa, a quem amo muito, Vanessa do Sacramento.

Aos meus queridíssimos irmãos Jorge Luis Ferreira de Oliveira e Alexandre Ferreira de Oliveira.

À minha querida sogra Mariluce Florenço, as minhas tias Maraci Florenço e Vera Florenço e ao tio Rozil Ignácio (*em memória*).

Aos amigos Fernando Marques e Chrissie Lobato que ajudaram na construção desta pesquisa.

Aos companheiros que contribuíram com as entrevistas e com inúmeras fontes João Pereira Sena, Patrícia Tortelote e Suzana Ferreira.

Aos amigos de longa data Afrânio Gonçalves, Pedro Gonçalves, Maurício Montojos e Marcelo (Magrinho).

Aos grandes amigos da turma da Demanda Social 2016.

Aos professores do PPGEA, em especial aos professores Ramofly, Jorge e Sandra.

Aos companheiros do Grupo de Estudos: Currículo, cultura e Pesquisa, em especial aos professores Leandro (IM-UFRRJ) e Rosilda (UFF-Angra).

Aos companheiros militantes do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), do bairro Vila Operária – NI, em especial ao amigo (irmão) Renato dos Santos.

Ao professor Lacerda do Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu.

E um agradecimento mais que especial à minha orientadora professora Marília Lopes de Campos pela paciência e por me ensinar que a pesquisa se faz no campo através da vivência.

RESUMO

SACRAMENTO, Clodoaldo Ferreira de Oliveira do. **Escolas do campo, memórias, paisagem geográfica em Nova Iguaçu e reserva biológica de Tinguá.** 2018. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

A preservação da Memória cultural no Brasil é um tema bastante complexo, pois demanda uma série de fatores, interesses, agentes (públicos e privados) entre outros. Neste sentido, a rememoração configura-se num aspecto relevante, pois traz à tona os saberes culturais dos oprimidos, historicamente, silenciados pela a cultura hegemônica dos opressores. Tais aspectos que denotam estas disputas mnemônicas são perceptíveis em diversos espaços: políticos, econômicos, socioculturais e geográficos. Frente a este processo, as escolas do campo configuram-se em espaços de resistência, na medida em que, para sobreviverem, torna-se *sine qua non* a busca incansável pela rememoração, preservação e continuidade cultural dos seus sujeitos, a partir dos aspectos metodológicos da Educação do Campo. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo compreender, através do estudo de parte da memória da Escola Municipal Vale do Tinguá, unidade de ensino da rede do município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, a importância da Educação do Campo para os sujeitos da comunidade da região de Tinguá. Pelo fato de estar localizada nas proximidades da Reserva Biológica de mesmo nome, região documentalente essencial para processo de formação histórica do Brasil, foi abordado, também, como base teórica, o conceito de Paisagem Geográfica o qual apresenta a importância da interação entre os aspectos fisionômicos e naturais com os aspectos historicossociais. O estudo foi realizado através do levantamento documental, iconográfico, bibliográfico e de história oral sobre a referida escola, a cidade de Nova Iguaçu e o contexto da Educação do Campo no Brasil. Além disso, contribuíram na elaboração do estudo, entrevistas de sujeitos que participaram ativamente da construção histórica tanto da escola quanto do município. Por fim, os conceitos de Memória e Paisagem Geográfica contribuíram no sentido de propor uma reflexão sobre a importância do resgate, da valorização e da manutenção dos saberes dos atores do meio rural a partir da perspectiva holística da Educação do Campo, pois por se configurar num campo epistemológico enriquecido de saberes populares, tais conhecimentos propiciam um maior sentido aos seus sujeitos, por cingir a realidade do meio em que vivem, contrariando e resistindo o sistema urbanoeducacional do grande capital que busca soterrar a cultura tradicional campesina através da padronização curricular.

Palavras - chaves: Educação do Campo; Memória; Paisagem Geográfica; Tinguá; Nova Iguaçu.

ABSTRACT

SACRAMENTO, Clodoaldo Ferreira de Oliveira do.. **Country schools, memories, geographic landscape in Nova Iguaçu and biological reserve of Tinguá.** 2018. 95p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

The preservation of Cultural Memory in Brazil is a very complex subject, because it demands a series of factors, interests, agents (public and private), among others. In this sense, recollection is a relevant aspect, because it brings to the fore the cultural knowledge of the oppressed, historically silenced by the hegemonic culture of the oppressors. Such aspects that denote these mnemonic disputes are perceptible in several spaces: political, economic, sociocultural and geographical. Faced with this process, the rural schools are confined to spaces of resistance, since, in order to survive, it becomes sine qua non the relentless search for remembrance, preservation and cultural continuity of its subjects, from the methodological aspects of Field Education. Thus, the present research aims to understand, through the study of part of the memory of the Municipal School Vale do Tinguá, teaching unit of the network of the municipality of Nova Iguaçu, in the State of Rio de Janeiro, the importance of Field Education for subjects of the Tinguá region community. Because it is located in the vicinity of the Biological Reserve of the same name, a documentary region essential for the historical formation process of Brazil, the concept of Geographic Landscape was also approached as a theoretical basis, which presents the importance of the interaction between the physiognomic aspects natural and historical aspects. The study was carried out through a documentary, iconographic, bibliographic and oral history survey about the mentioned school, the city of Nova Iguaçu and the context of Field Education in Brazil. In addition, they contributed in the preparation of the study, interviews of subjects who participated actively in the historical construction of both the school and the municipality. Finally, the concepts of Memory and Geographic Landscape contributed to reflect on the importance of recovering, valuing and maintaining the knowledge of rural actors from the holistic perspective of Field Education. an epistemological field enriched with popular knowledge, such knowledge provides a greater sense to its subjects, by narrowing the reality of the environment in which they live, opposing and resisting the urban-educational system of the great capital that seeks to bury traditional peasant culture through curricular standardization.

Key - words: Field Education; Memory; Geographic Landscape; Tinguá; New Iguaçu.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEU – Associação Brasileira de Ensino Universitário
AIMFR - Associação Internacional das Maisons Familiaes Rurales
APA - Área de Proteção Ambiental
ASPAT - Associação dos Profissionais Agrícolas de Tinguá
CEDRI - Centro de Desenvolvimento Rural Integrado
CEFFA - Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância
CEFFAs - Centros Familiares de Formação por Alternância
CFRs - Casas Familiares Rurais
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTANG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
DISOP - Providing Oportunities
E. M. - Escola Municipal
EFA - Escola Família Agrícola
EFAs – Escolas Famílias Agrícolas
EMFRAS - Emaús Fraternidade e Solidariedade.
ENERA - Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GPT - Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IZ - Instituto de Zootecnia
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC - Licenciatura em Educação do Campo
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEB - Movimento Eclesial de Base
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MFR - Maison Familiale Rurales
MST - Trabalhadores Rurais Sem Terra
NIMA - Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente Educação Ambiental
NI – Nova Iguaçu

ONG – Organização Não Governamental
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PPP - Projeto Político Pedagógico
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes
REBio - Reserva Biológica
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEEDUC - Secretaria Estadual de Educação
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPI - Setores de Planejamento Integrado (SPI)
UC - Unidade de Conservação
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UnB - Universidade de Brasília
UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNMFRs - União das Maisons Familiares Rurais
URG - Unidade Regional de Governo
URGs - Unidades Regionais de Governo
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos principais portos da Baixada Fluminense (séculos XVIII – XIX)	30
Figura 2 – Estrada real do comércio (1811)	31
Figura 3 – Comparativo da entrada principal da fazenda São Bernardino de Mello	33
Figura 4 – Comparativo da fachada da fazenda São Bernardino de Mello	34
Figura 5 – Estação de Nova Iguaçu (século XIX)	36
Figura 6 – Jornal correio da lavoura - visita de Getúlio Vargas à Nova Iguaçu	38
Figura 7 – Vista panorâmica do centro de Nova Iguaçu – década de 1940	39
Figura 8 – Jornal Correio da Lavoura – editais de vendas de loteamentos em Nova Iguaçu..	43
Figura 9 – Vista da serra do Mendanha (1955)	44
Figura 10 – Mapa da macrorregião do estado do Rio de Janeiro	51
Figura 11 – Vista panorâmica da serra do Tinguá.....	53
Figura 12 – Mapa da área da reserva do Tinguá	54
Figura 13 – Área da Reserva Tinguá / Apa do Tinguá	55
Figura 14 – Mapa da localização das escolas do campo de Nova Iguaçu	56
Figura 15 - Sede da emfraz / CEDRI.....	63
Figura 16 - Construção da escola comunitária recanto das crianças / “escolinha do padre” ..	64
Figura 17 - Área de cultivo do sítio da “escolinha do padre”	65
Figura 18 – Atividades no Vale.....	70
Figura 19 – Tempo comunidade / visita às hortas familiares.....	73
Figura 20 – Seminários.....	81
Figura 21 – Painel cotidiano indígena	83
Figura 22 – Painel fazenda São Bernardino de Mello (I).....	84
Figura 23 – Painel fazenda São Bernardino de Mello (II).....	85
Figura 24 – Painel estação de Tinguá.....	86

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Freguesias de Iguassu / cidades atuais.....	32
Tabela 2 – Unidades regionais de governo do município de Nova Iguaçu (URGs).....	52
Tabela 3 - Número de escolas de Pedagogia da Alternância no Brasil	60
Tabela 4 – Projeto político pedagógico	71
Tabela 5 – Projeto de agroecologia	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO 1 PAISAGEM GEOGRÁFICA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO	4
1.1 O Surgimento do Conceito de Paisagem	6
1.1.1 O conceito de paisagem no Brasil	9
1.1.2 Considerações sobre o conceito de paisagem.....	10
1.2 Reflexões sobre o Conceito de Memória.....	11
1.2.1 Acerca da Memória	11
1.2.2 Memória e Oralidade	15
1.3 Sobre o Conceito de Educação do Campo.....	19
1.3.1 Um breve histórico da Educação do Campo	20
2 CAPÍTULO 2 O CONTEXTO HISTÓRICO DE NOVA IGUAÇU E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO	26
2.1 O Processo de Colonização de <i>Nova Iguaçu</i>	27
2.1.1 O cultivo canavieiro e o comércio	28
2.2 Os Caminhos de <i>Iguaçu</i>	30
2.3 A Chegada da Ferrovia e a Mudança de Sede.....	35
2.4 A citricultura.....	36
2.5 Os loteamentos	41
2.6 Os Conflitos pela Terra em Nova Iguaçu	45
3 CAPÍTULO 3 ESCOLA E O VALE DO TINGUÁ.....	50
3.1 Conhecendo Tinguá.....	50
3.2 Conhecendo a Pedagogia da Alternância	57
3.3 Histórico da Escola Família Agrícola no Brasil	59
3.3.1 A educação do campo em Nova Iguaçu / EFA de Tinguá.....	61
3.3.2 A memória da “escolinha do padre”	63
3.3.3 O Vale da Alternância	66
3.4 A Municipalização e a Alternância	68
3.4.1 O fim da alternância	73
3.5 A Agroecologia e a Educação do Campo como Processos De Resistência	75
3.6 O Campo Ocupa a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu.....	78
3.7 O Vale da Memória	82
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	89
6 ANEXO.....	94
Anexo 1: Ata de presença do dia da defesa da dissertação	94

INTRODUÇÃO

Tornar-me professor foi um objetivo almejado desde a minha adolescência, quando, ainda no ensino médio, me inspirava ao assistir às aulas, principalmente as de geografia e história, e me instigava intimamente o sonho de me tornar um profissional da área da educação que conseguisse, assim como os meus o faziam, atrair a atenção dos alunos e ao mesmo tempo fazer com que os mesmos galgassem sucessos em suas vidas profissionais e sociais através da contribuição de um sujeito tão importante quanto os do magistério.

Meus irmãos e eu fomos fruto do matrimônio de um pai militar, rigoroso na forma de educar, generoso no trato familiar e paciente na hora de ensinar, com uma mãe, nordestina, retirante pernambucana, que veio tentar uma vida melhor na cidade do Rio de Janeiro, tendo poucas oportunidades para letrar-se, na medida em que o trabalho doméstico nas “casas de famílias”, historicamente, consumiam não apenas o tempo como também parte de suas forças físicas e mentais.

Neste universo, repleto de peculiaridades e com inúmeras adversidades, estudar para mim sempre foi algo prazeroso e natural, nunca uma obrigação, pois fui criado, pela sabedoria popular dos meus pais, com a certeza de que a educação liberta – tomando emprestado as palavras de Paulo Freire – e constitui-se no principal caminho para a inclusão social. Assim, segui adiante na minha formação acadêmica, ingressando no curso de licenciatura em História, nas Faculdades Integradas Simonsen, no ano de 2001, durante os anos de formação constatei que o sonho de adolescente realmente se tornaria a minha profissão.

As temáticas sobre História do Brasil me despertavam curiosidade, ao ponto de desenvolver um trabalho de pesquisa de conclusão de curso voltado para o debate sobre a escravidão. Paralelamente, atuava como professor em cursos preparatórios comunitários, onde ao mesmo tempo em que adquiria experiência e vivência em sala de aula, contribuía para a inclusão de alunos moradores de comunidades a ingressarem no ensino superior e em concursos públicos.

Na medida em que buscava me firmar ainda mais no magistério senti a necessidade de me especializar e buscar beber em novas fontes de conhecimento. Após concluir a minha graduação, em 2004, ingressei, dois anos mais tarde, no curso de pós-graduação lato-sensu em História do Brasil, da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde me apaixonei por questões relativas ao período transitório do Império para a República, em destaque para a Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que a Baixada, como é conhecida popularmente entre os cariocas, entrou na minha vida no momento em que conheci a minha atual esposa. Como moradora cidade de Nova Iguaçu, um dos municípios que compõem a região, passei a frequentar assiduamente as terras iguaçuanas durante o nosso período de namoro – oito anos para ser mais exato – onde, neste interesse ao ponto que nossa relação se estreitava, mais eu me apaixonava por ela e consecutivamente por essa cidade maravilhosa.

Conforme passavam-se os anos aumentava também a certeza de que meu destino, de alguma maneira, estava traçado em direção à Nova Iguaçu, não sei explicar, porém era como se fosse uma energia que me atraía de maneira sobrenatural, espontânea e prazerosa em direção a este lugar. A partir de 2007 uma sucessão de acontecimentos corroboraram para justificar essa força atrativa que as terras iguaçuanas exerciam sobre mim ou de certo modo o meu desejo intrínseco de viver neste lugar. Após concluir a especialização, com uma pesquisa sobre a relação da Ferrovia D. Pedro II com a cidade de Nova Iguaçu, comecei a lecionar em algumas escolas privadas tanto do município quanto em outras cidades da Baixada. Em 2010 fui aprovado no concurso da Secretaria Estadual do Estado do Rio de Janeiro iniciando, assim, no serviço público na cidade que me acolheu e passou a fazer parte de mim. Inevitavelmente a minha vida estava estabelecida na cidade dos antigos laranjais, decidi, após

dois anos, junto à minha então namorada e agora esposa, que era o momento de nos casarmos e assim Nova Iguaçu, que já constituía parte de mim, me adotou como um de seus moradores ou melhor como um de seus filhos.

Desde o momento em que conheci a cidade, por inúmeras vezes me indagava: Como o município foi criado? Por que recebeu este nome? Quais fatores explicam as desigualdades sociais existentes na localidade? Enfim como compreender a história da região onde vivo agora?

Estas e outras reflexões surgiram com o passar do tempo desde quando a frequentava, ainda durante o período da minha juventude, aumentando cada vez mais após me tornar residente. Impressionava-me ao olhar através da janela do ônibus a magnitude do Centro da cidade iguaçuana repleto de pessoas transitando em um emaranhado de ruas e prédios. O trânsito, na maioria das vezes, caótico próximo a uma linha férrea, que cortava o centro ao meio polarizando-o em duas regiões distintas, uma predominantemente comercial e outra repleta de moradias, em que a classe mais rica ostenta apartamentos e casas luxuosas, mescladas a algumas casas antigas e entrelaçadas às construções populares. Ao mesmo tempo em que a área urbana marca o município encontramos uma geografia bastante diversificada com a presença de maciços como o da Serra de Madureira, de um lado da cidade, e de outro, em contraste com a região central, observava região da Serra de Tinguá.

Imediatamente, ao visitar uma área tão bela e exuberante, como a do Tinguá, diversas reflexões pairavam em minha mente: Estou mesmo em Nova Iguaçu? Como é possível esta região ser tão diferente da região central? Como pode o clima ser tão peculiar? O que explica a sensação da relação entre tempo e espaço serem outros? Sendo assim, passei a visitar com mais frequência a localidade a ponto de perceber algumas de suas especificidades. Percebi que se tratava de uma região rica de memória e que esta estava diretamente relacionada com a história do próprio município, bem como a história política e econômica do Brasil.

A maneira com que os moradores de se relacionavam com o próprio logradouro também causava-me curiosidade. Os pequenos agricultores, os inúmeros sítios, as cachoeiras, as ruas e estradas de terra e de pedra, muitas delas resquícios do período colonial, as ruínas, como as da fazenda São Bernardino de Mello, o cemitérios dos escravos, as escolas do campo, entre outros aspectos, fizeram-me perceber que tratava-se de uma região riquíssima não só concernente à natureza, mas também em relação a história.

Numa aula introdutória sobre o período da comercialização no Brasil, durante o século XIX, surgiu a ideia de relacionar a região da Baixada Fluminense, em especial o município de Nova Iguaçu, com o recorte citado. Surpreendentemente, os alunos, com olhar, ao mesmo tempo, de espanto e fascínio, intrigaram-se ao perceber, no decorrer da aula, que o município, ao qual residiam, foi fundamental para o desenvolvimento politicoeconômico do país, entre os séculos XIX e XX.

Desta maneira, surgiram, timidamente, relatos dos jovens sobre algumas histórias que ouviram falar, em algum momento de suas vidas, sobre “uma fazenda antiga na estrada que leva à Tinguá”, “de um cemitério de escravos”, de “rios antigos”, “árvores gigantescas”, “plantações de aipim”, “laranjais”, “loteamentos” entre outras lembranças.

No intuito de aprofundar tais reflexões propus uma visita à região de Tinguá, onde relacionamos o momento da sala de aula com as memórias dos alunos. Seguindo os conceitos sobre memória e oralidade, a atividade sinalizou-me que a falta de experiência com a história da cidade tornava-se um fator relevante para o desconhecimento, associado ao desinteresse de parte significativa da sociedade iguaçuana, entre eles o poder público, produzem, e ainda produzem, como consequência um empobrecimento não só da região como dos próprios cidadãos. Nesta perspectiva, compreendi que revisitar parte desta memória local exerceria, ao meu ver, uma função relevante para a valorização não só do município como de seus habitantes.

Decidi avançar para além da minha formação acadêmica e concorrer a uma vaga de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) na Universidade Federal Rural Fluminense (UFRRJ), no município de Seropédica, com uma pesquisa voltada para a análise investigativa dos saberes das escolas do campo de Nova Iguaçu. Fui aprovado, em 2016, com o pré-projeto referente ao estudo da memória da Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá.

“Escolas do Campo: Memórias, Paisagem Geográfica em Nova Iguaçu e Reserva de Tinguá” tem como objetivo estabelecer uma rememoração, das Escolas do Campo do município de Nova Iguaçu, a partir da escola citada, abordando também a análise e a compreensão da Paisagem Geográfica do entorno das ruínas da Reserva Biológica de Tinguá.

No primeiro capítulo desta pesquisa estabeleceremos um debate sobre os conceitos de Paisagem Geográfica, Memória e Educação do Campo. A proposta desta primeira etapa é levar o leitor à compreensão destes marcos conceituais, a partir do diálogo com autores que os discutem, de acordo com as suas temáticas, ao ponto de fomentar uma bagagem de ideias e reflexões acerca dos referidos campos de saberes.

O segundo capítulo abordará, de maneira mais específica, a construção histórica da cidade de Nova Iguaçu, traçando um paralelo entre a atual região central e a região de Tinguá. Nesta parte buscaremos compreender, de maneira sucinta, a história da cidade tendo como vértice a análise da memória, relacionada à paisagem dando enfoque a análise de fontes documentais (jornais e bibliografias), de fontes orais (entrevistas) e iconográficas (imagens, painéis e fotografias). O objetivo é o de levar o leitor a uma viagem pela historicidade da denominada cidade perfume, alusão aos antigos laranjais, associando diretamente à relação da paisagem geográfica iguaçuana com os trabalhadores do campo e a sua incessante busca pelo estabelecimento de uma educação de qualidade.

No último capítulo focaremos a leitura na análise da região de Tinguá e da E. M. de Agroecologia Vale do Tinguá, propriamente ditos. O foco neste momento será o mergulho na memória da história da escola, através da atuação dos seus sujeitos, a sua relação com a Paisagem Geográfica a qual a denomina e a importância do sentido da Educação do Campo para a comunidade local.

Por fim, a presente dissertação foi construída sob a ótica dos atores do campo e suas tradições. Valorizar esses saberes significa valorizar a contínua luta desses sujeitos pela manutenção dos seus hábitos, costumes e práticas. Por isso, desenvolver pesquisas voltadas ao distinto campo de saber consiste na manutenção cultural desses povos cabendo assim à Educação do Campo, como área de conhecimento, em conjunto com as diferentes áreas científicas, um papel fundamental de subsidiar a relevância da educação popular. Como bom iguaçuano, não de nascimento, mas, de coração convido-os a embarcar nesta viagem instigante.

1 CAPÍTULO 1

PAISAGEM GEOGRÁFICA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para início de conversa, esta pesquisa tem, entre outros objetivos, estabelecer uma reflexão sobre a interrelação de três conceitos do universo das Ciências Sociais são eles: a Memória, a Paisagem Geográfica, e a Educação do Campo. A ideia central do estudo é o de promover um diálogo destes marcos conceituais com o objeto da investigação, ou seja, os sujeitos (comunidade) da Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá¹. A proposta deste primeiro capítulo gira em torno do debate sobre as referidas conceituações de modo a refletir sobre o trato dos agentes do campo com as correntes de pensamentos do universo das ciências sociais, como a História e a Geografia, no intuito de desenvolver novas interpretações concernentes a luta por uma Educação do Campo de qualidade.

Neste primeiro momento abriremos a discussão sobre um conceito bastante instigante, complexo e ao mesmo tempo controverso que é a Paisagem Geográfica, pois, abarca uma gama de interpretações devido ao alto grau de implicações, uma vez que, dentro da sua esfera interpretativa há a necessidade de se buscar uma compreensão ou correlação de diversos elementos que configuram um determinado setor ou recorte de um fragmento da superfície terrestre. Portanto, é indispensável, dentro desta metodologia, que a paisagem seja entendida como o conjunto dos elementos da natureza capazes de serem observados a partir de um referencial os quais possibilitem definir as diversas formas resultantes da associação do ser humano com os múltiplos princípios naturais.

Entre os debates sobre a paisagem é comum estabelecer uma diferenciação, de maneira reducionista, entre paisagem natural e paisagem geográfica. A paisagem natural está diretamente associada à combinação de elementos como solo, terreno, vegetação, rios, lagos entre outros aspectos da natureza, enquanto a paisagem geográfica, de maneira genérica, abrange todas as modificações feitas pelo homem tanto no meio urbano, quanto no meio rural. De certa maneira, este modo de interpretação da paisagem geográfica acaba limitando a compreensão de um determinado recorte temporal uma vez que despreza um aprofundamento de reflexões referentes à interação do homem com a natureza. Sobre esse tema Schier (2003, p. 80) afirma:

De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto de elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos.

Ainda nesta perspectiva observa-se, a importância de se buscar, a todo o momento, esse envolvimento entre a natureza e as ações humanas, no intuito de se alcançar uma interpretação diante da diversidade conceitual que circunda o universo do conceito. Para o geógrafo francês, Georges Bertrand (1971, p.2) a natureza e o homem interagem de maneira homogênea formando uma unidade de um mesmo espaço.

¹ A escola está localizada em Tinguá, bairro situado no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Esta região teve grande importância durante o século XIX, pois era responsável pelo o trânsito comercial de diversos produtos do interior para a capital imperial.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos, físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Fica evidente que todos os fenômenos que compõem uma determinada paisagem tornam-se elementos imprescindíveis, pois trazem consigo princípios imersos de significados capazes de fornecer um universo de interpretações sobre um dado período e/ou acontecimento, por isso, o estudo da Paisagem Geográfica tem sua importância pelo fato de revelar com que grau de intensidade o homem, como sujeito de transformação, atua na natureza alterando-a, ou seja, configurando a Paisagem Natural em conformidade com seus interesses apropriando-se dela e a dinamizando, em uma lógica interacionista entre os elementos naturais, a natureza propriamente dita, e os elementos antrópicos². O geógrafo Carl Sauer (1998, p.42) destaca como essencial para o entendimento da paisagem essa relação entre tempo, referente à ação humana, e espaço, no que diz respeito à paisagem natural a ser modificada.

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental.

Cabe ressaltar que segundo o autor, essa relação entre homem e natureza, que faz parte do estudo da paisagem, deve ser bem definida ao observar-se a diferença entre a paisagem natural, que não recebe a ação do homem, e paisagem geográfica, que compreende uma gama de transformações, na qual terminologicamente define como corológica³, no intuito de expressar a interação entre os diversos seres e sujeitos que compõem a paisagem a ser investigada.

Desta maneira, a paisagem pode ser entendida como um efeito da interação entre os elementos naturais com a ação humana em um determinado local dentro de um período de tempo. Esses elementos podem ser capazes de fornecer ao pesquisador recursos substanciais a ponto proporcionar a emergência de uma gama de análises e reflexões com a finalidade de compreender um determinado evento. Corroborando com isso, Maximiliano (2004, p.89) afirma:

Assim, como objeto do interesse da pesquisa, a paisagem pode ser entendida como o produto das interações entre elementos de origem natural e humana, em um determinado espaço. Estes elementos de paisagem organizam-se de maneira dinâmica, ao longo do tempo e do espaço. Resultam daí feições e condições também dinâmicas, diferenciadas ou repetidas, o que permite uma classificação, ao agrupar-se os arranjos similares, separando-os dos diferentes. No todo, forma-se um mosaico articulado. Este processo poderá ser tão detalhado ou amplo, quanto interesse ao observador.

Estudar a relação entre natureza e sociedade, no que diz respeito à ação humana, tendo como base conceitual a análise da paisagem denota-se num viés de extrema relevância, pois através dela é possível compreender, em parte, a complexidade das interações inerentes de um

² Resultantes da ação humana.

³ Ciência que estuda a distribuição geográfica dos organismos vivos.

determinado momento do processo, não só geográfico como também, historicissocial da humanidade, resultante da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. A paisagem traz à tona a história da comunidade (urbana, rural, quilombola, ribeirinha entre outras) que se estabelece em um determinado lugar, a qual, sempre que possível, deve ser discutida, interpretada e registrada.

1.1 O Surgimento do Conceito de Paisagem

Mesmo antes da elaboração de um conceito propriamente dito, a ideia de paisagem pairava sobre o imaginário da memória do ser humano, mesmo que de maneira inconsciente e não intencional, já existia um olhar de observação nas sociedades através artes, evidenciadas em diversas culturas, a necessidade de simbolizar elementos que permeavam o seu cotidiano, como o desenho de animais selvagens e/ou domesticados, os rios ou uma cadeia montanhosa, por exemplo. A respeito da paisagem, estas manifestações artísticas, denominadas de arte rupestre⁴, são consideradas como as primeiras concepções da humanidade compondo assim, os registros mais antigos que se tem conhecimento referente à observação humana do meio em que vive, bem como da sua interação com a natureza (MAXIMIANO, 2004).

Com o passar do tempo e em épocas distintas, a compreensão da paisagem adquiriu características peculiares devido à influência de contextos e fenômenos variados como a religiosidade, a política, a filosofia, a ciência entre outros fatores que potencializaram e estreitaram os interesses da humanidade com a natureza. Durante a Antiguidade diversos povos e impérios passaram a se apropriar dos elementos naturais com o objetivo de manter, se possível perpetuar, a sua existência, bem como dos seus descendentes.

No antigo Egito e nos impérios da Mesopotâmia houve o desenvolvimento de construções que desempenhavam uma série de funções como a fortificação das cidades, moradias, captação de água para a irrigação e produção agrícola, celeiros entre outros. Estas construções arquitetônicas, associado à intervenção do homem na natureza evidenciam a maneira como a nossa espécie, há milhares de anos, interfere no meio, de acordo com seus interesses em diferentes épocas.

No Egito, a IV dinastia egípcia (2500 a.C) organizava jardins ornados com partes com água e varandas, que, em conjunto com pavilhões e celeiros, formavam um complexo residencial rodeado por muros. Mais tarde, em 1500 a.C. aproximadamente, Tebas era um centro urbano rodeado por extensa área verde. A relação dos povos da Mesopotâmia com a paisagem se evidencia, por exemplo, no aproveitamento do regime de cheias dos rios, na observação do céu e estrelas, na construção de jardins ou na elaboração de leis e conhecimento agrícola. Os jardins, em geral, eram como oásis trazidos para dentro das cidades fortificadas. Os muros protegiam contra as ameaças externas que tanto podiam vir de outros povos, como de forças naturais, ainda desconhecidas. Portanto, percebe-se que a visão da paisagem original era de uma certa precaução, delimitada pelo conhecimento da realidade circundante. Ainda hoje o conhecimento da realidade define como se vê a paisagem, embora haja valores diferentes, como o econômico, o estético e o religioso. (MAXIMIANO, 2004, P.84)

A análise da paisagem permite-nos refletir e compreender uma série de características das sociedades passadas como princípios, costumes, crenças normas, enfim o cotidiano, ou parte dele, pertinente aos hábitos e vivências desses povos. Cada população, ou império desenvolveu, a sua maneira, uma forma de interagir com a natureza e, consecutivamente,

⁴ Pinturas feitas nas paredes das cavernas pelas primeiras espécies humanas.

promoveu as peculiaridades no modo de interagir como o próprio meio. Em Roma, por exemplo, privilegiavam-se as grandes construções arquitetônicas, em detrimento à valorização da fauna e da flora. Era comum na vida dos romanos a representação da cultura através do estilo arquitetônico, o que influenciou, durante muito tempo, a Europa, estendendo-se ao longo da Idade Média. Sobre estes recortes temporais e sobre o modo como os sujeitos daquele período se relacionavam com a paisagem Maximiano (2004, p.84) afirma:

Roma criou seus parques públicos com construções arquitetônicas postas em maior evidência do que a vegetação ou animais, já que predominavam as pérgolas, colunas, pórticos, grutas e santuários. Esta característica marcou os jardins ocidentais até a Idade Média dos feudos, onde jardins, hortas, pomares, áreas para fins medicinais, meditação ou lazer eram destituídos do ambiente natural, quando constituídos nas cidadelas de defesa.

Para os seres humanos do mundo ocidental, a natureza era vista, praticamente, de maneira primitiva, quase sempre representada numa perspectiva rudimentar e muito associada à dependência do próprio homem demonstrando até mesmo o seu caráter antropomórfico⁵, uma vez que era uma espécie de associação dos deuses com representantes dos fenômenos da natureza, num caráter mitológico. Porém, no período do Renascimento Cultural, ao final da Idade Média, mais precisamente na França, que o conceito de paisagem começou a ganhar contornos mais característicos, apesar da construção do termo evoluir a partir do século XVIII como veremos mais a frente, em virtude do advento da evolução do comércio, o qual proporcionou o desenvolvimento de novas técnicas aplicadas à vida de um modo geral. As manifestações culturais e as construções adquiriram novas concepções passando a prestigiar a estética ao aliar os aspectos naturais as representações artísticas da paisagem.

Apesar da evolução das técnicas e das formas de se pensar, a paisagem ainda estava atrelada a uma concepção preponderantemente artística sendo denominada, durante muito tempo, pelos europeus como “arte dos jardins” (MAXIMIANO, 2004). Devido ao progresso das pesquisas científicas em diversas áreas, o conceito sobre a paisagem foi conquistando uma maior pujança durante o século XVIII. O pesquisador alemão, Alexander von Humboldt, se destacou pelos estudos referentes ao clima, a vegetação e seus aspectos fisionômicos, além disso, abordou a sua influência sobre os seres, bem como, o aspecto geral da paisagem. “Em suas análises, Humboldt partiu da observação da vegetação para caracterizar um espaço e as diferenças paisagísticas da vegetação para aplicar o método que fosse ao mesmo tempo explicativo e comparativo”. (MAXIMIANO, 2004, p. 86). Seus estudos, fruto das viagens realizadas, buscavam uma visão abrangente da paisagem em que buscava-se construir uma associação entre os diversos elementos da natureza com a ação do homem metodizando tal relação às ciências geográficas.

Inegavelmente a escola alemã foi importante para o desenvolvimento conceitual da paisagem, pois, além de Humboldt, outros dois cientistas adquiriram destaque acadêmico ao desenvolverem pesquisas referentes ao tema. Carl Ritter e Friedrich Ratzel deram continuidade, durante o século XIX, aos estudos do seu antecessor, num objetivo de robustecer as análises referentes à paisagem, estas que em alemão foram denominadas de *Landschaft*⁶. Ritter, neste período, contribuiu para tornar a geografia em uma ciência

⁵ Aquilo que é relacionado ao homem ou que tem a forma humana.

⁶ Após esses estudos, outros geógrafos, principalmente os que se dedicam à natureza, procuram definir, a partir do século XIX, o que significa a idéia da “*Landschaft*” na geografia. Eles se aproximam da idéia positivista de Humboldt, que vê nela um conjunto de relações de fatos naturais (visão de geossistemas naturais), mas negam o elemento libertador e estético. (SCHIER, 2003, p.82).

dinâmica e ao mesmo tempo historicizada, ainda que, num primeiro momento, a paisagem não se convertesse no objeto central de suas pesquisas, o cientista, acabou complementando as pesquisas de Humboldt, pois considerava fundamental a compreensão, de modo sistematizado, dos fenômenos presentes na descrição das diversas regiões analisadas.

Em uma visão contrária a de Humboldt, Schier (2003) afirma que Ratzel analisou a paisagem a partir do afastamento do ser humano com a natureza, ou seja, na medida em que, a essência do homem se distancia do meio natural ele passa a transformá-lo. Os elementos fixos, provenientes da natureza, são incorporados de elementos culturais, humanos, num processo de libertação ou separação entre as partes. Essas interpretações contribuíram para o progresso da compreensão do conceito de paisagem não só nos séculos XVIII e XIX servindo de base para a concepção científica do século XX em diante, fruto das transformações concomitantes da humanidade e dela com a natureza.

Paisagens são, em quase todas as abordagens dos séculos XIX e XX, entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes. (SCHIER, 2003, p.82).

Os estudos das relações entre os elementos naturais e culturais, na paisagem, progrediram paulatinamente, não apenas na Europa, em especial na Alemanha, ocupando espaços em outros países. A Escola de Berkeley, nos Estados Unidos, desempenhou um importante papel na busca de uma maior compreensão dessas relações, o geógrafo Carl Ortwin Sauer em seu artigo intitulado “A morfologia da paisagem” comparou a paisagem a um organismo complexo resultante da associação de formas que podem ser analisadas, se constituindo de elementos materiais e de recursos naturais disponíveis em um lugar, combinados às obras humanas resultantes do uso do grupo cultural. (MAXIMIANO, 2004). Embora Sauer concebesse, em suas interpretações, um maior significado à questão cultural, vale ressaltar que devido à forte influência do pensamento naturalista da época, onde a epistemologia era o positivismo, o qual ignorava as subjetividades humanas, seu trato, no que diz respeito à paisagem, desenvolveu-se numa perspectiva morfológica, que exigiam uma sólida formação naturalista em seus métodos para o estudo da geografia cultural. (SHIER, 2003).

Durante os anos 60 e 70 a geografia adquire características de maior criticidade surgindo várias correntes contrárias ao positivismo. A subjetividade humana conquistou maior destaque no campo epistemológico das ciências sociais. Sobre esta mudança Claval (2011, p. 5) afirma:

A filiação entre a nova geografia e o desenvolvimento da abordagem cultural resultou também da aplicação do tema central das pesquisas dos anos sessentas, o papel da distância na vida econômica e social, aos domínios da geografia social e política. O alcance dos sistemas de relações sociais depende da confiança que existe entre os participantes. Para tornar-se eficiente, um governo tem de aparecer como legítimo a maioria dos cidadãos – é um problema cultural! Pessoalmente, foi através do interesse pelas dimensões sociais e políticas da nova geografia que descobri, no fim dos anos setenta, a necessidade de trabalhar sobre a abordagem cultural na geografia.

No vocabulário alemão a palavra *Landschaft* está associada a: *cenário, paisagem ou zona rural*. Fonte: <https://dicionario.reverso.net/alemao-portugues/Landschaft>.

Nota-se, na fala, a inquietação, do autor, em compreender as transformações resultantes dos processos de industrialização e urbanização decorrentes nas diversas sociedades. O estudo da abordagem cultural associado à nova forma de se estudar a geografia renovaram as reflexões sobre o modo de investigação científica, pois permitiu o acesso à compreensão das multiciplidades existentes nas relações sociais fruto da relação do interesse homem com o meio.

1.1.1 O conceito de paisagem no Brasil

No Brasil, a construção do conceito de paisagem surgiu, inicialmente, a partir da influência da escola francesa e posteriormente, devido ao crescimento dos estudos baseados na metodologia para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)⁷, a geografia brasileira passou a receber também influência da escola britânica. O foco das pesquisas, durante muito tempo, se debruçava nas análises fisionômicas e geomorfológicas⁸. (MAXIMIANO, 2004). Contudo, Claval (2012, p. 12-13) afirma que durante a década de 1930 pesquisadores estrangeiros, como francês Pierre Deffontaines, defendiam uma análise mais cultural nas abordagens geográficas.

A Geografia praticada por Pierre Deffontaines é cultural. Os artigos que ele redige na época de sua estadia no Brasil demonstram isso. Deffontaines questiona, por exemplo, a origem das cidades brasileiras (Deffontaines, 1938). Muitas nasceram a partir da iniciativa de grandes proprietários, que erigiram uma igreja para atender as aspirações de seus dependentes. Uma cidade se desenvolve a partir daí – uma cidade de “domingo”, nos primeiros tempos e por muito tempo em alguns casos: os fiéis deixam suas casas espalhadas pelo campo no sábado à noite ou no domingo, de manhã bem cedo; eles viajam horas, assistem à missa, voltando para casa no mesmo dia ou no dia seguinte. Para descansar e aproveitar um pouco da cidade, eles constroem casas, que, na verdade, vão desempenhar o papel de residências secundárias.

Elementos sociais foram abordados para se entender um determinado contexto, no caso a origem das cidades brasileiras. Conceitos outrora ignorados ou tênues, pela academia da época obtiveram relevância. Entretanto, mesmo considerando importante, o autor não esconde o fato do debate em torno da cultura ser pequeno, quando comparado com outros conceitos da geografia, visto que priorizam os acontecimentos econômicos e populacionais a despeito dos culturais.

Vale ressaltar que durante a década de 70, devido ao regime ditatorial Empresarial-Militar que se estabeleceu no Brasil em 1964, houve um favorecimento das pesquisas em direção ao alinhamento com a política norte americana, principalmente no tocante as abordagens quantitativas. Com os militares no poder verificou-se um distanciamento da visão, considerada progressista, europeia e uma maior proximidade com o modelo pragmático estadunidense. (CLAVAL, 2012).

⁷ Em linhas gerais, o ZEE tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Para tanto, parte do diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional e do estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial identificada, estabelecendo, inclusive, ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos porventura ocorridos. (Fonte: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>)

⁸ Ramo da geologia física que estuda as formas dos relevos terrestres atuais e investiga a sua origem e evolução.

Entretanto, mais adiante, os anos 90 marcaram, na geografia brasileira, uma transformação concernente aos estudos sobre paisagem. Sem deixar de privilegiar os conceitos que envolvem as características espaciais, os pesquisadores brasileiros, não excluíram a presença humana de seus debates refletindo sobre as infinitas possibilidades de combinações e arranjos dos componentes do ambiente natural que formam as diversas paisagens. Como consequência dessas transformações, não só no campo das ciências geográficas como em todos os debates em torno da busca de um processo educacional de qualidade, foram elaborados, no ano de 2006, os princípios curriculares de todas as ciências que fazem parte do universo das escolas do Brasil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais tratam de uma infinidade de conceitos, porém, no que diz respeito à paisagem, contido nos PCNs de Geografia, consideram importante a valorização da ênfase das relações estabelecidas entre os indivíduos que, ao interferirem na natureza, transformam-na em paisagem de acordo com seus critérios, valores e interesses. Segundo os PCNs, paisagem:

É algo criado pelos homens, é uma forma de apropriação da natureza. É definida como sendo uma unidade visível do território, que possui identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos: o passado e o presente. A paisagem é o velho no novo e o novo no velho! (BRASIL, 1998, p. 29).

Tanto a academia francesa quanto a academia alemã de Geografia influenciaram intimamente o modo de se conceber a paisagem entre os geógrafos brasileiros. Com isso, no Brasil, o entendimento sobre o conceito é resultante das relações históricas que marcaram a Europa e acabaram por inspirar à América como um todo. Estas características marcaram não apenas as nossas relações sociais como também a maneira como as identificamos, sem deixar de lado as nossas especificidades naturais e culturais.

1.1.2 Considerações sobre o conceito de paisagem

Como pode-se observar, os seres humanos e a natureza estão diretamente ligados, na medida em que, ao interferirmos nela, direta ou indiretamente, sintetizamos todas as experiências contidas em um determinado grupo social. Costa (2008, p.151) compreende estas experiências a partir de uma relação direta entre a memória e a paisagem.

A paisagem vernacular atesta a relação que um determinado grupo social mantém com o lugar expressando a sua formação e continuidade, mantida através de práticas culturais que podem ser representadas, por exemplo, através dos complexos industriais, dos povoados rurais, das reservas indígenas, dos lugares sagrados, dos parques naturais etc. Cada um dos exemplos enunciados contém uma variedade de elementos de ordem natural ou cultural associados a uma prática cultural que definem um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar.

Devido ao alto grau de complexidade, a paisagem pode ser compreendida de diversas maneiras, uma vez que não se trata apenas de uma análise pontual de um recorte espacial. Ela é composta pela interação homem/natureza e todas as interações existentes entre esses elementos em um determinado período, que se modifica a todo o momento, de forma singular, em espaços e lugares específicos. Esta dinâmica é composta por uma infinidade de atores que se inter-relacionam tornando-se objetos de pesquisa que merecem um olhar minucioso do investigador no intuito de buscar as possíveis interpretações.

Conclui-se assim, a inexistência, dentro das Ciências Geográficas, de uma conceituação que consiga definir de maneira simplista a paisagem, pois ela possui um caráter

dinâmico exigindo do pesquisador uma visão holística na busca pela compreensão do objeto a ser investigado, impossibilitando, devido a sua complexidade, todo tipo de análise geográfica sob a ótica de uma única abordagem, assim, o olhar direcionado e limitado a uma única interpelação restringe a amplitude do seu estudo. Para que isso não ocorra à investigação, seja física ou cultural, requer uma observação mais ampla e que dialogue com outras ciências e saberes (científicos, culturais, filosóficos, políticos, sociais entre outros). (MAXIMIANO 2004).

1.2 Reflexões sobre o Conceito de Memória

Os debates sobre algumas das inúmeras reflexões a respeito do conceito de Paisagem possibilitaram compreender que, com o passar dos séculos e com a consolidação das escolas especializadas nos estudos das interações sociais, as Ciências Geográficas passaram a ressaltar a importância de se buscar um maior entendimento da relação do homem com a natureza. Neste sentido, as análises historicossociais adquiriram um grande significado, na medida em que os elementos fisionômicos e antrópicos passaram a ser analisados de maneira coadunar. Nesta perspectiva as pesquisas referentes às ações humanas destacaram-se dentro do estudo sobre a paisagem, o diálogo da geografia com as demais ciências sociais e com conceitos específicos, que fazem parte das concepções metodológicas do âmago de seus saberes, possibilitou um olhar minucioso sobre a compreensão de aspectos inerentes à ação humana na natureza e dela sobre o homem.

Ao direcionar o olhar à humanidade e suas ações é possível perceber que os seres humanos transformam o meio em que vivem a todo o momento e de maneira singular conforme a sua cronologia. Os estudos antropológicos e históricos permitem-nos construir uma incontável gama de reflexões sobre a nossa existência atando-as às transformações e impactos sofridos pela natureza, mesmo que não ocorra de maneira simultânea revelando a maneira como se expressavam, bem como as trajetórias dos grupos e dos agentes expressas pela paisagem.

1.2.1 Acerca da Memória

Com o objetivo de buscar uma compreensão mais profunda sobre um determinado recorte temporal, assim como a paisagem, o conceito de memória configura-se numa significativa fonte metodológica, com qual possibilita, ao pesquisador, uma alternativa de interpretar ou reinterpretar as interações homem/natureza e natureza/homem em um determinado período de tempo. Ao concentrar esforços numa leitura sobre a construção do conceito de memória, sob a ótica do historiador Jacques Le Goff (2003), verifica-se que o autor apresenta, não somente, a evolução do conceito, leva-nos também a compreender as disputas pela sua aquisição e controle, especificamente no que diz respeito à memória coletiva, como ferramenta fundamental para os estudos relacionados às ciências humanas, sem desprezar a importância das memórias individuais, e dialogando com a abrangência de outras ciências.

Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria.

Certos aspectos do estudo da memória. No interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social. (Le Goff, 2003, p.420)

Tendo em vista a complexidade concernente ao desenvolvimento da compreensão do conceito da memória o autor analisou o seu desenrolar dividindo-o em marcos conceituais ou históricos que vão perpassando, cronologicamente, pela história da humanidade, desde momento em que se comunicavam de maneira oral e gestual, passando pelo domínio da escrita, até chegar aos dias atuais. Tais marcos conceituais ou históricos foram definidos da seguinte maneira: a memória ética nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré História à Antiguidade; a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias e os desenvolvimentos atuais da memória.

Antes de adentrar nas discussões dos marcos históricos estabelecidos, o historiador, propõe uma análise sobre o conceito aproximando a visão científica à visão das ciências sociais. Neste sentido, e embasado nos ideais de Leroi-Gourhan, a memória, segundo ele, se divide em três tipos: memória específica, memória ética e memória artificial.

Podemos a este título falar de uma “memória específica” para definir a fixação do comportamento de espécies animais, de uma memória “étnica” que assegura a reprodução de comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória “artificial”, eletrônica em sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados. (Le Goff, 2003, p.422).

A partir do nível de desenvolvimento desses tipos de memórias as sociedades foram se diferenciando, de memória essencialmente oral, para essencialmente escrita. No primeiro recorte temporal, denominado *A memória étnica*, o autor afirma que a atividade de memorização (mnésica) é comum entre os povos com ou sem escrita, mas aos sem escrita esta prática era mais difundida, pois era a base da sua memória coletiva. Os mitos de origem estabeleceram a primeira forma de domínio desta memória promovendo a sua função de dominação objetiva e ideológica, neles encontram-se os interesses dos povos “selvagens”, preferencialmente, pelo conhecimento prático de saber profissional. Nestas sociedades, ausentes de escrita, era comum a existência de pessoas especialistas da memória responsáveis pelo depósito da “história” objetiva e ideológica, apesar disso não havia a preocupação da memorização da “palavra por palavra” como nas sociedades com escrita.

Com o passar do tempo a humanidade foi estabelecendo novas formas de interação, neste segundo marco histórico, chamado de *O desenvolvimento da memória: da oralidade à escrita, da Pré História à Antiguidade*, foi o período em que as sociedades, ainda sem escrita, construíram processos próprios de aquisição de memória coletiva dentro de seus parâmetros evolutivos. Estas construções desenvolveram-se de maneiras peculiares, porém o autor destaca três como sendo fundamentais para a ocorrência da transformação humana, a primeira marcada pelos mitos de origem, a segunda pelo prestígio das famílias (genealogia) e a terceira pelo saber técnico, ligado às práticas religiosas. O surgimento da escrita, bem como o seu domínio, permitiu com que a memória assumisse um duplo significado, a comemoração através dos monumentos, que passaram a marcar acontecimentos memoráveis, assumindo a forma de inscrição (Epigrafia / estelas e obeliscos), e a documentação (papiro, palmeiras, ossos...), que se transformou em uma espécie de monumento exercendo uma função díade, o de armazenar informações, bem como assegurar a passagem da esfera auditiva para a visual, o que garantiu o crescimento urbano e a consolidação das grandes civilizações (Mesopotâmia, Egito, China, América...). Os calendários se estabeleceram, as cidades capitais ganharam destaque e os reis se instituíram no poder organizando locais de armazenamento da memória, denominadas por Le Goff de Instituições Poder (os arquivos, as bibliotecas e os museus). A passagem da oralidade à escrita transformou as aptidões intelectuais humanas, pois possibilitou uma modificação psíquica da memória coletiva. Na Grécia Arcaica, por exemplo,

a memória ganhou uma função social assumida, exclusivamente, por pessoas responsáveis pelo seu armazenamento, eram os Mnemon. Os gregos desse período veneravam a memória (deusa Mnemosine), apesar de não se estabelecer uma aproximação entre filosofia e história neste período, ela constituía num componente da alma, mesmo com a crítica de filósofos, como Platão, à escrita. Esta e a memória evoluíram surgindo assim, a Retórica, ou Mnemotecnia, palavra ligada à escrita, conforme a sociedade e a política evoluíam a memória coletiva prosseguia evoluindo.

Durante a Idade Média, na Europa Ocidental, a memória coletiva, principalmente a memória social (“popular” / “folclórica”), passou por profundas transformações devido ao cristianismo Católico, como descrito no marco histórico denominado *A memória medieval no Ocidente*. A cristianização da memória assumiu um papel de ensino, apesar de ter se consolidado através da coletividade, assim como o judaísmo, e serem denominadas pelo autor como religiões memória, “coube” ao catolicismo o controle da memória coletiva durante o medievo. Este controle se manifestava a partir de monumentos criados com esse objetivo entre eles datas comemorativas (Natal, Quaresma e Páscoa) e a sacralização de pessoas “importante” (santos), como forma de se sistematizar um vínculo de aproximação com o povo. Os clérigos e literários controlavam a memória oral e a escrita, assim, saber de cor era o saber fundamental tornando-se numa forma de arte, a Retórica.

Entretanto foi no Renascimento que o conceito de memória passa a ganhar um novo sentido devido ao surgimento da imprensa (*Os progressos da memória escrita e figurada da Renascença aos nossos dias*). Com o seu desenvolvimento progressivo dos documentos impressos, a arte da memória conquistou uma maior visibilidade nos locais mais isolados, associado ao movimento humanista, propiciou-se, praticamente, o desaparecimento da memória da Antiguidade, que foram transformadas pela escolástica medieval, mesmo assim, o conceito de memória, bem como a sua nomenclatura (palavra), foi estabelecido nesse período, no entanto somente a partir do século XVIII houve o alargamento da memória coletiva através dos dicionários e das enciclopédias, sendo intensamente propagado via Revolução Francesa (1789). O período pós revolução resgatou a função estatal que a reverência às datas e símbolos exerciam sobre a memória coletiva, bem como ao imaginário da população. Os governos passaram a se apropriar dessa memória e armazená-las em locais específicos (bibliotecas, arquivos, museus) a fotografia se transformou, a partir de então em uma nova e importante fonte de memória.

A partir de 1950 a memória passou por uma revolução com o desenvolvimento da memória eletrônica, as grandes máquinas de calcular que foram construídas após a Segunda Guerra Mundial acelerou a História numa larga escala, pois este tipo de memória pode ser, em alguns casos, praticamente, “ilimitada” e mais estável do que a reminiscência humana que é instável, auxiliando assim a conservação humana, no que diz respeito ao seu arquivamento. O século XX também foi marcado pela expansão das reflexões sobre a memória, bem como a memória coletiva, em direção aos mais diferenciados campos de saberes como o da Filosofia, da Literatura, da Psicologia, da Antropologia, entre outros. Ela renuncia à ideia de temporalidade linear em substituição da memória construída através dos tempos vividos de forma múltipla. Durante a segunda metade do século XX, evidenciou-se a importância do papel que a memória coletiva passou a desempenhar devido à extrema riqueza, com relação ao armazenamento da história, tanto material quanto humano. Porém, o domínio desta memória coletiva não se consolidou meramente como uma conquista da humanidade, mas, e também, como instrumento de poder. Assim Le Goff (2003, p.471) defende que a memória coletiva deva ser trabalhada no intuito de libertar o homem e não de levá-lo à servidão. “*A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens*”.

Assim como na paisagem, a memória, apesar do aprofundamento de Le Goff, não encontra em si uma única definição, embora não seja a pretensão neste capítulo estabelecer uma única interpretação, e sim encontrar caminhos para que se alcance uma percepção do conceito e a maneira como pode ser identificado dentro das relações humanas tornando-se, de fato, um instrumento metodológico relevante na construção, interpretação e reinterpretação dos processos historicossociais.

Neste sentido, a ideia de memória adquire um caráter de controle ou dominação, uma vez que passar a ser objeto de intenso controle e disputa. Numa visão materialista a construção histórica da humanidade perpassa pela determinação dos fatores econômicos e sociais evidenciadas nas contradições inerentes às classes sociais e manifestadas nas suas dicotomias. Assim os constantes embates existentes entre opressores/oprimidos, burguesia proletariado e vencedores/perdedores acabaram se tornando a tônica da construção histórica da sociedade.

Diversos cientistas viram, e ainda veem, nesta concepção linear e homogênea de compreender a história como o principal caminho para as discussões acerca das compreensões sociais da humanidade, outros analisam de uma maneira descontinuada, como no caso de Walter Benjamin. Influenciado pelos conceitos do Romantismo alemão, do judaísmo (caráter messiânico de sua literatura) e do marxismo, embora tecesse inúmeras críticas à concepção do materialismo clássico, Benjamin, oriundo da Escola de Frankfurt, defendia uma visão qualitativa do tempo, baseado na rememoração e na ruptura com a continuidade temporal. Fica claro no seu pensamento a preocupação com essa ruptura, bem com as influências marxistas, românticas e judaicas da sua formação.

A natureza dessa tristeza se tomará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (LOWY, 2005, p. 70).

Benjamin propõe uma análise da história a partir da junção das condições sociais e políticas e centralizadas na base na luta das classes oprimidas como forma de tecer questionamentos ao historicismo cultural pautado na identificação com as classes dominantes, a qual interpreta os acontecimentos a despeito da ênfase da “grandiosidade” da sucessão de fatos que giram em torno dos majestosos feitos triunfantes que são apropriados como bens culturais dessas classes transmitindo-as aos oprimidos. Assim, os “vencedores”, na visão materialista cultural, acabam sempre se beneficiando dos denominados “despojos” tornando a cultura um monumento de dominação, cujo Benjamin compara à barbárie. Para superar este instrumento de dominação torna-se necessário a busca por novas interpretações, neste sentido, o autor propõe uma tarefa ao historiador, a de desvelar a história contida no âmago dos oprimidos ao escovar a história a contrapelo.

Numa alusão aos animais de pelagem, Walter Benjamin nos direciona a refletir sobre a necessidade de se revolver a história trazendo à tona o máximo de elementos possíveis que

sejam capazes de nos fazer compreendê-la ou recompreendê-la, pois, numa visão hegemônica, estes elementos apontam, apenas para uma direção, apresentando-se atulhados de sinais que exaltem os grandes acometimentos, típicos do culto aos grandes vultos dos “vencedores” em detrimento dos “vencidos”. Assim como um criador que é capaz de escovar o pêlo, de um determinado animal, em busca de um melhor asseamento, com o objetivo de descobrir possíveis impurezas e/ou hospedeiros e a ponto de tornar o animal em questão livre destes transtornos ou máculas que, num olhar turvo ou encoberto, escondem uma série de eventualidades, cabe ao pesquisador o cuidado mais apurado de desvendar minuciosamente os detalhes que estão encobertos, tal qual o cuidador que zelosamente tutela a sua cria a ponto de transformá-la a cada momento que se propõe a dar-lhe atenção.

Cabe destacar, como dito anteriormente, que mesmo influenciado pelo marxismo o pensamento benjamiano, era alicerçado na descontinuidade histórica, ou seja, contrariava a visão evolucionista da história que ocorre a partir do como acúmulo de vitórias ou conquistas, como forma de alcançar o progresso. Cada novo combate travado pelos oprimidos significava, na sua visão, num reflexo das conquistas passadas, tornando assim uma construção contínua e não apenas linear e nem apenas em uma direção, como interpreta Lowy (2005, p. 61):

A relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente. Os antigos combates se voltam "para o sol que está a se levantar", mas, uma vez tocados por essa claridade, alimentam a consciência de classe daqueles que sublevam hoje. Nesse caso, o "sol" não é, como na tradição da esquerda "progressista", o símbolo do acontecimento necessário, inevitável e "natural" de um mundo novo, mas da própria luta e da utopia que a inspira.

Pelo fragmento nota-se a preocupação de Benjamin em valorizar a luta dos oprimidos através de elementos peculiares ao simbolismo da classe operária, em especial alemã, como no caso do sol, que representava o ideal de liberdade, sem perder o seu estilo de pensar a história diferentemente de uma construção unilateral, buscando, através da memória, encontrada no passado, referências, que fossem aplicadas no presente, afeiçoando-se aos feitos conquistados, bem como às inspirações utópicas. Ou seja, de maneira contundente a filosofia benjaminiana defende a posição de que o passado atua no presente e o presente opera de alguma maneira no passado cabendo ao pesquisador desvendá-lo, como no exemplo do escovar a contrapelo, de modo a buscar essas inspirações e utopias que encontram-se soterradas por um processo dinâmico.

Neste processo, a memória passa a significar, num sentido amplo, uma resignificação da história que figura-se soterrada diante dos interesses dominadores dos “vencedores” que se utiliza dela como mecanismo de poder. Assim, como um coveiro ou escavador, o pesquisador deve desenterrar dos escombros conservados ou depositados pelo “opressor” os resquícios dos elementos (corpos) que possam dar voz e sentido a essa rememoração, com isso, “*O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer*”. (BENJAMIN, 1994, p. 224). Sendo assim, segundo o autor, buscar este passado significa proporcionar o direito à fala, o qual por algum motivo lhes foi facultado ou silenciado, possibilitando novas interpretações.

1.2.2 Memória e Oralidade

Conforme discutido anteriormente percebe-se que a memória, além de toda a sua complexidade, compõe um universo repleto de disputas e interesses. Dependendo da maneira

como a história ou a memória seja abordada (contada), pode-se manter um pensamento ou conceito já estabelecido, perpetuando-o ao longo do tempo, ou de maneira antagônica transformá-lo trazendo assim à tona novas “vozes” ao cenário histórico. Desta forma a memória torna-se, além de um campo constituído por uma seletividade podendo ser perdida se não for recuperada oportunamente, também num espaço de conciliação entre a memória individual e a memória coletiva numa espécie de negociação. (BENJAMIN, 1994; POLLAK 1989). Este espaço encarna-se em um lugar repleto de inconstâncias devido à contínua construção, logo perfaz-se em um ambiente repleto de invenção, de alteração, de acréscimo, de violação e de testemunho, onde encontram-se elementos há muito perdidos, que quase sempre, permanecem, exclusivamente, na memória da população, visto que, pelo fato de terem sido esquecidos fortuitamente ou propositalmente, são mais difíceis de sobreviver. Através da oralidade, os elementos soterrados ou desmemoriados podem ser revisitados, por sujeitos que ainda os preservam, acrescentando-lhes sentido e valor histórico. (POLLAK, 1989).

Dentre as formas de reminiscência, a História Oral constitui-se numa das grandes ferramentas de manutenção de elementos imateriais imprescindíveis, no que diz respeito ao campo da pesquisa. Este método é composto por princípios peculiares, que se diferenciam da escrita. A escrita, pelo fato de exigir, genericamente, estruturas e códigos linguísticos, possibilita um maior controle e destaque social, pois, como visto anteriormente, aqueles que a conseguem dominar tornam-na num instrumento de subjugação. Já a história oral, dependendo da maneira como é apropriada, torna-se a voz dos excluídos, marginalizados e minorias como afirma Pollak (1989, p. 2).

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade.

Para o autor a história oral passa a dar sentido aos excluídos e através da preservação da memória, desses grupos, ao qual Benjamin denominou de “vencidos”, que foi soterrado, de alguma maneira, a cultura minoritária contrapõe-se a memória hegemônica, definida como “Memória oficial”, ao emergir, novos paradigmas culturais erguem-se. Esta tarefa, por sua vez não é algo fácil de ser realizada, na medida em que a rememoração requer do pesquisador o cuidado e a sensibilidade no trato com a fonte ou sujeito, pois ela pode manter a memória esquecida ou silenciada, devido ao fato de proporcionarem uma série de sentimentos como trauma, culpa receio, medo e/ou, em outros casos, o silêncio pode ser interpretado como forma de resistência. Pollak (1989) ilustra através de três exemplos estas formas de silenciamento, o primeiro deles foram as denúncias prestadas, por Nikita Krushev, sobre os crimes promovidos por Stalin durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, estas denúncias suscitaram numa série de manifestações e controvérsias do culto ao stalinismo sob forma de oposição ao sistema, o qual adquiriram um tom mais elevado anos mais tarde. Sobre este fato o autor afirma:

Este exemplo mostra também a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. (POLLAK, 1989, p.4).

É interessante observar como que as lembranças aparecem em determinados momentos oportunos, mesmo que por trauma, vergonha ou medo possam estar de alguma maneira esquecidas ou silenciadas. Basta haver o lumiar de uma conjuntura tenaz, o qual exija a necessidade de uma mobilização, que estas lembranças erigem-se a ponto de conceber a memória resistente ao discurso oficial propondo uma reinterpretação da história, ecoando ao passado silenciado, reverberando, através da oralidade. A história oral então surge como metodologia repleta de fontes e instrumentos que são capazes de conduzir o pesquisador a um profundo mergulho sobre a busca de questões referentes ao seu objeto de estudo, pois permitem-lhe desvendar e trazer a tona o passado outrora esquecido ou silenciado.

O segundo exemplo de silenciamento diz respeito ao fato de se tentar esconder ou apagar um passado traumático, no intuito de se reorganizar ou recomeçar, após a passagem de um período negativamente marcante. Nesse sentido Pollak (1989) justifica esta quietude a partir da comparação dos judeus que estiveram nos campos de concentração e retornaram para a Alemanha ou para a Áustria ao término da Segunda Guerra Mundial. Estes se puseram em silêncio devido a necessidade de sobreviver neste novo momento, uma vez que, a princípio, coube aos próprios semitas, a participação administrativa dentro do governo nazista e que a comunidade judaica estabelecia negócios com o governo de Hitler. Esta relação, de certa maneira, estreita com os nazistas fizeram com que ao final do conflito muitos judeus assumissem um sentimento de culpa por terem acometido milhares dos seus aos campos de concentrações durante a guerra, esta culpa transfigurou-se em silêncio como tentativa de se “esquecer” o passado traumatizante e seguir em um novo sentido ou modelo de vida.

Seu silêncio sobre o passado está ligado em primeiro lugar à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram à sua deportação. Não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia. Contudo, essa atitude é ainda reforçada pelo sentimento de culpa que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas. É sabido que a administração nazista conseguiu impor à comunidade judia uma parte importante da gestão administrativa de sua política anti-semita, como a preparação das listas dos futuros deportados ou até mesmo a gestão de certos locais de trânsito ou a organização do abastecimento nos comboios. (POLLAK, 1989, p.4).

Segundo o fragmento, o sentimento de culpa causado pela participação na administração hitlerista fez com que, no momento do pós-guerra, comunidades judaicas se calassem com a finalidade de estabelecerem, mesmo que, aparentemente, sem intenção, um silêncio devido à perplexidade com as atrocidades que foram consequentes da relação com os nazistas, a qual culminou com a prisão e morte de milhares dos seus nos campos de concentração.

No terceiro e último exemplo, Pollak (1989) alerta para a possibilidade de se estabelecer interpretações e análises da memória que, em suas palavras, pudessem gerar “situação ambígua” e “mal-entendidos”, consecutivamente estes fatores podem levar ao silêncio, se não forem tratados, os ressentimentos que estão na raiz das reivindicações e contestações tornam-se, em suas palavras em significativos fatores de emudecimento. Para um melhor entendimento o autor cita o caso do recrutamento dos soldados da região da Alsácia⁹ que foram convocados pelo governo nazista a lutarem pelo lado alemão durante a Segunda Guerra Mundial. Num primeiro momento a convocação se deu de maneira voluntária, porém,

⁹ Região fronteira entre a França e a Alemanha disputada entre as duas nações durante o século XIX, na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), posteriormente, no século XX, durante a I Guerra Mundial (1914-1918) e em seguida, durante a II Guerra Mundial (1939-1945).

devido à baixa adesão, os nazistas decretaram o recrutamento forçado obrigando cerca de 130 mil alsarcianos a participarem coercitivamente do confronto. Durante a batalha houve, por parte dos soldados, como afirma o autor, atos de revolta, resistência e desobediência, além de um número significativo de deserções, ao qual sucumbiu este exército ao domínio dos soldados do Exército Vermelho Russo. Muitos desses soldados só retornaram ao seu território natal a partir de 1950 carregando um estigma de uma geração de desertores. Na visão da temporalidade do pós-guerra que valorizava e criava a história através da memória dos vencedores, a memória dos derrotados ou dos desertores não possuía espaço na criação do mito heróico cabendo a este grupo a memória de uma geração envergonhada. Entretanto, a resignificação e reinterpretação desse momento histórico nos mostram uma nova compreensão deste período. Para Pollak (1989, p.5), ao revolvermos a memória subterrânea perceberemos que, para os soldados recrutados da Alsácia, os maiores culpados não foram apenas os alemães e sim os franceses e os russos.

A memória subterrânea dos recrutados a força alsacianos toma a dianteira e se crige então contra aqueles que tentaram forjar um mito, a fim de eliminar o estigma da vergonha: "A organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas... Parece, no entanto, que a culpabilidade alemã como fator de reorganização das lembranças intervém relativamente pouco; em todo caso, sua incidência é significativamente reduzida em comparação com a denúncia da barbárie russa, bem como da covardia e da indiferença francesas." No momento do retorno do reprimido, não é o autor do "crime" (a Alemanha) que ocupa o primeiro lugar entre os acusados, mas aqueles que, ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas.

Nas lembranças dos combatentes a maior indignação a respeito desse período está no fato, de um lado, o governo russo, na figura do exército, tê-los mantidos como prisioneiros de guerra, durante um longo tempo, de maneira extremamente violenta e, do outro lado, o governo francês que se absteve de maneira indiferente em dar suporte ou apoio aos soldados, uma vez que, ao término do conflito a região da Alsácia retornou aos domínios da França com o Tratado de Versalhes. Para os alsarcianos, o fato de terem sido recrutados à força e de terem resistido através da deserção não foram fatores relevantes para a Rússia nem para a França, pois, na visão dessas duas nações, os soldados defendiam a causa nazista-alemã não importando a maneira forçosa, as quais as tropas foram constituídas.

Estes exemplos mostram-nos como a memória é a todo tempo disputada e reinterpretada cabendo ao pesquisador a missão de desenterrá-la a ponto de engendrar sentido e voz aqueles que, de alguma maneira, foram esquecidos ou silenciados. A intenção deste debate foi o de refletir como os diferentes sujeitos se apropriam da memória a ponto de construir e contarem a história a partir da sua visão interagindo de acordo com os seus interesses. Quando a memória que está ocultada, por algum motivo (silêncio, esquecimento, medo, trauma, opressão, vergonha entre outros), passa a adquirir sentido a um determinado grupo, como no exemplo dos soldados alsarcianos, torna-se necessário um olhar apurado e ao mesmo tempo sensível, sendo assim, pertinente ao pesquisador a missão de verificar de forma profunda o que as vozes desta memória querem pronunciar através das fontes (orais, escritas, iconográficas ou outras) incumbindo-lhe a finalidade de desvendar a história soterrada desse grupo oprimido, o qual, na maioria das vezes, não se faz presente na historiografia hegemônica, ou não possui destaque expressivo, como no caso do "memorável" Exército Vermelho Russo, que nos livros, os quais constituem-se em fontes de memória, é tratado como o libertador dos territórios dominados pelos alemães, principalmente no leste europeu, todavia no discurso e nas lembranças dos combatentes da Alsácia se tratava de um exército

como outro qualquer que participou da Segunda Guerra, o qual tinha suas bases pautadas na violência e no assassinato de seus oponentes.

1.3 Sobre o Conceito de Educação do Campo

As reflexões sobre o conceito de Paisagem e de Memória que foram debatidos servirão de base para a compreensão da formação do conceito de Educação do Campo, ao qual será abordado adiante. Para início de conversa, ao analisar-se atentamente a afirmação de Caldart (2000, p.33) “*A memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade. Cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado*”, observa-se que o fragmento defendido pela autora leva-nos a pensar sobre a importância da busca pela preservação da memória da luta e da resistência dos camponeses, especificamente da luta dos movimentos sociais do campo, no intuito de adquirirem os seus direitos entre eles o de um acesso à educação numa visão própria, ao qual respeitasse a peculiaridades e necessidades dos sujeitos camponeses vislumbrando a valorização de suas especificidades. O acesso universal à educação, ao qual deveria ser um direito natural oferecida pelo Estado a todos os cidadãos brasileiros, segundo a Constituição Federal de 1988¹⁰, tornou-se, ao longo da nossa história, um campo repleto de embates, pois expõe as divergências e dicotomias relativas aos diversos interesses, os quais habitualmente privilegiam as representatividades capitalistas no momento em que estabelecem uma uniformidade educacional sob a ótica urbana e industrial. Sendo assim, torna-se necessário reverter às desigualdades educacionais, a partir da desconstrução das visões urbanocêntricas e preconceituosas, em que o campo é encarado como lugar de atraso, secundário e provisório. Esse olhar discriminatório forjou-se devido à constituição do Estado brasileiro formatado sob o conceito de que o campo surgiu para suprir as necessidades das cidades e das classes dominantes, geralmente instaladas nas áreas urbanas, influenciando, até mesmo, inúmeros conceitos vinculados à História da Educação no Brasil, muito próximos do desenvolvimento urbano-industrial. (RICARDO, 2007).

Analisando este contexto de disputas, a Educação do Campo compõem uma área instigante e repleta de reflexões. Para entendê-la é de suma importância compreender a composição de seus sujeitos, que diferenciam-se, de maneira peculiar, dos sujeitos das cidades. Partindo do princípio de que, devido à diversidade de sujeitos (agricultores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, sem terra, entre outros), a Educação do Campo requer, não somente uma formação profissional mais adequada à sua realidade, como também a organização de conteúdos curriculares que sejam contextualizados através da introdução nos cursos de formação de educadores, a história da construção dos diferentes (sujeitos), a luta pela terra, a construção dos padrões racistas ou sexistas das relações de poder e de dominação. Essas reflexões curriculares servem como base para a compreensão da constante luta dos sujeitos do campo, portanto necessita ser. (CALDART, 2012).

Dentro deste contexto, os conceitos de paisagem e de memória estão em todo o momento presente nos discursos referentes à história da luta dos sujeitos campo por uma educação voltada ao atendimento das suas singularidades, pois o campo, no seu sentido amplo, que é composto por incontáveis paisagens geográficas, trazendo consigo inúmeras reminiscências que corroboram com as demandas que justificam os movimentos sociais que

¹⁰ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

marcaram, não apenas a luta pela terra, bem como a luta por uma educação voltada para os sujeitos do campo, devendo este ser entendido não apenas como um mero espaço de produção agrícola e sim de produção de vida e de novas relações, sejam elas sociais, naturais, rurais ou urbanas. (MOLINA, 2006).

1.3.1 Um breve histórico da Educação do Campo

Inegavelmente, a colonização do Brasil, realizada pelos portugueses, proporcionou uma série de consequências, na sua grande maioria, negativas em diversos setores da sociedade. No que diz respeito ao trabalho e a educação, devido à implementação do emprego da mão de obra escrava, do desenvolvimento das grandes lavouras, da prevalência da monocultura e da ausência de acesso ao conhecimento às camadas mais pobres da população, transformaram o campo em um território, tradicionalmente, marcado por disputas, uma vez que o seu acesso era, e ainda é, extremamente limitado, fazendo com que os grupos mais abastados determinassem os rumos sociais e econômicos. Este controle manteve-se durante o período imperial e avançou no decorrer da República, pois já estava arraigado em nossa sociedade desde o século XVI como constatou Barbosa (2011, p.7):

O engenho, na época colonial, consagrou o poder dos senhores de engenho, assim como a fazenda de café e de gado, no Império e na República Oligárquica (1889-1930) o fez com os senhores do café; e os senhores do gado. Estes senhores tiveram papel importante nas diversas formas de desenvolvimento que a agricultura proporcionou ao país. Seu poder econômico e político se constituíram em grande impedimento ao desenvolvimento autônomo das classes de pequenos e médios produtores. Formou-se uma sociedade com hierarquia social rígida, deixando as outras classes com poucas possibilidades de promoção social. Muito contribuíram o engenho e a fazenda – de café e de gado – locus preferencial da sociedade brasileira, funcionando como núcleo que além de concentrar a produção, tornava possível executar funções que demandavam outras atividades que configuravam a sociedade rural, visto que através deles realizava-se, ao mesmo tempo a inclusão e a exclusão dos indivíduos.

Em suas palavras evidencia-se a estreita relação politicoeconômica entre os grandes produtores, bem como a dificuldade imposta aos pequenos, médios e, mais adiante, aos que não possuíam terras de permanecerem fixos ao meio rural ocasionando a exclusão de milhares de homens e mulheres do campo para outras regiões do país. Este modelo de colonização, introduzido, inicialmente, pelos portugueses e adotado, posteriormente, pelos brasileiros, baseado na exploração impetuosa, a princípio dos escravizados, em seguida dos trabalhadores rurais, gerou a construção de uma visão preconceituosa em torno da população que vive e trabalha no campo, em virtude de um imaginário constituído em torno de um trabalho extenuante, árduo, sofrido e mal remunerado.

Durante a primeira metade do século XX a economia brasileira passou a adquirir novas características pertinentes ao processo do capitalismo industrial¹¹, o qual indicava a necessidade de uma maior especialização da classe operária. Ao ponto em que o meio urbano crescia, paralelamente, ao avanço da mecanização, exigindo, na visão do patronato, um maior investimento nos moldes de uma educação direcionada para o mercado de trabalho, coube, apenas, a um percentual exíguo da população do meio rural, a oferta, de uma educação basicamente instrumental, elementar e formadora de mão de obra. Com a priorização do

¹¹ No Terceiro Capítulo discutiremos como o processo industrial foi impactante na análise da Paisagem Geográfica e da Memória da cidade de Nova Iguaçu, bem como para a formação das Escolas do Campo do município, entre elas, mais especificamente, as escolas de Agroecologia Vale do Tinguá.

urbano, o rural permaneceu desassistido de políticas efetivas e específicas para o atendimento das necessidades de seus sujeitos. Vale ressaltar que até a década de 1950 não havia, por parte do Estado Brasileiro, um investimento significativo para o desenvolvimento educacional do meio agrário o objetivo fundamental era o de formar pessoas para o mercado de trabalho nos centros urbanos que surgiram paulatinamente ao avanço tecnológico, fato este preponderante para a incidência do êxodo rural, marcante na biografia da população brasileira, bem como para a desvalorização da cultura camponesa, provavelmente, consequência do silenciamento da memória desses agentes ao longo da nossa história. (RODRIGUES & BONFIM, 2017).

Devido ao vertiginoso crescimento populacional houve um inchaço dos grandes centros urbanos despertando as atenções governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as populações periféricas das grandes cidades e das zonas rurais. A década e 1960 foi marcada pelo desenvolvimentismo industrial, mais acentuado e acelerado do que as décadas anteriores, o que intensificou o fluxo migratório Campo/Cidade exigindo do Estado a elaboração de medidas que contivessem esse deslocamento visto com preocupação pelas elites brasileiras como afirma (RICARDO at al, 2007, p.11):

Na década de 60, a fim de atender aos interesses da elite brasileira, então preocupada com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”.

Além de converter-se numa tentativa governamental de manter a população camponesa atrelada à vida rural, a medida também alinhava-se aos interesses das demandas industriais como a mecanização do campo, a introdução de novos insumos e o uso de agrotóxicos provenientes da denominada Revolução Verde¹². Este modelo iniciou-se, de maneira embrionária, no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), durante os anos 50 adquiriu a força e o *status* de “revolução”, pois foi com o desenvolvimento da indústria química, bem como a ampla valorização das ciências, associada à mecanização do campo, que o movimento, dito “revolucionário”, que convergia aos interesses das elites rurais e urbanas, adquiriu forças, encontrando assim, alguns anos à frente, durante o regime de Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), o cenário propício à sua consolidação. (LAZZARI & SOUZA, 2017). O falacioso discurso de desenvolvimento e empregabilidade do/no meio rural, adjunto ao regime ditatorial, dentro de uma política industrial, marcante nos países, considerados, subdesenvolvidos encontrou um cenário favorável, em razão de atender à ambição do poder hegemônico brasileiro. Sobre este fato os autores afirmam ainda que:

A Revolução Verde irrompe no Brasil com a promessa de modernização do campo, de erradicação da fome, de aumento da produção, e, sobretudo como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos. É aqui que começam a ser delineados os bem pensados traços do agronegócio com a difusão de tecnologias agrícolas que, (...), procuravam espaço no mercado de consumo como os agrotóxicos e fertilizantes químicos. (LAZZARI & SOUZA, 2017, p.4).

¹² Foi denominada de Revolução Verde as inovações tecnológicas que ocorreram na agricultura, a partir da década de 1940, com o objetivo de obter uma maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo atendendo os anseios do capitalismo industrial no aumento pelo lucro e redução dos custos com a mão de obra humana.

Todavia, este processo, não serviu apenas como pano de fundo para a o fortalecimento das lutas pela terra, iniciados na segunda metade da década de 1940 com as Ligas Camponesas¹³, como também, potencializou a mobilização da sociedade civil urbana na busca por direitos. Nos anos finais do regime ditatorial, diante do processo de abertura política e após anos de luta contra a repressão o sistema educacional brasileiro passou a adquirir novos atributos diante do discurso de redemocratização do país. A década de 80, além de marcar o fim do regime militar, culminou com a promulgação da Constituição, em 1988, alcunhada como “Constituição Cidadã”, devido ao seu caráter universal e democrático, a qual garantiu o direito à cidadania as pessoas que outrora não eram reconhecidos na sociedade, como analfabetos, indígenas e trabalhadores rurais. No que diz respeito à educação, o campo, representado pelos movimentos sociais, passou a conquistar espaço no reconhecimento de suas peculiaridades. Vale ressaltar a importante participação de diversos movimentos sociais que buscavam, além do direito a moradia digna, o acesso a terra, e a incessante busca por uma educação de qualidade como cita Ricardo (2007, p.12):

Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB).

Outras iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs).

A mobilização da sociedade civil fez dos anos 90 um marco, no que se refere às legislações voltadas para educação do campo, pois a partir deste período que as lutas dos sujeitos do campo, por uma educação de qualidade, conquistaram a esfera da legalidade. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) foi estabelecido o reconhecimento da diversidade e da singularidade do campo determinando, em seus artigos, que as ações referentes à educação do campo devam ser tomadas visando o atendimento da realidade local (podemos tratar aqui sobre a paisagem geográfica) respeitando suas especificidades (neste caso cabe à reflexão sobre a valorização da memória). No artigo 28 a LDBEN 9.394/96 estabelece, para a educação no meio rural as seguintes normas:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

É notório que, através de um olhar mais apurado do artigo, as lutas no meio rural traduziram-se, neste momento, em um avanço nas políticas públicas, uma vez que os currículos, as metodologias, o calendário escolar, bem como as próprias escolas devem,

¹³ Devido à imensa dificuldade de abertura de um sindicato rural - precisando da aprovação do Estado, as primeiras Ligas Camponesas nascem em 1945 como forma de associação civil sob iniciativa do recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro (PCB). A formação das Ligas foi uma tentativa de estabelecer uma aliança entre proletários e camponeses contra o latifúndio e o imperialismo. A proposição do PCB era a de um inicial pacto entre operários, camponeses e burguesia nacional a fim de superar o feudalismo existente no campo, para então poder estabelecer uma luta contra o capitalismo e a sua superação via o comunismo. (BRITO, 2014, p. 75-76).

segundo a lei, respeitar as necessidades dos educandos, para, além disso, cabe ao Estado, em todas as suas esferas de poder, cumprir o seu dever de ofertar uma educação básica de qualidade a toda população, neste caso específico, a rural, de maneira universal.

Ainda nos anos 90, uma série de eventos e espaços de debates foram abertos no intuito de se discutir reflexões em torno da educação do campo. Entre esses espaços destacaram-se o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, o I ENERA, ocorrido em 1997 e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) com o apoio da Universidade de Brasília (UnB). Este teve como objetivo aprofundar os questionamentos a respeito de uma educação pública voltada para os povos do campo, que considerasse o seu meio, acerca da discussão de temas centrais e específicos inerentes às suas demandas como: políticas públicas, o desenvolvimento econômico-social e a valorização cultural. Além disso, compreender a maneira como os povos do campo concebem o tempo, o espaço, o meio ambiente, a sua produção e, numa visão holística, a organização coletiva dos camponeses, suas questões familiares, trabalho, entre outros. Como fruto deste encontro foi criada, no ano seguinte, a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, entidade que reuniu diversas outras entidades, como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a (UnB Universidade de Brasília), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e a CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), no intuito de promover e gerenciar ações articuladas visando a escolarização dos povos do campo. Essa articulação culminou, ainda em 1998 com a realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, onde foram debatidos temas preponderantes, no tocante a educação do campo, como os problemas de acesso, as condições dos alunos e dos profissionais da educação, a qualidade de ensino e a formação docente, além da discussão de modelos pedagógicos que valorizassem a educação do campo, num sentido amplo, e não somente uma educação rural ou para o meio rural. (SANTOS, 2011).

Os debates acalorados do final da década de 90, em conjunto com a mobilização dos movimentos sociais, legitimada na figura do MST, fomentaram a criação, no ano de 1998, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)¹⁴, o qual passou a fazer parte, em 2011, devido à grande importância, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Este programa concretizou a ocupação de um espaço importante, consequente da luta dos movimentos sociais do campo, em associação com diversos setores e entidades civis, por uma educação de qualidade. Como resultados dessa histórica luta foram aprovadas, em 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que apesar de firmarem um compromisso legal da figura do Estado com a educação básica do campo e, indubitavelmente, se tornar um marco histórico importante para a educação brasileira, em especial para os sujeitos camponeses, o estabelecimento das diretrizes esbarram na burocracia e na falta de interesses das esferas políticas como afirma Santos (2011, p.8) “*Todavia, a*

¹⁴ Portaria nº 10/98 (16/04/1998). O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Por meio do Pronera, jovens e adultos de assentamentos têm acesso a cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado).

O Programa também capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores locais - multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

As ações do programa, que nasceu da **articulação da sociedade civil**, têm como base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Fonte: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera.

lentidão fez com que as políticas de direito não alcançassem proporções significativas e se efetivassem concretamente nas escolas do campo de toda a sociedade brasileira”.

A despeito da lentidão afirmada pelo autor, no que tange à implantação efetiva das medidas e ações públicas nas escolas espalhadas pelo Brasil, houve, ainda assim, um fortalecimento dos grupos de debates sobre o tema. Sucessivamente foram criados o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT)¹⁵, em 2003, e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004, passando a se chamar, posteriormente, em 2011, de SECADI¹⁶ por ser acrescido do eixo Inclusão, sendo esta em nível da esfera do Ministério da Educação (MEC). A SECAD, em especial, teve um significado muito importante, pois proporcionou à Educação do Campo a implementação de uma série de projetos, programas e ações que foram fundamentais para o atendimento das reivindicações e necessidades dos cidadãos do campo pelo direito de um ensino de qualidade. Como efeito, em 2008, com a homologação da Resolução CNE/CEB nº 2, foram estabelecidas diretrizes complementares para o desenvolvimento de políticas voltadas para o atendimento da Educação Básica do Campo, bem como a definição do conceito de “Educação do Campo”¹⁷. Arroyo & Fernandes (1999) ressaltam que a palavra *campo* foi institucionalizada pelos movimentos sociais, devendo, ela, ser proferida em todos os ambientes e inserida, tanto nas políticas públicas, quanto no universo acadêmico. Em substituição e superação do arcaico modelo de educação rural ou “*no*” campo, pelo modelo de luta, que possuem na educação “*do*” campo paradigmas sensíveis às demandas de uma educação popular e igualitária. Como justificativa desses paradigmas, a resolução, trata, ainda, entre outras especificidades, que o atendimento escolar deva ser ofertado o mais próximo possível à moradia dos educandos, respeitando o seu meio, estabelece critérios para a nucleação de escolas, da implementação da obrigatoriedade do transporte escolar, da normatização da oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental obrigatoriamente nas próprias comunidades rurais, evitando, assim, a imposição da nucleação de escolas, bem como do deslocamento das crianças, fatos estes que dificultam a permanência dos mesmos no ambiente escolar. Nota-se que o dispositivo regulatório busca a valorização e respeito da localidade, bem como garante a permanência dos agentes do campo em seus locais preservando a sua memória e a sua relação com a paisagem.

Todo este movimento propiciou, em 2012, a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), o qual teve como finalidade orientar os sistemas de ensino quanto à execução, via programa, das práticas específicas de apoio à Educação do

¹⁵ O GPT – Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo foi instituído através da Portaria nº 1.374, de 3 de junho de 2003, com a atribuição de articular as ações do Ministério da Educação pertinentes à educação do campo, divulgar, debater e esclarecer as Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo. O GPT – Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo conta com a participação de representantes das diversas Secretarias integrantes da estrutura do MEC e Gabinete do Ministro, representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Conselho Nacional de Educação – CNE. Para acompanhamento das atividades o Grupo tem contado com a participação organizações e instituições da sociedade civil que atuam na área de educação do campo, especialmente, aquelas representativas de trabalhadores rurais.
Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2024-edital-151-tor&Itemid=30192.

¹⁶ Reestruturação realizada na ex-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), à qual se “acrescenta” o eixo da inclusão. (BRASIL, 2011a, 2012).

¹⁷ Compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, com a finalidade de atender às populações do campo em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2013)

Campo e à educação quilombola, considerando as reivindicações históricas destas populações quanto à efetivação do direito à educação. Constituído de um conjunto de ações voltadas à garantia do acesso a escola, bem como a permanência dos discentes e profissionais, o direito à aprendizagem, além da valorização do universo cultural das populações do campo. O PRONACAMPO foi à concretização da luta dos movimentos sociais e entidades que buscavam uma educação popular universal e de qualidade, pois passou a ocupar o espaço apoteótico da Esfera Federal, tendo a disponibilidade de investimentos a serem empregados no campo. Porém, a oferta de recursos não garante a equidade educacional ao compararmos o meio rural com o urbano, pois a dicotomia entre os dois ambientes encontra-se permeado de interesses que compõem as lutas de classe e de poder hegemônicos, debatidos anteriormente, característicos do sistema capitalista, ao qual estamos inseridos e são tão evidentes no Brasil. As conquistas da Educação do Campo remetem-se às conquistas dos movimentos sociais e de entidades civis que, ao reivindicarem os seus interesses, a partir de suas memórias, abriram espaços dentro dessa dinâmica marcada por critérios individualistas, mercadológicas e políticas, na medida em que a educação, também, dentro dessa lógica personifica-se em um espaço de intensa disputa, seja ela política, econômica e/ou social. Para que, a já consolidada, Educação do Campo se mantenha é necessário que seus agentes sensibilizem-se, a todo o momento, sobre a importância das suas práticas educativas e do seu papel na luta por uma educação popular que valorize o campo superando o discurso em detrimento da prática como alerta Santos (2011, p. 10) *“Esse debate deve combater com urgência o individualismo, o voluntarismo, as atitudes que geram apenas um amontoado de palavras “boas e bonitas” ou mesmo discursos e oratórias distantes das diversas realidades campesinas desse nosso Brasil”*.

2 CAPÍTULO 2

O CONTEXTO HISTÓRICO DE NOVA IGUAÇU E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO

Hino da Cidade de Nova Iguaçu

Nova Iguaçu! Terra linda e encantadora,
Desde os tempos de outrora,
Dos meus velhos ancestrais.
Tens uma história,
Cheia de belezas mil,
O encanto Fluminense,
É o orgulho do Brasil.
A Maxambomba!
Dos engenhos do passado,
Nova Iguaçu!
Dos dourados laranjais.
Hoje feliz,
Com teu rico alvorecer,
Com teu progresso e beleza,

Fonte: <http://www.novaiaguacu.rj.gov.br/cidade>

A Memória e a Paisagem Geográfica, abordados no capítulo anterior, são conceitos que abarcam uma infinidade de interpretações sobre um determinado recorte temporal, pois carregam em seu âmago as interações não só humanísticas, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, como também a interações destes mesmos seres humanos com a natureza. O controle mnemônico e da paisagem foi, e ainda é, alvo de constantes disputas, uma vez que representam valores permanentemente almejados dentro da lógica das sociedades capitalistas, que buscam se consolidar em detrimento do domínio de outros povos. Dentro do controle do imaginário, bem como da oralidade dos, denominados, arquivos de memória¹⁸ vemos a intencionalidade dos grupos que as dominam em revelar, de acordo com seus interesses, de um lado, os elementos a serem exaltados e recontados, e de outro os elementos que não terão espaços ou serão soterrados (silenciados), num propósito de conter o reconhecimento dos grupos subalternos. As letras e estrofes dos hinos, que na sua absoluta maioria, fazem referência em seus versos a um passado de magnificências e plenitude habitualmente destacam os considerados feitos “heroicos”, os fatos “grandiosos”, os cenários “encantadores” entre outros, buscam, não só ratificar, como também perpetuar a história que fora forjada em algum momento do passado. Ao debruçar sobre o hino da cidade de Nova Iguaçu percebe-se que estas características ocorreram de maneira similar, pois ao refletir sobre a composição dos versos encontram-se o enaltecimento de um passado marcante, associado à história do Brasil.

Cabe destacar, assim, que a história iguaçuana está diretamente ligada à história nacional, que será visto mais adiante, estando ilustrada no hino por um conjunto de palavras

¹⁸ Le Goff (2003).

de exaltação, como linda e encantadora, as quais, em minha opinião, fazem jus à cidade, além do anseio por um futuro esplendoroso, como no caso do progresso. Entretanto, em momento algum, os estribilhos citam as classes subalternas como os povos indígenas, que foram dominados durante o processo de colonização da região, a partir do século XVI, os escravizados, que trabalhavam compulsoriamente nas lavouras e nas construções, os quilombolas, que buscavam em Nova Iguaçu abrigo frente ao sistema escravista, os agricultores, que resistiam e, ainda, resistem ao sistema, principalmente, os remanescentes na região de Tinguá, os operários que faziam, e fazem, de sua mão de obra a força de trabalho para o seu sustento, entre tantos outros sujeitos que contribuíram para a construção e constituição da memória e da paisagem da cidade de Nova Iguaçu e que de alguma maneira foram silenciados, nas palavras de Pollak, ou soterrados, de acordo com o discurso de Benjamin.

Estas inquietações surgiram a partir das experiências, como professor, no chão de escola, baseado em trabalhos desenvolvidos com a participação dos alunos, os quais, em inúmeros momentos, me arguíam a respeito da baixa representatividade de “personagens” advindos das camadas mais populares na história do município, além do fato de pouco se expor a importância da população periférica na construção desta mesma historicidade. Por tanto é essencial que estas vozes sejam ouvidas, no intuito de estabelecer uma reflexão sobre a própria história. Diante disso, buscaremos nesse capítulo compreender, de maneira breve, através da releitura autoral, das fontes iconográficas, escritas e orais como constituiu-se a formação e evolução do Município de Nova Iguaçu, entre o século XVI e o século XX, buscando entender, ao final, a relação dos agricultores da região de Tinguá com a Educação do Campo, a partir da Memória e da Paisagem Geográfica.

2.1 O Processo de Colonização de *Nova Iguaçu*

Para um melhor entendimento sobre a importância da Educação do Campo para o município de Nova Iguaçu, mais especificamente na região de Tinguá, é imprescindível analisarmos, inicialmente, o processo de surgimento e sua construção, desta maneira entender-se-á que, a todo o momento, o campo, se estabeleceu como um ambiente de luta, tendo a terra, como pano de fundo para a ocorrência de inúmeras disputas e entraves em diversos níveis sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais.

A segunda metade do século XVI compreende um marco inicial sobre a construção histórica de Nova Iguaçu, quando, em 1534, Martim Afonso de Souza recebeu da Coroa Portuguesa a doação da Capitania de São Vicente, onde dela faziam parte as terras no vale dos rios Iguaçu, Meriti, Sarapuí e Estrela (Inhomirim), estas terras eram habitadas pelos índios Tupinambás, também denominados de Tamoios, constituídas por terrenos alagadiços, pantanosos e por uma cadeia de serras, de onde desciam muitos rios (SIMÕES, 2007). No ano de 1555, franceses liderados por Nicolau Durand de Villegagnon, invadiram a Baía da Guanabara com o objetivo de fundar a França Antártica. Na tentativa de se estabelecerem na região, instituíram relações cordiais com os índios Tupinambás, que, desde os anos iniciais da colonização, eram inimigos dos portugueses. Essa aproximação provocou a reação tanto dos jesuítas que catequizavam os indígenas no Brasil quanto dos colonizadores, os quais passaram a exercer uma grande oposição aos tupinambás tornando-os alvo de intenso massacre, como cita Peres (2004, p.16):

Usando os mais requintados processos de crueldade, os portugueses conseguiram aterrorizar os próprios índios, já habituados a toda espécie de luta. Somente em pensar nos castigos inenarráveis que se infligiam aos prisioneiros, muitos índios se submetiam ao julgo, vencidos pelo Terror.

Em São Vicente, as aldeias eram atacadas e desapareciam na voragem das chamas. Cadáveres nas selvas e nas praias atestavam o barbarismo do colonizador.

Cabe ressaltar neste momento que os povos indígenas foram os primeiros habitantes, logo os proprietários do território brasileiro, assim, portugueses e franceses dizimaram incontáveis populações indígenas e aculturaram outras milhares seguindo os anseios da lógica do Capitalismo Mercantilista que vigorava durante o século XVI, sendo este e outros episódios silenciados nos monumentos de memória, como o hino nacional por exemplo. Com a expulsão dos franceses, em 1567, as capitanias voltam ao domínio da Coroa portuguesa. Para garantir o povoamento e evitar novas invasões, foram doadas então as primeiras sesmarias que margeavam a Baía da Guanabara.

2.1.1 O cultivo canavieiro e o comércio

A partir de 1611 começou a ser construído o primeiro engenho de açúcar do Iguassú por monges da Ordem de São Bento que receberam uma sesmaria nas proximidades do rio Iguazu outros engenhos ergueram-se, porém a atividade não obteve um êxito duradouro na região. O referido engenho funcionou por, aproximadamente, 35 anos, sendo fechado pela pouca produtividade dos canaviais, plantados nos terrenos alagadiços. Em contra partida da produção açucareira, o cultivo de cana gerava um lucro considerável aos seus produtores o que manteve a continuidade da cultura tanto na região quanto nas localidades vizinhas, como afirma Pereira (1977, p.27):

E foram justamente os plantadores de cana que serviram de base a este ciclo econômico de Iguazu. Em grande número, quase todos forneciam cana para os engenhos mais próximos, quer como meeiros quer como participantes do lucro sobre o açúcar produzido. Outros trocavam a cana por gêneros alimentícios e artigos necessários à vida da fazenda, através de intermediários. Outros, ainda, reservavam, para consumo próprio, a cana que daria açúcar, aguardente e melado.

Apesar dos engenhos não terem adquirido um período longo de produção açucareira, se comparado a outras capitanias da colônia, os canaviais se destacaram, pois o gênero servia como moeda de troca por outros produtos, além de servir de base para a movimentação do ciclo de outras fontes de renda como o comércio de escravos e a produção de gêneros alimentícios, como a mandioca. Mesmo não recebendo o apoio esperado a cultura canavieira representou a atividade rural mais lucrativa da região.

Apesar da falta de apoio das autoridades à agricultura de Iguazu, principalmente a da cana, responsável pelo surgimento de fortunas e barões, esta se estendeu por muitos anos, em razão da tradição rural destas mesmas fortunas e por ser o açúcar, apesar dos obstáculos que teria que enfrentar no município, a mais lucrativa atividade rural. (PEREIRA, 1977, p.27).

Nesta época, os produtos agrícolas eram transportados até a Baía de Guanabara, pelo leito dos rios, através do comércio de cabotagem, abastecendo o município do Rio de Janeiro. No final do século XVII, tem início a abertura do primeiro caminho do ouro a passar pela região. Criado para substituir o traçado do caminho tradicional, que terminava em Parati, denominado de caminho dos Guaianás “*Esse caminho começava na Freguesia de N. Senhora dos Remédios de Parati, onde, subindo-se a serra do Cunha, chegava-se à Taubaté a caminho das lavras auríferas*” (TORRES, 2004, p.35). Este caminho, entretanto, era extremamente desgastante devido à longa distância e ao alto grau de periculosidade, uma vez

que obrigava os tropeiros a embarcar na Baía de Sepetiba, a qual além de se localizar afastada do centro sofria com os riscos dos mares advindo do ataque de piratas que navegavam entre o litoral de Angra e Parati. (TORRES, 2004, p.35)

Como alternativa para o escoamento do ouro trazido das minas gerais até o destino final, que era a Baía da Guanabara, foi construído o Caminho do Pilar do Iguassú, também conhecido inicialmente, como Caminho Novo das Minas, passando a se chamar, posteriormente, Caminho Velho, quando foi aberto o Caminho Novo do Tinguá. Esta via, que foi entregue à circulação em 1704, pelo bandeirante Garcia Rodrigues Pais, inaugurou a primeira rota de ligação direta entre o Rio de Janeiro e as minas gerais rompendo a barreira geográfica que era a Serra do Mar, o que serviu para aquecer a economia da região, bem como das localidades adjacentes à zona portuária do Pilar.

O ouro descia diretamente para o Rio. As tropas saíam do sertão vergadas de mercadorias. O porto em fim se abria em definitivo como direto escoadouro dos planaltos. A vida carioca atingia um novo ciclo, imposto pelos fatores geográficos a diversamente reagirem numa nova fase cultural a da influência e da expansão comercial e política da cidade sobre as regiões longínquas da mineração. (TORRES, 2004, p.36)

Ainda no século XVIII, outros caminhos do ouro ampliaram ainda mais a importância dos rios, em especial da capitania de São Sebastião do Rio de Janeiro, tais caminhos desempenhavam a função de ligação entre os caminhos de terra firme e a Baía de Guanabara. Em 1724, Bernardo Soares Proença entregou para trânsito de comerciantes e animais o Caminho do Inhomirim, esta rota menos íngreme e menos distante que a do Pilar, tornou-se uma alternativa para o escoamento de produtos e pedras preciosas entre a Guanabara e as minas gerais, uma vez que, além reduzir, consideravelmente, o tempo das viagens, proporcionava aos tropeiros uma maior segurança devido ao desvio que o “Caminho do Proença, como também era conhecido, fazia em direção ao Porto Estrela, conferindo a região um notável comércio. (TORRES, 2004).

A busca incessante dos tropeiros em ultrapassar a cadeia montanhosa da Serra do Mar com o intuito de intensificar o trânsito de pessoas, animais, produtos e pedras preciosas fez com que, em 1728, fosse concluído o caminho, que adentrava pela Serra do Tinguá. Coube a Estevão Pinto a concretização do denominado “Caminho Novo do Tinguá”, o qual formava um entroncamento com os caminhos do Pilar (1704) e Inhomirim (1724) seguindo fluxo a beira do rio Paraíba como escreve Torres (2004, p. 40):

Entretanto só mais tarde, em 1728, este caminho estaria concluído com o trabalho do mestre Estevão Pinto que ficaria conhecido como “Caminho Novo do Tinguá”. Este caminho, após galgar a Serra do Mar ia encontrar-se com o “caminho de Garcia Pais”, e o “caminho de Bernardo Proença” aberto em 1724 na região ainda hoje denominada de Stº Antônio da Encruzilhada, reunindo-se em um só caminho em direção à margem direita do rio Paraíba.

Pelas águas seguiam o ouro, os escravos, o café, que se tornou no século XIX o principal produto da pauta econômica brasileira, e demais outros produtos agrícolas (os proprietários de terras já contavam com a mão de obra escrava e acumularam nesta época grandes fortunas) fazendo dos vilarejos às margens dos rios, que serviam de porto para o escoamento até a capital, prosperarem e crescerem em importância.



Figura 1 – Mapa dos principais portos da Baixada Fluminense (séculos XVIII – XIX)
 Fonte: mapa inspirado no site Mobilidade Fluminense¹⁹

Pelo mapa evidenciam-se os principais portos da região que serviam como entrepostos comerciais até a chegada ao destino final, que era a Baía da Guanabara. Em destaque vemos a noroeste da Guanabara o “Caminho do País” ou Caminho do Pilar, bem como o porto do Pilar (nº1), um pouco mais a direita e ao norte da baía localizavam-se o “Caminho Proença” ou Caminho do Inhomirim, o qual fazia ligação com os portos Inhomirim (nº2) e Estrella (nº3). Ainda a noroeste, mais acima do Pilar, encontrava-se o porto Iguassu (nº4), o qual foi responsável pelo destaque que a região passou a adquirir a partir do século XVIII com a abertura do “Caminho Novo do Tinguá”, em 1728, como vimos anteriormente, e em seguida, no século XIX, com a abertura do Caminho do Comércio (1811), o qual será abordado mais adiante.

2.2 Os Caminhos de *Iguassú*

Considerada a maior riqueza agrícola do século XIX, o café propiciou, na região, o surgimento de uma via, que seria a primeira estrada brasileira aberta para transporte desse grão, a Estrada Real do Comércio. Ela tinha início no Largo dos Ferreiros, no perímetro urbano da Vila de Iguassú, na Serra do Tinguá, indo até as terras do Barão de Ubá, em Paraíba do Sul. Sua idealização teve início a partir de 1811 diante do interesse da Real Junta do Comércio²⁰, em dinamizar o escoamento do que seria mais tarde o principal produto da

¹⁹ <https://www.mobilidadefluminense.com.br/2018/05/Municipio-de-Estrella.html?m=1>. Acesso em: 30/02/18.

²⁰ Após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, uma série de medidas foram tomadas com o escopo de transformar a cidade em centro do império português, no processo de enraizamento do Estado e dos interesses que gravitavam em torno de sua órbita. Criado por Alvará Régio de 23 de Agosto de 1808, o tribunal na Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação deste Estado do Brasil e seus domínios Ultramarinos manifestou importância singular na resolução de conflitos judiciais no interior no “sistema luso-brasileiro”. (LOPES, 2009, p. 11).

economia colonial, o café. Iniciaram-se, entre os anos de 1813 e 1817 as obras do trecho inaugural, ainda sem calçamento de pedra, sendo, mesmo assim, utilizada durante anos intensivamente pelos tropeiros, entretanto, apesar de bela, a estrada era mal conservada necessitando mais tarde de investimentos para sua melhoria (não podemos esquecer que, praticamente, em sua totalidade, a obra foi concretizada através do suor e do sangue proveniente da força do trabalho compulsório imposto aos povos escravizados). Com o crescimento dos cafezais, na região do Vale do Paraíba, e de toda a estrutura comercial que girava em torno da atividade que se desenvolvia durante a segunda metade do século XIX, houve a necessidade de se aperfeiçoar o caminho, partes do trecho receberam calçados de pedras, tanto em Ubá como na Serra do Tinguá, com resquícios existem até os dias de hoje. Esta intensa rota comercial proporcionou um crescimento enfático ao vilarejo ao ponto de elevar-se à categoria de vila. (BARROS, 2004). Porém não podemos deixar de destacar que frente a este processo de monopolização das terras iguaçuanas surgiam, paralelamente, diversos quilombos, como forma de resistência à estrutura de poder que se estabeleceu a ponto de formar uma elite política e econômica na região. (MAIA et al., 2015).



Figura 2 – Estrada real do comércio (1811)

Fonte: Acervo próprio.

Construída com o objetivo de facilitar o escoamento comercial, o calçamento de pedras assentadas com o suor do trabalho escravo, tornou-se por anos uma das principais rotas de mercadores do Brasil. Os vestígios possibilitam idealizar como as tropas percorriam, num trânsito de idas e vindas, a vila com destino ao porto de Iguassú. A análise fotográfica propicia a reflexão sobre a transformação da paisagem local com o objetivo de instituir, na região, e adjacências, condições para adaptá-la aos interesses políticos, econômicos e sociais da época, como a comercialização de produtos (cana, mandioca, café entre outros) e escravos, a vontade política em aumentar os seus dividendos comerciais e a participação da população (local e viajante) de lucrar e/ou sobreviver diante desse cenário. Como consequência desses acontecimentos, em 15 de janeiro de 1833, a povoação de Iguassú foi elevada vila, nascendo assim o município de mesmo nome. Seu território era então composto por seis Freguesias ("distritos"), desanexas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, São João Batista do Meriti, Santo Antônio da Jacutinga, Nossa

Senhora da Conceição de Marapicu, Nossa Senhora do Pilar (do Iguassú) e Nossa Senhora da Piedade do Iguassú (sede da Vila de Iguassú). (BARROS, 2004, p.96).

Tabela 1 – Freguesias de Iguassu / cidades atuais

ANTIGAS FREGUESIAS	CIDADES ATUAIS
Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim	Magé
São João Batista do Meriti	São João de Meriti
Santo Antônio da Jacutinga	Atual Centro - Nova Iguaçu
Nossa Senhora da Conceição de Marapicu	Cabuçu - Nova Iguaçu / até Queimados
Nossa Senhora do Pilar (do Iguassú)	Duque de Caxias
Nossa Senhora da Piedade do Iguassú (sede da Vila de Iguassú).	Tinguá – Nova Iguaçu / até Belford Roxo

Fonte: Autoria própria com base em Torres (2004).

A tabela acima traça um comparativo didático entre as antigas freguesias que compunham o Município de Iguassú com a localização das mesmas, ou proximidades, dentro dos atuais municípios, resultado de diversos desmembramentos e emancipações, os quais transformaram radicalmente o território existente no século XIX ao comparar com a contemporaneidade. A partir de 1835 o porto Iguassú começou a perder a sua supremacia comercial com crescimento do Porto Estrela (Freguesia de Inhomirim, atual Magé), que passou a fazer concorrência no escoamento da produção para a Baía da Guanabara. A competição cresceu ainda mais quando Irineu Evangelista de Sousa, inaugurou em 1854 a Estrada de Ferro Barão de Mauá, que transportava toda a produção de Petrópolis até o Porto Estrela, acelerando o comércio dando uma nova roupagem para o deslocamento e para as trocas comerciais. (TORRES, 2004).

Neste mesmo período as terras da Vila Iguassú começaram a sofrer um processo de abandono causado, também, pela obstrução e assoreamento dos rios dificultando a sobrevivência de agricultores e comerciantes. Aliado a este processo erosivo outro conjunto de fatores foi preponderante para o enfraquecimento da vila como cita Pereira (1977, p.90):

(...) diante de um fracasso total que se antevia pela soma de das conseqüências oriundas do trem de ferro (1854-58), da cólera-morbo (1855), da febre amarela (1859-63), da abolição do tráfico escravo (1850) e da carestia dos gêneros alimentícios (1857), que dificultava a manutenção do contingente servil, tudo isso aliado a falta de apoio do governo (...).

Nas palavras do autor percebe-se que um dos problemas encontrados para tal processo, além do desenvolvimento ferroviário que abordaremos mais a frente, foi à falta de investimentos públicos, principalmente, no que diz respeito à saúde, o qual possibilitou a proliferação de doenças, pois o surto de cólera e da febre amarela incidiu, em maior grau sobre a população mais pobre composta por pequenos agricultores e escravos afetando diretamente tanto a produção alimentícia quanto a exportadora. Todavia Maia (2015) nos convida e pensar este “abandono” não como um desmonte total e sim uma reorganização da estrutura fundiária, uma vez que dentro deste processo imbricavam-se às resistências dos

escravos (as quais culminaram com as leis abolicionistas, iniciadas a partir de 1850 com a lei Eusébio de Queirós e finalizada com a Lei Áurea) ao deslocamento, anos mais tarde, da produção do café do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista. Estes fatores tornaram as rotas fluviais ainda mais obsoletas, sem, porém, transformar as terras da Serra do Tinguá em vazios demográficos. Antes de perder a sua supremacia a Vila de Iguassú, nas cercanias de Tinguá, possuía uma grande importância no cenário comercial para o Rio de Janeiro e para o Brasil Imperial, pois além de ter sido uma importante rota comercial para o escoamento do ouro que vinha das minas gerais, no século XVII (*Caminho Velho*), era também um importante porto responsável pelo escoamento de grande parte da produção dos principais fazendeiros da região, que produziam além do café, açúcar, cereais e tubérculos. Como prova da importância deste intenso período, o qual ilustrava o contexto político (no que diz respeito ao império e todas as suas características aristocráticas), econômico (num sentido de produção agrícola e latifundiária) e social (de uma sociedade escravagista baseada nos privilégios e na desigualdade) é presente, na memória coletiva da sociedade iguaçuana, a história, mesmo com diferentes interpretações, da Fazenda São Bernardino. Pertencente ao rico comerciante Bernardino José de Souza Mello, a propriedade foi inaugurada no ano de 1875 e representou, em Nova Iguaçu, a conjuntura do Brasil imperial da segunda metade do século XIX. (BARROS, 2004).

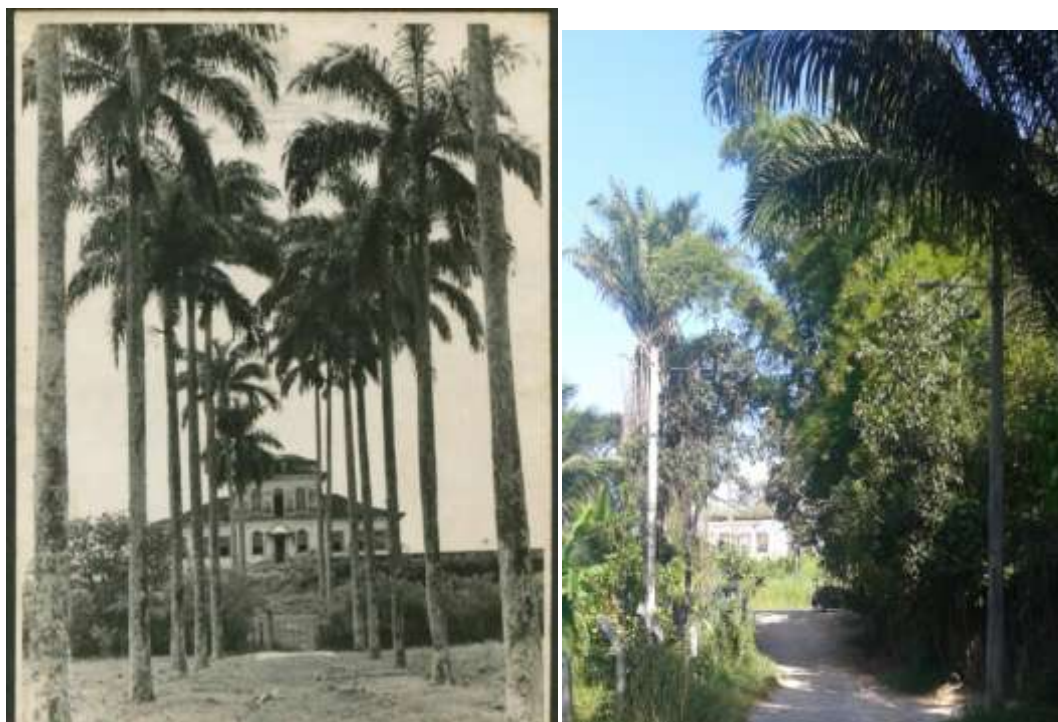


Figura 3 – Comparativo da entrada principal da fazenda São Bernardino de Mello
Fonte: Foto à esquerda Richard Pimentel e à direita acervo próprio.

Construída em estilo neoclássico, a fazenda destacou-se na produção de açúcar, farinha de mandioca, café e carvão, embora fizesse parte de um panorama que representou a opulência da rica aristocracia senhorial iguaçuana, esta fazenda teve um papel fundamental, pois fazia parte da rota comercial econômica brasileira de um período em que a Vila Iguassú, ainda se configurava como a principal sede. Pelas imagens é possível traçar um paralelo em torno das transformações ocorridas na paisagem. A foto da esquerda, datada de 1965, mostra a fazenda, ainda em bom estado de conservação, que mantinha traços característicos do século XIX, descrita por Barros (2004, p. 102) “*casa grande, senzalas, engenhos, eira e beira e outras dependências*”. Na imagem atual, à direita, datada de 2016, observa-se uma paisagem

mais urbana e bastante transformada em relação à primeira, nota-se que o caminho em direção à casa grande não possui mais a mesma quantidade de Palmeiras Reais, os postes de energia elétrica entremeiam-se às árvores mais recentes tendo ao fundo a Estrada Federal de Tinguá (RJ-111).



Figura 4 – Comparativo da fachada da fazenda São Bernardino de Mello
Fonte: Foto à esquerda Jornal de Hoje (12/01/18) à direita acervo próprio.

Numa outra perspectiva, tem-se uma imagem da fazenda, na década de 70, à esquerda, ainda preservada, onde visualizam-se claramente a fachada da casa grande, as escadas que levavam à entrada principal, as grandes janelas e a sacada na parte superior da residência. Na ilustração contemporânea, à direita, vê-se apenas as ruínas daquilo que fora uma representação da sociedade escravagista patriarcal do século XIX, associada a elementos característicos da sociedade atual, como visto na cobertura asfáltica da rodovia, bem como nos fios de alta tensão suspensos à frente do casario. A cena mostra, nas palavras de Shier (2003), uma paisagem geográfica bastante modificada, em comparação com a primeira, mas que, de certa maneira, representam as identidades espaciais que fazem parte da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade em seu determinado período de tempo. O fato de a propriedade encontrar-se, em nosso tempo, praticamente em escombros, leva-nos a refletir sobre alguns motivos que levaram, segundo os pesquisadores da memória, a esse soterramento. Vergonha ou trauma do passado escravista e/ou da decadência econômica? Desinteresse com preservação cultural por parte do poder público? Falência das famílias proprietárias? Em fim, uma incontável quantidade de indagações a serem concebidas no intuito de revolver esta história soterrada nos escombros da ruína. A construção mnemônica da Fazenda São Bernardino é bastante representativa no imaginário da construção histórica da sociedade iguaçuana sendo evidenciado em diversos ambientes, entre eles, os espaços educacionais. No próximo capítulo verificaremos como os sujeitos da Escola Municipal Agroecológica Vale do Tinguá compreenderam este período através das interpretações das atividades propostas no espaço pedagógico.

Este horizonte favorável de intenso comércio e opulência econômica proporcionado, principalmente, pela produção cafeeira, em alta nos anos finais do século XIX, atravessou,

neste ínterim, por uma substancial reviravolta devido às transformações tecnológicas advindas da Primeira Revolução Industrial. Com isso, uma grande quantidade de lugarejos surgiu tornando alguns aglomerados rotas ou paradas estratégicas dos tropeiros, que procuravam um lugar seguro para o seu descanso. Um desses vilarejos de destaque foi o de Maxambomba, que ficava no *Caminho de Terra Firme*, onde hoje se localiza a região central da cidade de Nova Iguaçu. Os tropeiros encontravam no local um lugar para repousar, dar descanso aos animais, trocar ferraduras e comprar víveres, tornando, assim, o ponto sempre mais movimentado. Com sequenciais acontecimentos que dificultavam a sobrevivência na Vila Iguaçu fizeram com que a Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga perdesse a sua matriz, transferida para o Pouso de Maxambomba, denominada mais tarde de Nova Iguaçu, numa alusão à antiga vila de mesmo nome.

2.3 A Chegada da Ferrovia e a Mudança de Sede

As contínuas mudanças agitavam o cotidiano do município. Com o aumento das exportações do café houve um crescimento das lavouras na região do Vale do Paraíba, esta produção encontrava dificuldades de escoamento pelas antigas rotas que passaram a entrar em decadência, como vimos anteriormente, devido à inauguração de vias férreas que tinham como objetivo facilitar o trânsito dos grãos até a Baía da Guanabara. Assim, a chegada da via férrea, que ligava o Rio de Janeiro ao Pouso dos Queimados, a Estrada de Ferro D. Pedro II (que se tornaria a Central do Brasil durante a república, e tem hoje o nome de Rede Ferroviária Federal), inaugurada no dia 29 de março de 1858, fez com que o comércio trocasse as águas dos rios pelos trilhos. De um lado, as vilas localizadas às margens dos rios, como a de Iguaçu, entraram aos poucos em desuso, embora ainda (r)existissem (visto a Fazenda São Bernardino fundada anos depois da referida ferrovia, em 1875), de outro floresciam as localidades situadas às margens da ferrovia, entre elas o povoado situado ao redor da estação de Maxambomba, o qual cresceu com a passagem da linha férrea. Entretanto foi a partir da Proclamação da República (1889), quando foi elevada a categoria de vila e logo a de cidade, que Maxambomba adquiriu um caráter urbano, característico das cidades que surgiam a reboque do processo industrial. Para sua localidade transferiram-se a Câmara Municipal, os Cartórios Judiciais, a Coletoria entre outros órgãos públicos. A vida oficial e outras circunstâncias favoráveis, como a ferrovia, tornaram necessárias novas construções e saneamento do povoado fundando novas casas de negócio.

Por fim, a própria sede do município foi transferida para o Arraial de Maxambomba, sendo elevado à categoria de vila pelo decreto nº 204 (1º de maio de 1891). Iguaçu, que perdia aos poucos sua prosperidade e boas condições de habitação, perdeu também a condição de vila. A Vila de Maxambomba foi intitulada cidade, pelo decreto nº 263 (19 de junho de 1891), contudo, somente no início do século XX (1916) o antigo nome do povoado foi alterado em definitivo pela lei nº 1.331, de 09/11, para *Nova Iguaçu*, guardando a referência ao antigo berço do município, ficando a antiga Vila de Iguaçu conhecida como *Iguaçu Velho*. (FORTE, 1933).



Figura 5 – Estação de Nova Iguaçu (século XIX)

Fonte: Arquivo Diocese de Nova Iguaçu

As transformações que ocorreram concomitantemente à construção da ferrovia marcaram não só a memória como também a paisagem da nova sede municipal, nas palavras de Maia (2015, p.236):

Maxambomba, núcleo desta nova economia em ascensão, rapidamente teve sua paisagem alterada pelos efeitos de uma incorporação urbana que demandava, aceleradamente, a construção de estradas, instalação de redes de água e esgoto, iluminação pública, eletricidade, praças e hospitais.

Assim como ocorrido com a Velha Iguassú, o avanço tecnológico que veio a reboque da Revolução Industrial impactou consideravelmente no cotidiano da cidade. Ficaram expostos, de maneira clara, tanto na imagem quanto no fragmento os ideais de urbanização e mecanização, característicos do processo de industrialização dos séculos XVIII e XIX, a ocupação do espaço urbano, que seguia a lógica capitalista, marca da estrada de ferro, a tal ponto de estabelecer o deslocamento do legislativo local. Com o decreto do Governo do Estado do Rio de Janeiro transferindo a sede para Maxambomba (1º de maio de 1891) a Câmara Municipal realizou em 22 de junho de 1891 a sua primeira sessão, uma vez que as últimas sessões da velha Iguassú foram realizadas em 4 de março e 13 abril do mesmo ano. Graças a esta transferência a “Velha Iguassú”, como passou a ser chamada, perdeu a sua importância entrando suas estruturas comerciais, sedes, fazendas, estradas e portos em ruínas abandonadas pelo fluxo migratório da população para a nova sede atraída pela infra-estrutura, melhores condições de vida e trabalho, favorecidos pelo progresso representado pela ferrovia. (FORTE, 1933; PEREIRA, 1977).

2.4 A citricultura

A primeira década dos anos de 1900 foi marcante para o município de Nova Iguaçu, no que diz respeito à economia, em uma parte movimentada pelo comércio do café, embora anos mais tarde sendo o seu cultivo deslocado para São Paulo, em outra pela florescer da citricultura, ainda que iniciada no final do século XIX, que começou a galgar espaço no cenário econômico encontrando na Baixada condições propícias para o seu desenvolvimento.

Curiosamente, a princípio, a produção teve início, a partir do interesse dos agricultores locais, sem a contribuição da administração, segundo Dias (2014, p.80):

Entre os grupos agrários dos estados secundarizados na correlação de forças no cenário nacional, o combate à monocultura na campanha pela diversificação dos produtos, o fomento à produção em propriedades parceladas, a adoção da mão de obra nacional e a modernização dos modos de cultivo eram os pilares do movimento ruralista.

Desta maneira, diante do desenvolvimento da cultura, sob a tutela da iniciativa dos ruralistas locais, os produtores passaram a exigir melhores condições de estrutura e investimento (como transporte, maquinário, ensino entre outros), ao ponto de adquirirem, junto ao governo federal, presidido por Nilo Peçanha, acordos comerciais que incentivaram a produção fazendo com que a citricultura se firmasse, principalmente, a partir de 1915, tornando-se num novo produto para a economia municipal.

Ao ponto em que a produção aumentava, as articulações entre produtores e esferas governamentais assumiam novos contornos culminando com a criação, no ano de 1939, da Associação Rural de Nova Iguaçu, em consonância às sugestões e influência do próprio Ministério da Agricultura da época. Este fato denotou a importância que a citricultura adquiriu para a economia nacional tanto ao mercado interno quanto ao mercado internacional, carregando consigo, ainda na memória do município, a alcunha de “Cidade Perfume” (BARROS, 2004), em uma alusão ao aroma exalado pelo fruto que era cultivado nas inúmeras propriedades.

Paralelamente a citricultura ocorreu também uma diversificação da economia, principalmente no setor de serviços dinamizando a empregabilidade em áreas direta ou indiretamente ligadas à laranja. O *packing house*²¹ fez com que o mercado de trabalho se expandisse oferecendo novas formas de emprego para além das colheitas nos pomares. A imagem abaixo, do jornal Correio da Lavoura, traz na capa a visita do então presidente à época, Getúlio Vargas, à cidade de Nova Iguaçu. Por ela podemos perceber o *status*, ao qual, a produção adquiriu em âmbito nacional e internacional a ponto de atrair os olhares e interesses do Governo Federal ao promover uma série de medidas, entre elas à inauguração de armazém. Este empreendimento estabeleceu dentro da lógica capitalista industrial um novo ciclo econômico que apesar de, predominantemente agrícola, introduziu parâmetros fabris como a interdependência entre Plantadores, Exportadores, Operários Industriais e Operários Agricultores. Pereira (1977, p.140) relata esta interação quando afirma que “*Centenas de famílias dependiam diretamente dos serviços secundários da citricultura: da fabricação de caixas, do transporte das frutas desde os pomares aos portos de embarque, passando pelos barracões, do tratamento e acondicionamento das laranjas e outros serviços*”.

²¹ Locais onde se embalavam as laranjas (Armazéns). Segundo o dicionário Linguee, significa casa de embalagem. <https://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/packing+house.html>. 05/01/2018.



Figura 6 – Jornal correio da lavoura - visita de Getúlio Vargas à Nova Iguaçu
 Fonte: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/1496>

A capa do Correio da Lavoura, datada de 25 de junho de 1931, destaca a visita feita pelo, então, presidente Getúlio Vargas, à cidade de Nova “Iguaçu” numa comitiva que tinha como propósito uma série de eventos, entre elas a inauguração do Packing House. O mesmo jornal, na página de nº 5, faz uma espécie de “convite” conclamando pequenos agricultores a se instalarem ou arrendarem terras no município com o intuito de produzir e enriquecer ao investir no empreendimento, principalmente as classes mais pobres, numa espécie de propaganda do produto, o título da matéria “O benefício dos pomares e da pequena lavoura” conclamava:

“Acentuava-se cada vez mais a vantagem, para o pobre, de ter um pomar e um terreno plantado. Ninguém pode calcular, senão depois de tê-lo experimentado, o lucro que um chefe de família pode tirar de seu pomar e da horta sobre tudo se ele de acordo com os preceitos dos mestres abalizados nesta matéria”. (Diário da Lavoura, 25/06/1931, p.5).

O ciclo da laranja, como representado na matéria acima, foi tão marcante para Nova Iguaçu que determinou mudanças não apenas no padrão econômico para época, como também, de certo modo, na ocupação territorial. Os laranjais foram fundamentais na distribuição populacional do distrito-sede²², como afirma Souza (2004, p.142):

Durante os primeiros quarenta anos do nosso século, essa atividade, presente no município desde fins do século XIX, esteve em franco desenvolvimento. Em 1940, cerca de 17.442 há. de Nova Iguaçu estavam ocupados com laranjais, o que corresponderia a 22.3% de sua superfície total, segundo dados da Agência Municipal de IBGE (BRASIL, 1946:5).

²² Região que correspondia à sede Nova Iguaçu, antiga Maxambomba, e os atuais municípios de Belford Roxo e Mesquita.

Para que essas mudanças se concretizassem algumas medidas foram fundamentais como o aproveitamento de terras tanto, outrora consideradas improdutivas, quanto produtivas, a proximidade com os centros urbanos, as ferrovias, entre elas a anteriormente mencionada D. Pedro II, os incentivos governamentais, bem como a influência de famílias “tradicionais” de características rurais. Sobre essas famílias, cabe destacar neste momento a sua influência, no que diz respeito à formação e criação do imaginário do “cidadão iguaçuano”, uma vez que foram os primeiros moradores e responsáveis pelo desenvolvimento das primeiras lavouras, ainda no final do século XIX, e do estabelecimento das primeiras chácaras²³, sendo assim denominados de “chacreiros” (DIAS, 2014).



Figura 7 – Vista panorâmica do centro de Nova Iguaçu – década de 1940

Fonte: http://cemobafluminense.com.br/Fotos/displayimage.php?album=1&pid=93#top_display_media

A foto panorâmica, do distrito-sede na década de 1940, mostra claramente as transformações que foram ocorrendo em Nova Iguaçu no decorrer dos anos conforme os processos políticos, econômicos, industriais e sociais se desencadeavam. Verificam-se os impactos que a interação humana dos habitantes iguaçuanos (interessados em desenvolver o transporte, a moradia, a economia, a religiosidade entre outros fatores) modificou a paisagem geográfica, como debatido no primeiro capítulo. Num olhar mais apurado vemos o amálgama entre diversos elementos como o traçado da Ferrovia D. Pedro II, inaugurada em 1858, a Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, erguida em 1862 e o maciço da Serra de Madureira, ao fundo, tudo isso cercado por incontáveis pomares de laranjas que se espalhavam nas fazendas e chácaras da região.

Segundo Souza (2004, p.141), ao analisar o contexto, a produção agrícola da laranja promoveu um acelerado crescimento, não só econômico, como também populacional, pois o fluxo de pessoas (trabalhadores, posseiros, arrendatários entre outros) acentuou-se de tal maneira fazendo com que se definisse ou classificasse os moradores antigos dos recém

²³ Denominação local para as pequenas e médias propriedades de cultivo de laranja, geralmente de origem portuguesa, habitavam no próprio estabelecimento.

chegados, no fragmento abaixo nota-se claramente essa intencionalidade de estabelecer ou setorizar as classes, a partir da “origem”.

O pessoal antigo e os moradores antigos são aqueles habitantes mais antigos de um bairro, ou da cidade, e independentemente de sua posição econômica, há uma relação de deferência para com eles. Em geral, são assim denominados os pioneiros na ocupação dos loteamentos, ou aqueles que estavam presentes, na cidade, nos povoados e nas chácaras.

Esta antiguidade originou, de certa maneira, na memória dessas famílias, principalmente das mais abastadas, que enriqueceram graças à citricultura e/ou a especulação imobiliária dos loteamentos, o ideal de grupo hegemônico. Como afirma a autora “*As famílias tradicionais são aquelas ligadas, direta ou indiretamente ao passado de proprietários rurais. Elites locais, enquanto famílias iguaçuanas tem posição de prestígio (...)*”(SOUZA, 2004, p.141). Este fato permitiu que houvesse, ao mesmo tempo em que a população experimentasse um aumento de contingente humano, uma contenção na expansão de loteamentos urbanos nas áreas destinadas à citricultura fazendo com que o município tivesse a sua ocupação espacial marcada pela prevalência de latifúndios, com baixa densidade demográfica, nas regiões onde predominavam as montanhas, pântanos, florestas e mangues correspondentes aos distritos mais afastados da sede (Queimados, Xerém, Cava e Estrela), no centro, distrito sede (Nova Iguaçu), predominavam as terras voltadas ao cultivo da laranja, abrigando grande parte da população e o aglomerado de núcleos urbanos que se desenvolviam nos distritos de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. A cultura da laranja fomentou não apenas a rentabilidade econômica com a sua exportação ela promoveu também uma grande fragmentação territorial voltada para o arrendamento²⁴, culminando, assim, com o aumento no número de estabelecimentos agrícolas a partir da década de 1930.

A importância da citricultura não foi apenas a da rentabilidade econômica que proporcionou às firmas de exportação e beneficiamento, setores que mais lucraram com o empreendimento, mas também merece menção o tipo de exploração fundiária desenvolvida por esta atividade. Verificou-se um forte parcelamento de terras com vistas a arrendamentos, largamente empregados na fase de implantação da citricultura e no período de maior produção, os anos de 1930. (SOUZA, 2004, p.142).

A possibilidade de arrendamento de terras atraiu um grande contingente de pessoas, comerciantes e trabalhadores rurais vindas de outras regiões do Brasil, da capital e até mesmo de outros países, entre eles portugueses avocados por parentes já estabelecidos no município. Entre os anos de 1920 e 1940 Nova Iguaçu foi o município que mais cresceu em população urbana no país saltando de 33.396 para 140.606 de habitantes. (SOUZA, 2004). Sem dúvida a produção cítrica teve destaque como personagem principal para este aumento, pois o número de estabelecimentos também saltou consideravelmente, segundo a autora, de 101 para 523 e chegando a 704 unidades nos anos 40. Porém a mesma observa que este aumento populacional se concentrou, principalmente, nos distritos de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis por se tratarem de núcleos com características mais urbanas, discutidas acima, e com menor propensão ao arrendamento, logo menor produção agrícola e maior número de acomodações (dormitórios). Não obstante que, ao final da década, esses distritos se emanciparão, alguns anos mais tarde, por conta da crise da citricultura.

²⁴ Contrato pelo qual se cede o uso e fruição de um bem móvel ou imóvel por um preço e tempo determinados. Ação de arrendar.

O que parecia fonte inesgotável de lucro, renda e sobrevivência esbarrou em um problema que colocou fim ao sonho “dourado-alaranjado”. Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a produção entrou em crise devido às dificuldades encontradas pelos produtores de conseguir financiamento, comercialização e exportação tanto dos frutos quanto do sumo. Em decorrência do conflito, as navegações comerciais foram paralisadas ocasionando o apodrecimento das frutas nos pomares, a desvalorização do produto, com a queda nos preços, bem como a falência dos produtores e arrendatários. Outra razão que corroborou com o findar do ciclo produtivo foi a terrível praga conhecida como “Mosca do Mediterrâneo”. Mesmo com todos os esforços empregados no sentido de combater a doença, a citricultura não resistiu levando a decadência os pés de laranja. Por fim, a crise econômica se espalhou por todo o país ocasionando o racionamento dos gêneros alimentícios, assim o consumo de laranja ficou em segundo plano e na mesa da população brasileira promovendo, com isso, a decadência dos laranjais iguaçuanos.

2.5 Os loteamentos

Os eventos que desencadearam o processo de decadência da citricultura na Baixada da Guanabara, mais tarde Baixada Fluminenses (após a fusão entre o Estado e a antiga Capital Federal) contribuíram para o desenvolvimento de outro processo marcante na região que foram os loteamentos, e dentro deles diversas disputas, as quais serão abordadas no decorrer deste tópico. Como analisado anteriormente os anos 40 foram fundamentais para os produtores de laranja, pois devido à ineficiência no combate às pragas e, principalmente, a conflagrada guerra na Europa, as exportações do cítrico estagnaram-se causando a falência de produtores, entre eles os chacreiros, que não conseguiam manter-se nas terras. Esta situação se agravou a partir dos primeiros anos da década de 1950 causando, além da quebra dos produtores, a demissão de uma grande quantidade de trabalhadores que estavam envolvidos direta ou indiretamente com a cultura da laranja como afirma Souza (2004, p.143).

Ao longo dos anos de 1950, quando a produção de laranja entra em declínio, houve uma grande dispensa de trabalhadores, em índices bem maiores que a média do Estado do rio. (...) A desativação desse cultivo, no decorrer dos anos de 1950, foi a meu ver um fator considerável, dentre aqueles que geraram os despejos, ocupações e conflitos camponeses ocorridos na baixada naquela década.

Tal processo, nas palavras da autora, foi responsável por desencadear uma série de conflitos que marcaram não só a baixada como outras regiões do Estado. Entretanto devemos compreender que a evolução dos loteamentos inseriu-se em um contexto que marcou, pelo menos no Estado do Rio de Janeiro, uma organização do espaço rural Fluminense mediante aos interesses do capital industrial e imobiliário, os quais, devido ao seu caráter especulativo, impuseram significativas transformações no campo, em detrimento dos interesses urbanos.

Ocorre que a partir da década de 1940 houve por parte do Estado um acelerado incentivo a industrialização, logo, a urbanização. Este processo, ao qual Alentejano (2005) denominou de Metropolização, tinha como base a “*formulação de novos projetos de ordenamento territorial*”, através da realização de obras de infraestrutura capazes de articular a Região Metropolitana com a Região Central, no caso a capital Fluminense, ao transformar a Baixada numa espécie de núcleo produtor abastecendo a capital.

O ponto de partida deste conflito é a intervenção governamental, realizada nos anos 1930/40, voltada para o saneamento da Baixada da Guanabara, através da canalização e dragagem dos rios que cortam a área. O objetivo inicialmente declarado desta intervenção era o de viabilizar a implantação de colônias de

pequenos produtores agrícolas, com o intuito de abastecer a crescente população da capital federal. (ALENTEJANO, 2005, p.55)

Todavia, as obras de infraestrutura (drenagem, canalização e saneamento), que a priori tinham como objetivo implementar colônias agrícolas, serviram como pano de fundo para a deflagração de conflitos devido ao grande interesse do capital especulativo e imobiliário de incorporar as áreas, outrora rurais, ao, agora, espaço urbano. Tal evento desencadeou, ainda, outras consequências afetando diretamente os produtores rurais. Por conta dessas negociações, inúmeras famílias de agricultores foram obrigadas a abandonar os seus territórios em busca de trabalho ou melhores condições de vida, embora houvesse a articulação de uma série de movimentos de resistência, duramente reprimidos pelo Estado. Diante deste cenário a produção agrícola foi sendo gradativamente substituída por outras atividades, numa espécie de adequação ao capital especulativo. Este fenômeno foi denominado por Alentejano (2005, p.58) como “Desruralização”, o qual esteve, nas palavras do autor, ligado a outros três processos:

As mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela da especulação imobiliária; a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar, o que eliminou uma das poucas forças contrárias ao processo dominante de urbanização/metropolização.

Podemos perceber que dentro desse processo encontram-se enraizados, de maneira estreita, os interesses do capital privado com o interesse público, uma vez que as atividades agrícolas, principalmente as de grande rentabilidade, como o café e a cana de açúcar, estiveram integrados aos interesses de caráter imobiliário, acabando, assim, por determinar a ocupação territorial através de mecanismos particulares e estatais. Consequentemente esta associação de interesses culminou com a evolução do processo de crescimento da capital, ou seja, do processo de metropolização, e, paralelamente, com o avanço do processo de dependência do campo com ela. Este contexto nitidamente favoreceu a desruralização, uma vez que o interesse do capital especulativo imobiliário gerou, não só a dependência, como também, a saída dos trabalhadores rurais do seu meio de vida e de sobrevivência.

Esta lógica capitalista encontrou no município iguaçuano estruturas propícias, numa visão mercadológica, para o seu desenvolvimento. A citricultura promoveu uma série de transformações na cidade, pois a infraestrutura implantada para o cultivo e também para o escoamento fez com que fossem construídas estradas, áreas alagadas fossem drenadas e serviços fossem oferecidos tornando rentável a aquisição de loteamentos. Assim, os setores mais capitalizados a todo o momento utilizavam sua influência especulativa, tanto no auge da cultura da laranja quanto no seu declínio, na negociação das propriedades. Subordinado ao processo de metropolização, ao qual acarretou no processo de ruralização, as propriedades e chácaras, que outrora seguiam a lógica da agromonocultura exportadora, passaram, paulatinamente, a dar lugar à negociação de frações territoriais, lotes, em consonância com os interesses do mercado imobiliário, o qual encontrou, na conjuntura politicoeconômica, tanto no estado como no município, condições favoráveis para os seus desdobramentos como comprovado na, página de número três, da edição do dia 14 de março de 1948 do Jornal Correio da Lavoura.



Figura 8 – Jornal Correio da Lavoura – editais de vendas de loteamentos em Nova Iguaçu
Fonte: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2633>.

Na tiragem constam as negociações de grandes quantidades de lotes, entretanto chamam a atenção, na página três, de editais contendo a descrição de compra e venda de terras, as especificações dos locais, a metragem, bem como os valores e proprietários, todos registrados por decreto-lei e em cartório, no caso da Primeira Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Iguaçu, cabendo tais registros ao oficial de cartório Henrique Duque Estrada Meyer. Vale lembrar que, atualmente, o referido nome intitula uma das principais avenidas do município o que nos remete à questão da memória como monumento de poder, nas palavras de Le Goff (2003), debatido no primeiro capítulo. A grande quantidade de transações imobiliárias comprova que o fracionamento, a compra e venda de terras tornaram-se uma marca constante a partir do final da década de 1940, transcorrendo nas décadas seguintes, causando uma verdadeira corrida pela compra ou posse de terrenos na região. Ao mesmo tempo em que, afirmado por Alentejano (2005), os produtores e trabalhadores rurais afastavam-se de suas atividades do campo para trabalhar na cidade devido à intensa atração, Metropolização, que a capital exercia sobre as demais regiões do Estado do Rio de Janeiro, tendo como efeito a desruralização, pessoas residentes e/ou de diferentes localidades buscavam a aquisição (compra), num valor mais acessível e barato se comparado com a capital, ou a posse de um terreno. A fala da moradora Mariluce do Sacramento Florenço da Conceição²⁵, nascida em 1954, nos permite compreender o desenrolar de parte desse processo. Residente no bairro São Benedito ela declara em entrevista que:

²⁵ Nascida na capital, Rio de Janeiro, mudou-se para Nova Iguaçu ao final dos anos 50 quando os pais adquiriram a posse de um terreno no bairro São Benedito, região periférica do município.

“Meus pais moravam em Engenho de Dentro quando resolveram comprar um terreno, que era mais barato do que no Rio, para conseguir construir uma casa. Foram dois lotes que papai comprou e eles foram construindo aos poucos. Papai trabalhava no Centro nos dias de semana e nos finais de semana vendia, junto com a mamãe na feira. Quando sobrava tempo construíam a casa. Lembro que os terrenos eram antigas fazendas de laranja. Eram vários terrenos cheios de mato. Meus pais diziam que tudo aquilo eram pés de laranjas”.

As palavras, frutos da oralidade da antiga moradora, ilustram como o processo de loteamento foi intenso dentro do contexto do município e nos levam a refletir sobre o acometimento de vários aspectos. Dentre essa gama quase infinita de reflexões pode-se perceber, na fala da entrevistada e nas letras do jornal da época, como a memória contribui para a compreensão e reinterpretação de momentos históricos. Além disso, como ela nos permite compreender a própria dinâmica social, quando relacionamos com a paisagem. O discurso convida-nos a imaginar, através da história oral, como os laranjais deram lugar aos loteamentos, por causa da especulação imobiliária e do interesse do capital, fazendo com que ela, a paisagem, se transformasse de modo a atender aos interesses humanos.



Figura 9 – Vista da serra do Mendanha (1955)

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/historico>.

A fotografia acima, datada de 1955, ilustra uma vista panorâmica do “Jericinó”, atualmente Gericinó, na Serra do Mendanha. Nela verificamos os loteamentos que se multiplicavam entre as construções que também cresciam diante da expansão da especulação imobiliária. É interessante verificar a implementação da infraestrutura urbana através da pavimentação de ruas e estradas num entrelace com as cercas que limitavam o perímetro dos loteamentos, demonstrando uma sensação de transição entre o rural e o urbano de uma paisagem que transformava-se, frequentemente, ao passo em que os processos políticos, econômicos e sociais se desenrolavam, tendo a serra, ao fundo, como testemunha desses acontecimentos e mudanças culturais e fisionômicas (geográficas). (CLAVAL, 2012).

2.6 Os Conflitos pela Terra em Nova Iguaçu

Antes de adentrarmos nos conflitos que marcaram a Baixada Fluminense, mais especificamente o município de Nova Iguaçu, vale ressaltar e contextualizar, de maneira geral, as lutas dos agricultores em sua amplitude na busca de compreender o cerne do movimento camponês no Brasil. Incontestavelmente, a política industrial promovida por Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, reconfigurou não só os aspectos econômicos como também os sociais. A inexistência de uma justiça que defendesse os interesses dos trabalhadores rurais permitia com que a produção, principalmente dos pequenos agricultores, fosse, praticamente, expropriada pelo grande capital e centros urbanos, de maneira a tornar o trabalho no campo algo excessivo e exploratório. Além disso, essa massa de trabalhadores se tornou, na medida em que a industrialização avançava, numa grande fonte de mão de obra operária para o trabalho nas indústrias e nos centros urbanos cabendo-lhes, assim, baixos salários. Como consequência deste modelo houve um aumento da super-exploração das classes trabalhadoras tanto na cidade quanto no campo produzindo uma violenta e previsível luta de classes. (BRITO, 2015).

Diante deste contexto paradoxal, típico do capitalismo, o qual, no momento, dependia da exploração da classe trabalhadora para o sucesso da implantação da industrialização, os trabalhadores rurais constataram que havia a necessidade de se organizarem, todavia as representações Estatais da época dificultavam a criação de sindicatos rurais. Foi neste universo, como citado no primeiro capítulo, que surgiram as primeiras Ligas Camponesas em 1945, este sistema de associação civil ganhou forma com o apoio e a influência do, então, legalizado Partido Comunista Brasileiro (PCB) que tinha como objetivo superar a exploração no campo a partir do acerto, num primeiro momento, entre operários, camponeses e burguesia nacional, para então sistematizar a luta contra o capitalismo e, assim, a tão inspirada superação pelo caminho do comunismo. Contudo esta aliança entre trabalhadores rurais e PCB sofreu algumas transformações devido ao retorno, por força do Estado, do partido à ilegalidade forçando as Ligas Camponesas a se reorganizarem, sem, porém, deixarem de exercer o seu caráter insurgente.

O PCB absorve as reivindicações rurais e consegue mobilizar as massas camponesas, ampliando a sua presença no campo até o ano de 1947, quando entra novamente na ilegalidade, sendo as Ligas desarticuladas e extintas após forte repressão.

Entre os anos de 1948 e 1954 os conflitos se mantiveram de forma constante e cotidiana, consolidando a luta de classes a experiência de classe camponesa, levando a existência de associações ligadas ou não ao PCB (então na ilegalidade) e ocorrendo também congressos rurais, que iniciavam timidamente um retorno às mobilizações e criavam um vocabulário comum de luta e práticas de resistência. (BRITO, 2015, p. 76).

Como analisado anteriormente, as transformações ocorridas, a partir do final da década de 1940 e nos anos posteriores, desencadearam na Baixada da Guanabara, uma sucessão de eventos relacionados ao processo de transição da citricultura para o loteamento. Concluindo que ambos os eventos estejam diretamente ligados à lógica capitalista e aos interesses tanto públicos quanto privados, uma vez que, como acompanhamos até o momento, que ao longo da história iguaçuana, desde a colonização até o período abordado, as demandas privativas encontravam, e ainda encontram, no setor público arcabouço para a sua manutenção. A expansão urbana em direção à Baixada, aliada a crise agrícola e em acordo com a especulação imobiliária levou milhares de pessoas a uma intensa procura por lotes de terras. Na medida em que os anos seguiam esta dinâmica transformou-se não só no quesito

mercadológico com no quesito social, ao passo em que as disputas entre posseiros e grileiros²⁶ expuseram a tônica deste embate.

A viabilização de obras de infraestrutura na Baixada da Guanabara implementadas vigorosamente a partir da década de 1930, tinham como interesse diversificar a produção agrícola, bem como criar condições de manter o agricultor atrelado ao território, GRZYNSZPAN (1987, p.27) afirma que é a partir desta década que se intensificam os interesses governamentais sobre a região: “*Este quadro não se havia modificado até a década de 1930 quando o Governo Federal iniciou a implementação de um amplo programa de recuperação da Baixada que incluía obras de saneamento e drenagem*”. O referido programa, iniciado nos anos 30, possibilitou a valorização territorial, entretanto não conseguiu, mais a frente, perpetuar o almejado desejo governamental de transformar aquela área em um espaço de produção rural. Ao contrário do imaginado, as terras da Baixada se tornaram em um campo de intensas disputas advindas da dicotomia existente entre os interesses dos agricultores (posseiros e lavradores), frente aos dos especuladores (grileiros e administradores).

Além do cenário nacional que se desenhava, a partir da influência do desenvolvimento das Ligas Camponesas, da ascendência do PCB e dos diversos agentes sociais como militantes, políticos e membros da Igreja Católica, os quais marcaram a organização e luta dos trabalhadores do campo no Estado do Rio de Janeiro, os conflitos por terras na Baixada possuíam, também, em sua essência o imaginário da “posse”, ou seja, o ideal de quem teria realmente o “direito” sobre uma determinada propriedade. Aquele que há tempos vivia e/ou sobrevivia do que produzia tendo toda uma relação de afetividade não só com a terra como também com a localidade? Ou aquele que de alguma forma se dizia proprietário, por ter em suas mãos um documento, muitas das vezes espúrio, marcado pela grilagem, atestando-lhe o direito sobre a terra reclamada? Diante deste contexto, os conflitos se intensificaram e adquiriram amplitude como explica GRZYNSZPAN (1987, p. 84).

A valorização das terras da Baixada e o conseqüente surgimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se, assim, propensos a lutar por uma terra que julgava ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais, injustos e ilegítimos. Destarte, a quebra da subordinação provocada, em grande parte, pela interposição de um terceiro elemento na relação – o grileiro – foi fundamental para que as lutas dos lavradores se iniciassem a partir da Baixada, e tivessem, ali, seu foco de maior intensidade até o ano de 1964.

Foi em torno desta complexa combinação de sentidos e de interesses que os embates pela aquisição de terras se configuraram na Baixada colocando de um lado os lavradores, que dependiam diretamente da terra para sua sobrevivência, e de outro os que viviam da negociação, ou seja, especulação delas para enriquecer (negociantes, famílias tradicionais, grileiros, agentes públicos e privados entre outros). Organizados, os lavradores, lutavam constantemente contra a onda de despejos que assolavam o município de Nova Iguaçu. Tais desapropriações se caracterizavam pela extrema violência como o uso desproporcional da força, da queimada das lavouras, da derrubada de propriedades, da prisão e do assassinato de posseiros. Um caso emblemático deste período foi a associação dos lavradores de Pedra Lisa,

²⁶ Pessoa que se apodera ou procura se apossar de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade.

atualmente pertencente ao município de Japeri, no Estado do Rio de Janeiro. Antes de emancipação da cidade, em 1991, a localidade fazia parte das terras iguaçuanas, sendo marcada por uma série de contendas entre posseiros e especuladores, por este motivo os trabalhadores do campo se organizaram de maneira a fazer frente ao poder hegemônico tanto local como estadual, tendo na figura do agricultor Bráulio Rodrigues²⁷ uma emblemática liderança.

Natural da cidade mineira de Januária, nascido no ano de 1922, o “Seu Bráulio”, como é conhecido, ficou órfão aos quatro anos de idade, sendo, por este motivo, internado em um asilo de menores na capital, Belo Horizonte. Durante sua juventude desempenhou diversas atividades profissionais, como sapateiro, jornaleiro e vendedor de laranjas, na cidade de Volta Redonda. Neste período, durante meados da década de 1930, exerceu a profissão de apontador na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), devido a sua personalidade combativa ao protestar contra as injustiças, as quais os operários eram submetidos na fábrica foi demitido trocando o trabalho na fábrica pelo trabalho no campo em Nova Iguaçu, na região da Pedra Lisa como descreveu em entrevista ao Jornal da Baixada no ano de 1979.

“Trabalhei um tempo em Volta Redonda assistia muita injustiça lá. Eu achava aquilo muito desumano e comecei a protestar. Aí me puseram para fora. E eu vim pra Nova Iguaçu. Fui pro campo, em Pedra Lisa. Fui pra lá porque soube que estavam distribuindo terra”.

As palavras do agricultor ratificam o desenvolvimento do processo de loteamento da baixada, analisado anteriormente, e evidenciam a tônica dos conflitos que giram em torno do controle pela terra. No final da década de 1940 e início dos anos 50, no período em que as disputas entre posseiros e grileiros/especuladores se consolidaram, os lavradores de Pedra Lisa se reuniram em torno de uma associação²⁸. Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa desempenhou um papel importante na resistência dos agricultores, pois além de se comprometer na luta pelo direito à posse da terra, possuía o papel de conscientizar o trabalhador e seus familiares de que aquele era o seu local e por isso deveriam se mobilizar:

“Não era sindicato, era Associação. Mas eu só comecei a participar da Associação quando o seu presidente fundador, Zé Matias, foi assassinado pelos fazendeiros da época. Isso foi em 1949, 50. Nós continuamos a distribuir terras, mas para ter direito à terra, tinha que ser sócio da Associação. Por dois motivos: primeiro porque era uma maneira de dar consciência à pessoa que estava ali. E, segundo, porque era uma maneira da associação sobreviver. Eram mais ou menos 300 sócios. Era Preciso se comprometer a morar ali. Agente pedia que construísse logo o barraco para consolidar a ocupação. E plantasse bens de raízes, como laranjeiras, bandeiras”. (Jornal da Baixada, Edição n^o, 1979, p.5).

A fala do personagem evidencia o clima tenso diante dos diversos interesses que envolviam o cenário de certame na Baixada, mais especificamente em Nova Iguaçu. Em seu relato consta o assassinado de um dos líderes dos lavradores da época, Zé Matias, bem como a

²⁷ Líder comunitário e conhecido agricultor. Responsável pela resistência dos agricultores de Pedra Lisa, atual município de Japeri, antes da emancipação o território fazia parte do município de Nova Iguaçu.

²⁸ É comum em um estudo sobre memória que o entrevistado cometa algumas imprecisões com lugares, nomes ou datas como no caso da fundação da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, data de 1948, foi fundada a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

A área vinha sendo ocupada desde o começo dos anos de 1940 e passou a ter a entrada e saída de lavradores regulada por uma comissão formada pelos que ali viviam e trabalhavam e que estavam organizados na Sociedade. Um de seus fundadores foi José Teodoro, conhecido como José Matias, assassinado anos mais tarde por *grileiros* locais. (MAIA, 2015, p. 251).

necessidade da organização dos camponeses frente à concorrência dos interesses de grupos que representavam a elite iguaçuana. A Associação de Pedra Lisa contou com apoio de alguns sindicatos que solidarizavam com a causa operária da cidade e do campo, o que proporcionou um apoio à sua manutenção na luta, em diversos conflitos, contra grupos do capital iguaçuano. Mas, com a instauração da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, em 1964, a Associação foi fechada, Bráulio Rodrigues e muitos lavradores, foram presos, condenados pela justiça da época e/ou tiveram que deixar as suas terras, tendo que resistir, praticamente, de maneira solitária ou clandestina por conta da repressão:

“Depois de 64, acabou a Associação. Fecharam o posto médico, metralharam a escola e ficaram acampados lá durante quase um ano. Prenderam muitos lavradores, prisões de poucos dias. Depois tornavam a prender. Durante todo esse período, fui preso 32 vezes pelo Exército. Fui julgado em três inquéritos e absolvido em todos eles. Mas o Exército achava que eu não podia ser absolvido, que eu tinha que pagar alguma coisa. Aí começaram a me perseguir. Eu ia pro campo, eles iam lá e me prendiam. Isso de 66 a 74”. (Jornal da Baixada, Edição nº, 1979, p.5).

O contexto de repressão transformou não só o cotidiano de Bráulio Rodrigues como também de inúmeros outros agricultores de Nova Iguaçu, mesmo em meio ao Estado de exceção estabelecido no país muitos lavradores permaneceram ligados a terra e a atividade agrícola, fruto do período de conscientização e embates por direito à posse dos lotes e contra os despejos compulsórios. O próprio Bráulio, que era constantemente convocado a prestar contas com o Exército e coagido a largar a sua propriedade, como forma de sobrevivência tornou-se comerciante: *“Comprei uma carroça e passei a fazer feira num lugar onde os próprios lavradores fazem feira. Comprava a mercadoria em Tinguá. Assim estava sempre em contato com os lavradores, ouvindo, conversando, trocando idéias”*. Apesar de desenvolver uma atividade alternativa, porém muito próxima ao campo, o trânsito entre diferentes distritos agrícolas, como Tinguá, e o contato com os agricultores, fizeram com que a memória da resistência do campo permanecesse viva no imaginário da população local mesmo numa conjuntura adversa. Algumas regiões de características agrícolas, como a de Tinguá que será abordada no próximo capítulo, apesar de reduzirem-se com o passar dos anos, ainda resistiram às constantes transformações que marcaram as cercanias iguaçuanas fruto da resiliência dos sujeitos do campo diante frente aos interesses da elite hegemônica estabelecida na cidade, desde a colonização portuguesa até a contemporaneidade. Na Baixada Fluminense, não obstante, esses eventos se manifestaram a todo instante, pois refletiam as circunstâncias historicossociais estabelecidas no Brasil. Entretanto, respeitados as suas especificidades, a história de Nova Iguaçu fez, e ainda faz, parte desse processo marcado por incontáveis disputas políticas, econômicas e sociais que resultaram nas reflexões propostas nesta parte da discussão. Vale lembrar que as transformações que ocorreram, e ainda ocorrem no campo, foram possíveis graças à confluência de diversos sujeitos sociais que, organizados ou não, fizeram ecoar as vozes das classes oprimidas.

Tratando-se de Educação do Campo é importante compreender que as conquistas relacionadas ao universo educacional foram fruto da ação dos movimentos sociais, como afirma Santos (2011), interessados em afirmar as necessidades educacionais voltada ao atendimento das especificidades dos sujeitos do campo, ou seja, uma educação que valorizasse os seus saberes e não uma educação baseada no conhecimento centrado e direcionado ao meio urbano, o qual não refletia o cotidiano do meio rural. Esta perspectiva urbanocêntrica, definida por Henriques (2007), colocou o campo e seus sujeitos como coadjuvantes, pois o meio urbano, historicamente falando, atrai e seduz, para si, milhares de camponeses com o discurso de metrópole, subjugando o campo não só economicamente como culturalmente, personificando a cidade como o símbolo de progresso e o rural como o símbolo

de atraso. Antagonizar esta dinâmica torna-se uma tarefa laboriosa e incessante exigindo dos diversos sujeitos que fazem parte do universo do campo um esforço incessante na busca por uma Educação de qualidade.

3 CAPÍTULO 3

ESCOLA E O VALE DO TINGUÁ

Como visto no capítulo anterior, a história do município de Nova Iguaçu foi construída através de uma incontável edificação de sujeitos, os quais a todo o momento interagem, em consonância aos seus interesses, transformando tanto a memória quanto a paisagem geográfica vislumbrados em intensas disputas relativas à heterogeneidade dos diversos espaços, sejam eles: políticos, econômicos, sociais, culturais, educacionais, territoriais e ambientais. Este último, em se tratando da Educação do Campo, constituiu-se no município mais um exemplo de resistência, uma vez que a sua afirmação necessitou, e ainda necessita, permanentemente, de ações que afirmassem a sua importância não só para os sujeitos do campo como também para a própria cidade iguaçuana.

Neste sentido a região do Tinguá, sempre tão importante na vida dos iguaçuanos, tornou-se o local favorável para este debate entorno de uma educação de qualidade, na medida em que, historicamente falando, manteve com o passar do tempo características rurais, diferentemente da região central da cidade que foi, concomitantemente, assumindo padrões urbanos devido às transformações do final do século XIX, as quais impuseram uma reorganização de uma parte do território aos moldes urbanocêntricos e de outra parte, neste caso no Tinguá, numa lógica menos urbana, mais voltada para o rural. Foi diante desta conjuntura que as escolas do campo surgiram como uma proposta alternativa educacional a fim de garantir aos sujeitos do campo da localidade a possibilidade de acesso à educação, porém que fizesse sentido dentro da realidade campesina, oposta a realidade urbana.

Assim, a abordagem deste capítulo terá como ponto de partida a análise do surgimento da Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá e a relação dos seus sujeitos com a região de mesmo nome, a partir de uma reflexão da memória em conjunto com a observação desta relação com a paisagem geográfica.

3.1 Conhecendo Tinguá

O município de Nova Iguaçu faz parte da Região da Baixada Fluminense e possui atualmente uma extensão territorial de 524 (quinhentos e vinte e quatro) quilômetros quadrados, extensão a qual corresponde a aproximadamente 11,00% da área da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro o que a torna numa área estratégica para o estado devido à proximidade com a capital. (FERREIRA, 2013).

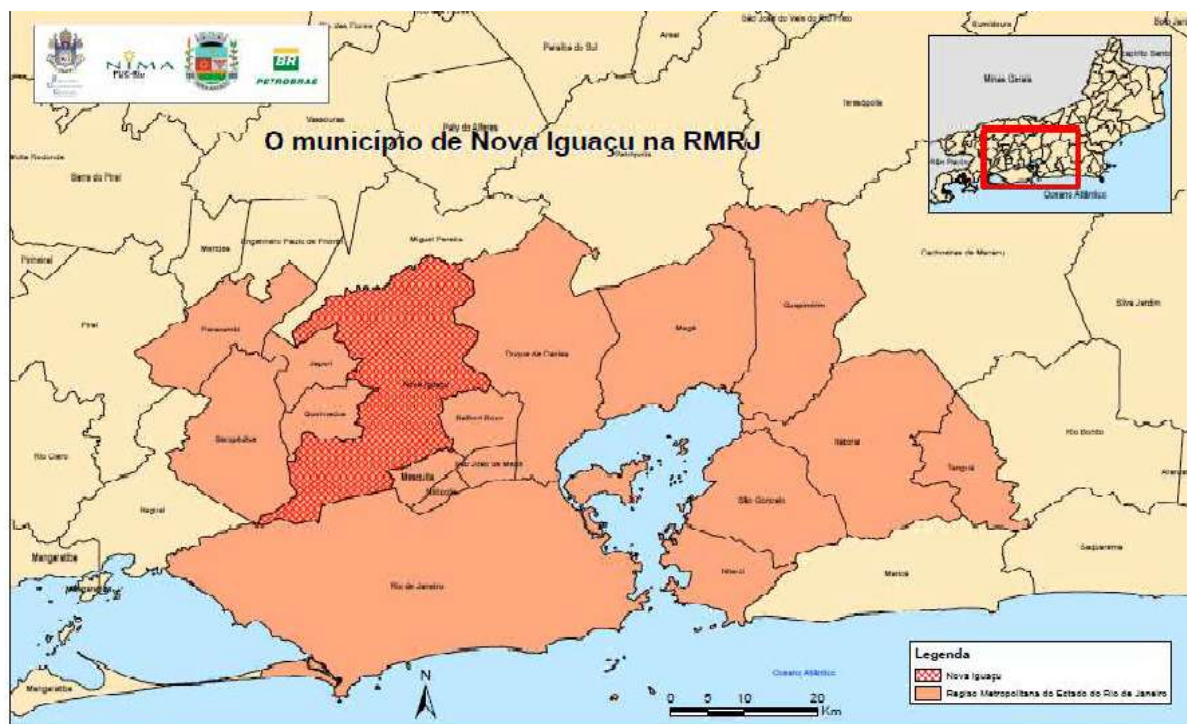


Figura 10 – Mapa da macrorregião do estado do Rio de Janeiro

Fonte: NIMA (2010).

A posição geográfica consiste numa característica importante para cidade iguaçuana, pois, como destacado no mapa, encontra-se limítrofe, não só à capital, como a outras cidades notadamente importantes que integram a macrorregião²⁹ do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1997, Nova Iguaçu teve o seu espaço territorial dividido, através da revisão do Plano Diretor, em Setores de Planejamento Integrado (SPI), e numa subdivisão em que os bairros foram alocados em Unidades Regionais de Governo (URG). No total foram definidas, inicialmente, seis SPIs e doze URGs, todavia, estes números foram alterados, em 1999, por conta da emancipação do antigo SPI Sudeste, o qual correspondia aos bairros de Mesquita, Banco de Areia e Chatuba. Desta separação originou-se o atual município de Mesquita e a divisão territorial iguaçuana ajustou-se conforme o quadro abaixo. (Prefeitura de Nova Iguaçu, 1997).

²⁹Vasta região cujos limites se definem pela presença de certos traços comuns (culturais, econômicos, físicos, sociais etc.).

Tabela 2 – Unidades regionais de governo do município de Nova Iguaçu (URGs)

SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO	UNIDADE REGIONAL DE GOVERNO
I – CENTRO	URG – I (CENTRO)
	URG – II (POSSE)
	URG – III (COMENDADOR SOARES)
II – SUDOESTE	URG – IV (CABUÇU)
	URG – V (KM 32)
III – NOROESTE	URG – VI (AUSTIN)
IV – NORDESTE	URG – VII (VILA DE CAVA)
	URG – VIII (MIGUEL COUTO)
V – NORTE	URG – IX (TINGUÁ)

Fonte: Tabela inspirada na Lei Complementar nº 06 do Município de Nova Iguaçu de 1997.

A Unidade Regional de Governo de Tinguá, especificamente, é constituída por cinco bairros: Tinguá, Montevideú, Adianópolis, Rio D'Ouro e Jaceruba, correspondendo a uma área de 89,9626 km², com 13.277 habitantes e 147,45 hab/km². Esta alcunha, Tinguá, é proveniente do idioma Tupi-Guarani, (*Tin-gua*), o qual significa pico em forma de nariz, este termo foi utilizado pelos indígenas em alusão ao formato pontiagudo característico da descrição fisionômica do maciço formado por tinguaito, espécie de rocha alcalina, presentemente marcante na Serra do Tinguá. (PLANO DE MANEJO DA REBIO TINGUÁ, 2006, p.30).



Figura 11 – Vista panorâmica da serra do Tinguá

Fonte: SANTOS (2011)

Inegavelmente os povos indígenas, mesmo que de maneira empírica, sabiam descrever fisionomicamente a paisagem geográfica, o formato pontiagudo da cadeia montanhosa é característico e marcante nesta região, a qual desde a colonização portuguesa teve um papel preponderante, na medida em que fez parte da construção da lógica política, econômica e social lusitânica no Brasil. Como abordado no capítulo anterior, as características geográficas favoreceram o surgimento de diversas rotas comerciais terrestres e fluviais, principalmente na região da Baixada Fluminense, caminhos estes que foram abertos, a princípio mediante a necessidade de se desbravar o território, e mais tarde em consonância da necessidade de se atender as demandas comerciais, tanto locais quanto político-administrativas da Coroa Portuguesa. Este modelo de ocupação que se caracterizou pela intensa exploração em diversos períodos da história do Tinguá proporcionou um gigantesco desgaste dos recursos, das espécies, dos rios enfim de grande parte da fauna e da flora.

Desde a utilização do modelo colonial português, agrário-exportador, passando pelas fases do país independente (1822-1930) e urbano industrial (a partir de 1930), nota-se as características dos diferentes processos de ocupação, provocadores do esgotamento dos mesmos recursos naturais que facilitaram a ocupação. Ou seja, cinco séculos de ocupação dessas terras, tendo como consequência uma ocupação sem limites e sem a preocupação com a proteção do meio ambiente. (PLANO DE MANEJO DA REBIO TINGUÁ, 2006, p.30).

Devido às condições favoráveis, provenientes do relevo da região de serra, e das áreas inundadas, específicas das áreas de baixada, desenvolveu-se, na região, um intenso emprego de atividades voltadas para as práticas extrativistas, agrícolas, de transporte e de moradia, o que tornou a sua ocupação inevitável, entretanto ao mesmo tempo em que a população crescia principalmente no período de apogeu, durante a segunda metade do século XIX, o inverso também ocorreu, a partir das primeiras décadas do século XX, quando a sede municipal fora transferida para a então região central, conferindo às cercanias do Tinguá uma característica predominantemente agrícola.

Com o objetivo de preservar os vestígios naturais remanescentes da vegetação de Mata Atlântica existentes no Tinguá, foi criada em 23 de maio de 1989 a Reserva Biológica do Tinguá através do Decreto Federal nº 97780. Popularmente, esta Unidade de Conservação

(UC)³⁰. Denominado de Rebio Tinguá possui uma extensão territorial de 26.136 hectares abrangendo o Maciço do Tinguá, as Serras do Couto, da Estrela e do Macuco. Localiza-se no extremo norte da Baixada Fluminense, circunscreve uma pequena porção dos municípios de Japeri, Miguel Pereira e Petrópolis, além de uma grande porção dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu.



Figura 12 – Mapa da área da reserva do Tinguá
Fonte: FERREIRA (2013).

Por fazer parte de um dos poucos resquícios de vegetação da Mata Atlântica foi elaborado, em 2006, o Plano de Manejo da referida UC, como forma de se transformar numa ferramenta, a qual estabelecesse ações e prioridades voltadas para a elaboração de planejamentos que objetivassem a preservação do extenso território. A área destacada do mapa, na cor verde, ressalta a importância da elaboração de um documento voltado para a delimitação de áreas de preservação, uma vez que, a reserva reúne uma infinidade de espécies típicas da cobertura vegetal que se estende, apesar de devastado, pelo litoral brasileiro. Pelo mapa visualiza-se claramente a capilarização da mata por vários municípios, estes foram orientados a adequar suas regulamentações, apesar de municípios como o de Nova Iguaçu já debaterem anteriormente ao Plano de Manejo, de acordo com a legislação federal, tal plano ratificou a elaboração de medidas que efetivassem a salvaguarda da Unidade de Conservação.

No caso específico da cidade de Nova Iguaçu, a câmara de vereadores aprovou, pelo decreto municipal nº 6.491 de 05 de julho de 2002, a criação da Área de Proteção Ambiental do Iguaçu/Tinguá. A institucionalização desta área teve como objetivo delimitar uma zona limítrofe entre o espaço urbano e o espaço rural como afirma Ferreira (2013, p.80):

A APA do Iguaçu/Tinguá foi estabelecida pela necessidade de criação de uma zona de amortecimento entre as áreas urbanas e a Reserva Biológica do Tinguá. Esta APA tem por objetivo central a preservação do conjunto natural e paisagístico local, com ênfase para as necessidades de proteção e preservação do conjunto florestado e na qualidade das águas e mananciais que formam a Bacia do Rio Tinguá.

³⁰ Em 18 de julho de 2000 foi sancionada a Lei nº 9.985 com o objetivo de regulamentar o artigo 225 da constituição brasileira, e instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc. (MANEJO DA REBIO TINGUÁ, 2006, p.1-1.).

Ocupando uma superfície total de 5.331,975 hectares, a referida Área de Proteção Ambiental (APA) sofreu, em definitivo, mais uma alteração em sua nomenclatura adquirindo, assim, a denominação atual de APA Tinguá. No dia 05 de novembro de 2002, o poder executivo municipal propôs a mudança da APA Iguaçú/ Tinguá para APA Tinguá, por meio do decreto nº 6.548. E, em 07 de julho de 2004, a câmara de vereadores, por meio da lei nº 3.587, sancionou a criação da APA de Tinguá. Os debates legislativos serviram para orientar a definição dos espaços e das delimitações entre as áreas de preservação ambiental, as áreas urbanas e as áreas transitórias, ou de amortecimento³¹, a fim de cumprir as deliberações do marco regulatório que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) sancionada pela lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

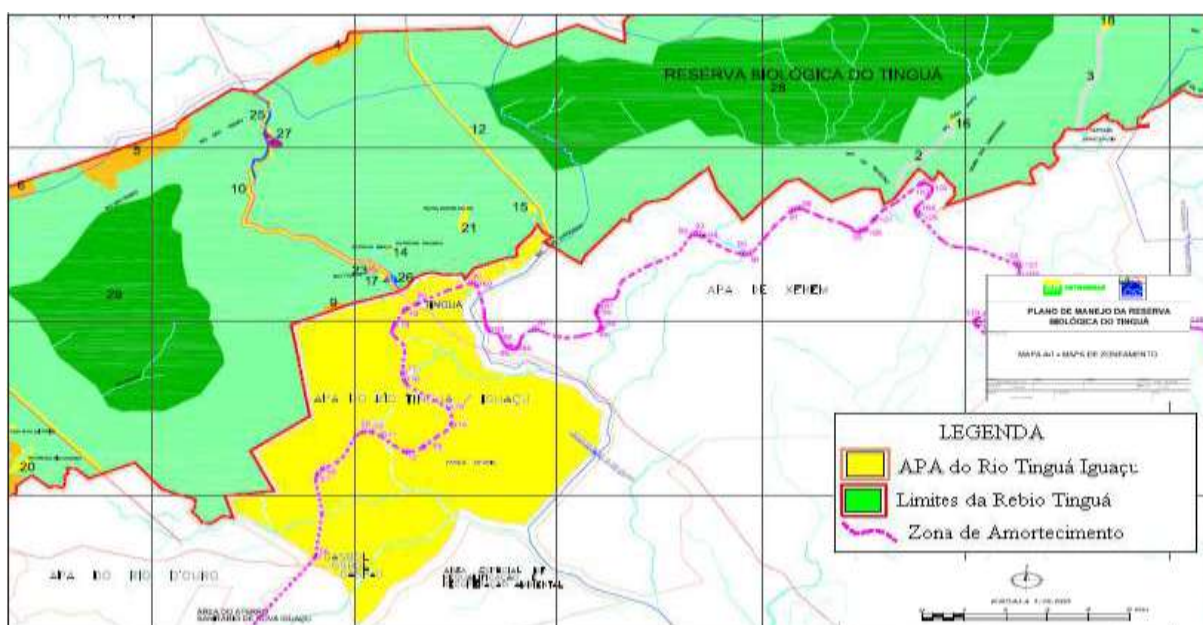


Figura 13 – Área da Reserva Biológica do Tinguá / APA do Tinguá

Fonte: FERREIRA (2013).

A área destacada de verde no mapa corresponde aos limites da Reserva Biológica do Tinguá dentro da abrangência territorial no município de Nova Iguaçu, esta extensão configura-se num espaço de preservação ambiental, onde o manuseio de seus recursos são normatizados exclusivamente pelo Poder Público. A área em amarelo representa a APA do Tinguá, região, a qual, também segue as normas legislativas e apresentam certo grau de ocupação humana combinado com aspectos naturais (bióticos e abióticos) e culturais. A linha pontilhada refere-se à Zona de Amortecimento, área sujeita a ação humana, porém restritas as implicações legais, pois compreende-se basicamente numa zona de transição entre o urbano, o rural e a reserva florestal.

³¹ Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. (LEI Nº 9.985, 2000, Art. 2º).

Foi dentro deste espaço territorial que a Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá surgiu e se desenvolveu. Muitos dos acontecimentos historicossociais que foram apresentados e debatidos até o momento estiveram presentes na própria memória da instituição e de seus sujeitos sendo representados de diversas formas como na arquitetura, na ornamentação do espaço escolar, nos eventos internos e externos, nos materiais didáticos, nos documentos, nas fotos, nos desenhos, nas falas de alunos e de ex-alunos, nas vozes dos funcionários e de ex-funcionários, nos planos de aula e projetos pedagógicos, enfim dentro e fora dos muros que envolvem o espaço físico da unidade escolar. Além disso, o estabelecimento de ensino faz parte de todo um contexto da paisagem geográfica da região, pois contém em seu nome elementos, os quais comprovam um envolvimento afetivo com a localidade, ao ponto em que expõe, através das epígrafes, “Agroecologia”, “Vale” e “Tinguá”, fragmentos do cenário, ao qual encontra-se inserido. As referidas fontes contribuem na designação de caminhos, no sentido de trilhar e desbravar maneiras de se investigar e refletir sobre os meios com os quais a escola, numa visão holística da palavra, se compreende como presença marcante, não apenas numa lógica espacial e sim em um nexu cultural, dentro da paisagem descrita, paisagem esta tão importante para o Município de Nova Iguaçu.



Figura 14 – Mapa da localização das escolas do campo de Nova Iguaçu
 Fonte: Google Earth/Paulo Siliprandi

A imagem do satélite identifica as Escolas do Campo presentes no município de Nova Iguaçu, inseridas em suas respectivas Unidades Regionais de Governo. No total, a cidade possui doze escolas definidas como do campo são elas: E. M. de Adrianópolis, E. M. Barão de Guandu, E. M. Barão de Tinguá, E. M. Campo Alegre, E. M. Dr. José Brigagão Ferreira, E. M. Jaceruba, E. M. Jardim Montevideo, E. M. Profª. Lúcia Vianna Capelli, E. M. Professora Therezinha de Jesus Araújo Hermida, E. M. Shangri-lá, E. M. de Agroecologia Vale do Tinguá e E. M. Visconde de Itaboraí. Deste universo de escolas do campo, três são pertencentes à URG Cabuçu, uma à URG Vila de Cava e, a maioria, oito no total, encontra-se na área correspondente à URG Tinguá, que compreende o

espaço da Rebio Tinguá. Foi neste espaço, limítrofe à reserva, que floresceu a história da Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá, escola essa que, além de ter sido construída pelas mãos de agricultores e representantes da sociedade civil, foi a única dentre as demais a praticar a Pedagogia da Alternância como metodologia de ensino.

3.2 Conhecendo a Pedagogia da Alternância

A Pedagogia da Alternância é um método de ensino que tem como objetivo integrar o estudante que vive no campo com a sua realidade cotidiana, de tal maneira que promova uma constante troca de conhecimentos entre o meio em que vive, onde trabalha e estuda. Apesar de parecer uma novidade, a respeito de modelo metodológico educacional, a alternância surgiu, de maneira empírica, ainda na Idade Média, a partir da associação de profissionais que visavam, através da reciprocidade, o compartilhamento de suas práticas.

A alternância não é de ontem. A aprendizagem das profissões aconteceu durante muito tempo por imitação e transmissão direta no terreno da prática. Sem dúvida, alguns processos de alternância entre a teoria e a prática existiram em tempos mais recuados, mas é na Idade Média que um deles aparece, na França, com o *compagnonnage* – ou seja, um tipo de associação que visa a instrução profissional e a ajuda mútua, uma corporação. O aprendiz-companheiro se forma através da prática num canteiro ou numa oficina, em alternância com uma formação “teórica” dada por companheiros-docentes em *casas de acolhimento e de vida*. (GIMONET, 2007, p. 112-113).

Outras diversas iniciativas, segundo o autor, surgiram durante os séculos XVI e XVII com o objetivo de instruir crianças abandonadas e pobres. Tais formas tradicionais de instrução e ensino como: “*formas de escolas criadas para abri-la sobre a vida e a realidade, para aproximar a formação do trabalho produtivo, ou baseá-la sobre a observação e a implicação no ambiente natural e social*” (GIMONET, 2007, p.113), não faziam-lhes sentido e nem correspondiam aos anseios dessas pessoas. Entretanto, mais a frente, nos séculos XVII e XVIII surgiu através da ação dos denominados *irmãos das escolas cristãs ou lassalistas* o modelo da escola dominical, ou seja, os jovens que trabalhavam durante toda a semana tinham no domingo a oportunidade de receber alguns conhecimentos que auxiliavam em suas atividades profissionais. Foi diante deste contexto que em meados do século XVIII um grupo de estudantes franceses fundou a “escola das pontes e estradas”. Baseados na alternância, estes estudantes aprendiam, fora da escola, conhecimentos de engenharia e arquitetura através de realização de trabalhos práticos, de acordo com suas realidades, em seguida, comutavam suas experiências com os demais, isto é, desenvolviam a autoformação e o mútuo ensinamento. Mais adiante, ainda no mesmo século, com o advento do desenvolvimento tecnológico proveniente da Revolução Industrial florescem as escolas industriais, sem se denotar uma escola propriamente dita, estes espaços visavam à associação de métodos de ensino essenciais ao ofício fabril, numa tentativa de aglutinar o estudo e o cotidiano num mesmo universo de instrução. Ao passo em que, no século XIX, a industrialização se estabelecia no contexto do cenário europeu, os modelos de ensino passaram a constituir, em grande parte, mecanismos que atendessem às exigências tecnológicas, orientando os saberes teóricos em direção aos saberes práticos. Países como Alemanha e França adotaram sistemas de aprendizagem que incorporavam conhecimentos manuais, práticos e técnicos aos demais conhecimentos, aspirando assim, uma espécie de dupla formação, ou seja, teórico e prático. (GIMONET, 2007).

As primeiras experiências da alternância, propriamente dita, foram vivenciadas, segundo Nosella (2012, p.46), em 1935, na França, com o surgimento da primeira *Maison Familiale Rurales* (MFRs).

A história das Escolas-Família é antes de tudo a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo no meio do povo do interior francês, compartilhando a mesma vida, carregando o mesmo passado de injustiças, sofrendo as mesmas pressões. Foi a idéia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico.

Esta ideologia surgiu e se espalhou, por parte do território francês, a partir da iniciativa de agricultores insatisfeitos com o sistema educacional ofertado pelo Estado, o qual não atendia as peculiaridades de uma educação voltada para os sujeitos do campo. Neste período o meio rural do país encontrava-se em um momento conturbado, pois ao mesmo tempo em que presenciava uma crise econômica devido aos reflexos destrutivos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a nação estimulava a mecanização no campo devido à escalada do capitalismo industrial. Este contexto repleto de implicações políticas, econômicas e sociais serviu como pano de fundo para o surgimento, dentro daquele grupo, de inquietações referentes à formação social, profissional e pedagógica dos jovens, na qual fizessem sentido à realidade cotidiana, bem como a valorização e desenvolvimento do meio rural. Esta pedagogia tinha como foco a ênfase da necessidade de uma educação escolar que satisfizesse os anseios psicossociais dos adolescentes e que também proporcionasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região. Sua proposta baseia-se na adoção de uma formação profissional concomitante à educação humana, fomentando a responsabilidade e o fortalecimento das famílias na formação dos jovens, no sentido de possibilitar o desenvolvimento do meio em que vivem.

Esta *práxis* foi pensada com o objetivo de proporcionar aos estudantes condições de acesso ao conhecimento escolar através de tempos e espaços alternados entre a permanência no seio dos valores familiares e comunitários e o aprendizado em outros espaços acadêmicos (espaço escolar). Ao alternar períodos na escola e períodos em seu meio de vida, o sujeito do campo tem a oportunidade de construir seus conhecimentos no diálogo entre o saber cotidiano, pautado na prática e no trabalho que é adquirido e transmitido através das gerações e o saber escolar que possibilita a apropriação dos conhecimentos tecnocientíficos.

Assim ao gerar condições para que os jovens permanecessem no campo e adquirissem escolaridade dentro dos princípios do meio rural, a educação do campo, sob o sistema das Casas *Familiares Rurais* e com a Pedagogia da Alternância, possibilitou a formação dos jovens no desenvolvimento da responsabilidade, no fortalecimento das famílias do meio rural e na tentativa de provocar o desenvolvimento global do meio, pois contribuiu, também, desta maneira para o desenvolvimento pedagógico e administrativo da escola.

Com a consolidação das MFRs, bem como os seus processos educativos, foi constituída, em 1942, a União das Maisons Familiares Rurales (UNMFRs), esta união tinha como objetivo garantir a expansão e a consolidação dos conceitos norteadores que fundamentavam os pilares da educação voltada para os jovens (formação integral do jovem, instrução, educação e formação da personalidade) de acordo com os princípios

familiares. Cabiam aos pais as iniciativas e responsabilidades parentais, enquanto a metodologia (Pedagogia da Alternância) articulando teoria e prática, ficavam a cargo dos centros de formação, sendo, segundo (Ricci, 1999, p.6), apresentados da seguinte maneira:

- 1º) Objetivos: formação integral do jovem, envolvendo instrução, educação e formação da personalidade;
- 2º) Princípios: essencialmente familiares. As iniciativas e responsabilidades pertenciam aos pais dos alunos e ex-alunos;
- 3º) Método: alternância, articulando teoria e prática, centro de formação, pais e meio.

Através desta perspectiva de formação alicerçado na interação entre os diferentes sujeitos (alunos, pais, familiares, professores entre outros), espaços de saberes (instituição, casa, trabalho, comunidade entre outros) e na responsabilidade (compreensão da importância do ensino na construção social) foi que a Pedagogia da Alternância adquiriu destaque consolidando-se na França após a segunda metade da década de 1940, entretanto, foi a partir da década de 1950, que as MFRs adquiriram pujança passando a extrapolar os limites do território francês expandindo-se em direção a outras nações do continente europeu, entre eles Portugal e Espanha, bem como outros continentes, África e a América. Como Marco da consolidação desta expansão foi organizada, em 1975, a Associação Internacional das Maisons Familiares Rurales (AIMFR) com a proposta de difundir, representar e integrar as demais MFRs espalhadas pelos diversos continentes. (SILVA, 2003).

3.3 Histórico da Escola Família Agrícola no Brasil

Indubitavelmente, AIMFR foi um importante passo para o processo de institucionalização dos conceitos de uma educação voltada para o atendimento dos anseios dos jovens estudantes do meio rural. No Brasil, porém, as primeiras experiências pertinentes às MFRs surgiram antes da associação, na década de 1960, mais precisamente no Estado do Espírito Santo, sob a influência da Igreja Católica. (SILVA, 2003; BEGNAMI, 2004). A realidade dos sujeitos do campo do Brasil, a época, assemelhava-se com a realidade, a qual os camponeses franceses eram acometidos no período em que foram organizadas as primeiras “*maisons*”, sobretudo no que diz respeito à educação. A falta de escolas para atender o público rural, o marcante abandono estrutural das que existiam, os currículos inadequados, a carência de investimentos, enfim uma série de critérios, os quais prejudicavam a permanência do aluno em sala, fizeram com que fosse proposto, pelos primeiros grupos, um projeto de escola que substituísse o sistema educacional urbanoindustrial, que tem no sistema capitalista a sua base de sustentação teorimetodológico, com o qual esvaziava o campo e promovia o êxodo rural, por um que valorizasse os agricultores a partir da sua realidade.

Assim surgiu a Escola Família Agrícola (EFA) como forma de fortalecimento da cultura dos agricultores, bem como uma espécie de resistência no bojo de uma conjuntura marcada pelos valores do capitalismo agroexportador, pautado na mecanização e que ao mesmo tempo, num sentido sociocultural, desvalorizava os antigos hábitos e saberes contidos na memória do agricultor, promovendo, paulatinamente, um esquecimento coletivo. (POLLAK, 1989). Não havia, naquele momento, por parte dos sistemas educacionais que compunham o poder público, uma preocupação com o meio ambiente, com a agricultura familiar, a sustentabilidade e, principalmente, com a formação da mulher e do homem do campo, ou seja, o Brasil estava a reboque do contexto econômico

agrícola ditado pela, denominada. Revolução Verde³². Sendo assim, pensar em uma educação voltada para a valorização do sujeito camponês tornou-se fundamental, no intuito de se estabelecer um maior desenvolvimento da terra e possibilitar uma melhor qualidade de vida a essa população.

No âmbito específico da educação no meio rural, as perspectivas educacionais dominantes passaram a refletir (...) orientação geral, expressando (...) uma concepção fortemente economicista, na qual a modernização do campo apresentava-se como forte determinante e prioritário para a evolução do mundo rural. Os adeptos desta vertente modernizante defendiam a implantação de iniciativas para a superação das condições de atraso cultural e econômico do meio rural, atraso esse atribuído à presença de mentalidades tradicionais e à utilização de técnicas agrícolas rudimentares. Neste contexto, tiveram início as primeiras experiências de formação em alternância no Brasil. (SILVA, 2003, p.66)

Através da análise da conjuntura brasileira, a partir do contexto histórico, pode-se considerar que a criação das Escolas Famílias Agrícolas constituíram-se numa resistência dos sujeitos do campo frente à imposição hegemônica de poder, uma vez que a ausência de políticas públicas voltadas às classes menos favorecidas, marcantes em nossa sociedade, fizeram com que este universo de saber ocupasse espaço no meio rural. Devido a este cenário contraditório surgiu no Estado do Espírito Santo um movimento de agricultores que tinha como base a promoção e propagação das experiências das EFAs. O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) desempenhou um papel preponderante na consolidação e expansão de uma educação voltada para o atendimento das expectativas da realidade camponesa, especialmente, no que diz respeito à Pedagogia da Alternância. As Escolas Famílias Agrícolas foram se estabelecendo em outros estados brasileiros, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1980, período em que ocorreu também a institucionalização das EFAs com a organização da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB). (BEGNAMI, 2004).

Tabela 3 - Número de escolas de Pedagogia da Alternância no Brasil

Estados	Número de Escolas
Acre (AC)	01
Amapá (AP)	05
Amazonas (AM)	06
Bahia (BA)	38
Ceará (CE)	03
Espírito Santo (ES)	43
Goiás (GO)	04
Maranhão (MA)	40
Mato Grosso (MT)	01
Mato Grosso do Sul (MS)	03
Minas Gerais (MG)	21
Pará (PA)	27

³² Idem Primeiro Capítulo. (p.44).

Paraná (PR)	43
Piauí (PI)	17
Rio de Janeiro (RJ)	03
Rio Grande do Norte (RN)	02
Rio Grande do Sul (RS)	08
Rondônia (RO)	06
Santa Catarina (SC)	22
Sergipe (SE)	01
Tocantins (TO)	03
Total	296

Fonte: OLIVEIRA (2018).

A tabela acima contém os dados atuais da quantidade de Escolas Famílias Agrícolas espalhadas pelo Brasil e que ainda têm na Pedagogia da Alternância as suas bases metodológicas. O quadro mostra como as instituições ainda resistem frente à influência do modelo educacional urbanocêntrico, entretanto, em alguns estados, como o Rio de Janeiro, o número de escolas é bastante reduzido, comparado com outros entes da Federação. O Estado conta atualmente com apenas três instituições, todas na Região Serrana, no município de Nova Friburgo, que ainda mantém a alternância como metodologia são elas: a Escola Municipal CEFFA Rei Alberto, a Escola Municipal CEFFA Flores de Nova Friburgo, que atendem a partir do Segundo Seguimento (6º ao 9º ano de escolaridade) do Ensino Fundamental, e o Colégio Estadual CEFFA Rei Alberto, que atende o Ensino Médio. Adiante discutiremos como ocorreu o processo de institucionalização e de desmonte deste modelo pedagógico em Nova Iguaçu.

3.3.1 A educação do campo em Nova Iguaçu / EFA de Tinguá

A realidade da educação voltada para as especificidades dos sujeitos do campo no município de Nova Iguaçu acompanhou, em seu universo, o processo de dominação hegemônica proveniente do sistema capitalista que impactou tanto o meio rural francês quanto o meio rural de outros estados do Brasil, salvo as suas especificidades. A realidade agrária iguaçuana era, como analisado no capítulo anterior, e, ainda, é permeada por diversos problemas que afligem seus habitantes como a ineficiência de investimentos, principalmente, públicos, abandono, disputas territoriais, êxodo rural, enfim uma gama de fatores, os quais dificultam a sobrevivência do cidadão do campo em seu seio. Em se tratando de educação, as angústias desses sujeitos refletiam na pouca importância que os agentes públicos municipais conferiam ao campo, bem como as suas especificidades.

Foi diante da descrição deste cenário que, em 1986, iniciou-se a trajetória da implementação da Escola Família Agrícola (EFA) de Tinguá, quando da necessidade dos agricultores, associado à ação de membros da Igreja Católica foi construída, no meio rural da cidade de Nova Iguaçu, uma escola voltada para o atendimento educacional dos filhos e filhas dos agricultores. O padre, de nacionalidade belga, Paul Müller, foi designado para atuar na Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Diocese de Nova Iguaçu. O Pároco destacou-se no desempenho de trabalhos com os agricultores da região do Tinguá. Por ter uma origem de vida no campo, o clérigo, que também exercia a função de diretor seminarista, idealizava

construir na propriedade, pertencente à diocese, além de um centro de desenvolvimento agrícola, uma escola para os filhos dos agricultores. Apesar de ter abdicado do sacerdócio, ao final dos anos 80, Müller mantinha laços estreitos com a Diocese de Nova Iguaçu que era presidida pelo Bispo Dom Adriano Hypólito³³, o qual lhe conferia apoio. Mesmo com o auxílio dos membros da paróquia em desenvolver e promover a integração dos agricultores através de cooperativas e associações com o objetivo de melhoria de vida e preservação do meio ambiente, as dificuldades somavam-se, pois o analfabetismo, marcante entre os lavradores, era um grande obstáculo para o alcance desses desejos. Diante deste contexto observou-se a necessidade de um investimento maior na escolarização entre esses sujeitos, assim, foi proposta a criação de uma escola agrícola, como estratégia de formação, visando o ensino dos filhos e filhas dos agricultores, no intuito de preservar e desenvolver os saberes da população da região.

No bojo desses acontecimentos foi inaugurada, pelo agora ex-padre, no ano de 1989, e, em associação com Diocese de Nova Iguaçu, a qual concedeu a responsabilidade do sítio, outrora cuidado pela Ordem das Religiosas de Santa Cruz, uma organização não governamental voltada para o auxílio dos moradores e agricultores da região. Uma equipe foi formada, sob sua chefia e demais padres belgas, resultando na fundação da ONG EMFRAS – Emaús Fraternidade e Solidariedade. A Organização Não Governamental tinha como objetivo desenvolver alternativas no intuito de amenizar a pobreza e a exclusão social da comunidade rural do Tinguá, através da escolarização das crianças e dos jovens da região do entorno da reserva biológica. Os projetos pedagógicos propunham a apreciação de temas voltados para a educação ambiental e agroecologia, visando formação do cidadão capaz de exercer a cidadania de modo consciente em busca da melhoria das condições de vida no lugar onde vive. Para tanto foram estabelecidas, durante a sua caminhada, parcerias com diversas entidades nacionais e internacionais com o propósito de aprimorar os projetos propostos. Entre as instituições parceiras destacaram-se: a Fundação Fé e Alegria do Brasil, a Casa do Menor São Wolfgang de Dieburg – Alemanha, a Providing Oportunities (DISOP) – Bélgica, a Terra Humani – França, a União das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), a Comunidade Solidária, o VIVA RIO, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Prefeitura Municipal da Cidade de Nova Iguaçu.

Assim, no universo de atuação da entidade foi criado também o CEDRI – Centro de Desenvolvimento Rural Integrado, este visava à elaboração e execução de projetos alternativos de combate a pobreza e a exclusão social através de trabalhos socioeducativos voltados às crianças e jovens agricultores objetivando a sustentabilidade local através da formação agroecológica. Pelo fato de ser de origem belga, ter sido padre, reitor seminarístico e defensor das causas camponesas, Paul Müller tornou-se figura conhecida, respeitada e admirada na localidade a ponto de angariar recursos, através do estabelecimento de parcerias, não somente com pessoas e instituições de seu país natal, como também entre os pequenos empresários e comerciantes locais para concretizar o antigo sonho de transformar

³³ Nascido em Aracaju, em 18 de janeiro de 1918, Adriano Mandarinino Hypólito foi ordenado padre em Salvador, em 1942. Frade franciscano, ele atuou até o início dos anos 60 no Seminário de Ipuarana, na Paraíba, ocupando os cargos de prefeito e diretor de Estudos; e sua ordenação como bispo ocorreu na capital baiana, em 1963. Além de estudar teologia em Salvador, ele aprendeu filosofia em Olinda. Amigo do escritor Manuel Bandeira, dom Adriano Hypólito também produziu na literatura e na música. Na Baixada Fluminense, vigiado pelos órgãos de repressão na década de 70, o bispo manteve suas atividades na Igreja e seu trabalho social, voltado para a população mais pobre. Acusado de comunista, chegou a afirmar, certa vez, que nunca teve simpatia pela ideologia marxista, rechaçando também o título de progressista.

Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacu-sequestrado-torturado-em-76-20160361>.

aquele espaço numa escola comunitária para os filhos e filhas dos agricultores. Assim, foi inaugurada, no mesmo ano, a “Escola Comunitária Recanto das Crianças”, instituição que tinha como proposta estabelecer um elo entre escola, pais, alunos e o meio em que viviam, no caso o campo garantindo-lhes o apoio ao exercício pleno de seus direitos.



Figura 15 - Sede da emfras / CEDRI

Fonte: Arquivo João Pereira Sena.

A foto em destaque faz referência ao prédio, onde foram realizadas as primeiras atividades educacionais da escola comunitária. Este espaço servia, anteriormente, de dormitório para os seminaristas e atualmente, com a expansão e construção da atual estrutura, que serão vistas à frente, a construção tornou-se a sede da EMFRAS / CEDRI. Pela imagem, do final dos anos 80, nota-se uma preocupação de se desenvolver uma entidade de ensino em meio à área rural, sistematicamente distantes ou negligenciadas das ações do poder público. A mesma fotografia constata a presença da interação humana em meio à paisagem remanescente da Mata Atlântica, típica da fisionomia da Serra do Tinguá, além de mostrar através da memória, a participação fundamental de diversos entes da sociedade agricultores, moradores, igreja, comerciantes, empresários entre outros a importância, mesmo que de maneira empírica, na busca pela valorização da educação voltada para os sujeitos do campo.

3.3.2 A memória da “escolinha do padre”

A Escola Comunitária Recanto das Crianças, começou as suas atividades de maneira elementar, pois à época oferecia apenas o ensino de educação infantil em tempo integral, indo até a antiga 3ª série primária, sob tutela das freiras responsáveis pela docência na instituição. Devido à relação estreita existente entre o ex-padre e a diocese de Nova Iguaçu, na figura do bispo Dom Adriano Hypólito, a escola em pouco tempo ficou reconhecida pelo imaginário da comunidade local como a “escola construída pelo padre” a ponto de ser, então, denominada, pela memória coletiva dos habitantes do entorno, de “Escola do Padre” ou “Escolinha do Padre”. *“Com o tempo virou Escolinha do Padre, até hoje o pessoal conhece assim, como*

Escolinha do Padre, se perguntar onde é, todo mundo fala que é aqui, embora atualmente ela seja municipal, ficou com essa marca por causa dessa fundação” (João Pereira Sena, 2017). Fica evidente, na fala de um dos mais antigos colaboradores da instituição, que a “escolinha” possuía, e ainda possui, uma notoriedade local, pois além de ofertar, naquele momento, o ensino infantil, o qual servia como base de formação inicial, funcionava também de base, depois de concluída a etapa de educação infantil, para os alunos ingressarem nas escolas oficiais. Faziam parte do universo educacional da escola não apenas as disciplinas comuns e confessionais, a instituição buscava desenvolver entre os pequenos os saberes do campo como, por exemplo, o cultivo e o manejo de hortas.

Com o passar dos anos graças à união dos esforços da comunidade, do apoio da diocese e da gerência de Müller a escola começou a aumentar o quantitativo de matrículas o que refletiu também não só num aumento de profissionais como também do espaço físico para melhor acomodar alunos, pais, professores e funcionários. Cabe ressaltar que todos os custos da escola eram equacionados através de doações, captadas pelo ex-pároco, a partir, também, de parcerias estabelecidas com o setor privado, como as extintas Pedreira Santo Antônio e o Colégio Fluminense, depósitos de bebidas, mercearias entre outros, chegando a soma de, aproximadamente, quarenta colaboradores unidos em prol do projeto de ser estabelecido no local um espaço de conhecimento voltado para formação das crianças. Além disso, na propriedade, que possuía em torno de doze hectares, eram desenvolvidas, também, diferentes atividades como a produção de gêneros agrícolas (aipim e hortaliças), cultivadas no próprio sítio, bem como uma pequena criação animais (aves e coelhos), os quais eram negociados a fim de angariar fundos e sendo revertidos à entidade.

Além de todos os esforços e contribuições locais, a “escolinha do padre” contou também com a contribuição do governo belga, que tinha na figura do padre um estreito laço de cooperação, esta junção de fatores proporcionou o avanço das obras da escola que foram se amplificando durante o decorrer dos anos 90, sendo concluídas nos anos 2000.



Figura 16 - Construção da escola comunitária recanto das crianças / “escolinha do padre”
Fonte: Acervo João Pereira Sena.

O conjunto de imagens ilustra parte do processo de construção das instalações prédio

da Escola Comunitária Recanto das Crianças, na figura à esquerda visualiza-se a atividade laboral da construção civil exercida pelos moradores locais, os quais se dispuseram a concretizar a edificação do espaço que desempenha um papel fundamental para a comunidade. Na gravura ao lado verifica-se a fachada do prédio concluído exibindo o nome da escola, bem como o do Centro de Desenvolvimento Rural Integrado (CEDRI) demonstrando a estreita relação entre a instituição e a coletividade, uma vez que a escola exercia não apenas o papel de centro de aprendizagem e sim de desenvolvimento, num sentido amplo, pois voltava-se para o atendimentos das diversas demandas sociais. É relevante destacar como, mesmo se tratando de uma construção arquitetônica, pode-se observar a paisagem envolta à própria edificação, a vegetação do entorno tende, na medida do possível, a ser preservada respeitando os preceitos norteadores do ideal preliminar da escola. A Serra do Tinguá, que desliza de maneira imponente ao fundo da ilustração auxiliava, e ainda auxilia, como fonte de inspiração para diversas atividades dentro e fora dos muros da “escolinha” a ponto de, mais tarde, servir de batismo para o atual nome da instituição.



Figura 17 - Área de cultivo do sítio da “escolinha do padre”

Fonte: Acervo João Pereira Sena.

Este conjunto de imagens ilustra a atividade agrícola que era desenvolvida paralelamente às atividades educacionais. Nesta área, componente do sítio, eram produzidas hortaliças, verduras e leguminosas, que além de comercializados, compunham a refeição de funcionários, estudantes e uma pequena parcela dos moradores. Ressalta-se também que a produção de aipim possuía uma grande significância, pois historicamente esta cultura faz parte do saber dos agricultores locais, assim a manutenção das lavouras pode ser compreendida como forma de resistência e do, mesmo modo, como o cultivo da própria memória. (CALDART, 2000).

Esta memória imbrica-se, com a própria paisagem, pois através da reflexão sobre o

contexto em que a escola foi concebida, percebe-se que, mesmo com as transformações ocorridas no espaço territorial da propriedade, não apenas pela adição de elementos, de acordo com Bertrand (1971), houve, igualmente, por parte dos seus sujeitos uma preocupação com a preservação do meio através de valores voltados para a agricultura familiar e a agroecologia, tendo ao fundo a imponência da Serra do Tinguá, sempre presente como testemunha ocular de todas estas transformações históricas ao longo dos séculos.

3.3.3 O Vale da Alternância

“Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também(...), discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”. (FREIRE, 2002, p.14).

A filosofia freiriana, indubitavelmente, serviu, e ainda serve, de fonte inspiradora para a formulação de incontáveis metodologias e práticas pedagógicas educacionais. Apesar da Pedagogia da Alternância, como debatido anteriormente, ter surgido muito antes da consolidação das ideologias de Paulo Freire, tal proposta encontrou, no Brasil e nos ideais por ele defendidos, um campo de saber, o qual, apesar de sua complexidade, serviu de arrimo para que tal método se desenvolvesse. Memorável defensor das classes menos favorecidas, o filósofo, em muitos dos seus textos, sempre evidenciou que a busca por uma educação de qualidade deve orientar-se no sentido da valorização dos saberes, principalmente, no tocante aos sujeitos das classes populares. Para ele, cabe não só ao professor como também a “escola”, no sentido amplo da palavra, uma vez que qualquer espaço de saber pode ser considerado uma escola, estimular práticas que vislumbrem esta relação entre saberes e conteúdos.

Assim, pensando em desenvolver metodologias e práticas que fizessem sentido ao universo dos sujeitos que faziam parte da Escola Comunitária Recanto das Crianças e baseados nos preceitos freirianos, o ex-padre, junto com sua equipe, buscavam novas alternativas de ensino. Foi quando, em meados dos anos 90 ao ouvir rumores de um “certo” tipo de prática pedagógica de ensino inovador que se desenvolvia de maneira eficiente em outros estados do Brasil, mais especificamente Bahia e Espírito Santo, o qual, além de valorizar os saberes locais e da terra, respeitava o tempo de sementeira e colheita sem abandonar os currículos e a formação escolar, era a Pedagogia da Alternância. Com o intuito de conhecer mais sobre o método de ensino, foi solicitado pela escola o envio de técnicos, estes vindos da Bahia, à Tinguá para que começasse a ser implementada na “Escolinha do Padre” a alternância. Para por em prática a referida pedagogia foi fundamental, naquele momento, a figura do personagem João Pereira Sena³⁴ que foi contratado junto à instituição para coordenar a implantação da metodologia.

“Em 1994, 6 anos depois da fundação, o padre descobriu esse movimento das escolas pelas alternâncias no Espírito Santo e na Bahia. Ele se encantou por essa pedagogia interessante e solicitou à organização lá na Bahia que enviassem alguns técnicos para Tinguá com o intuito de botar em prática a metodologia da pedagogia

³⁴ Filho de agricultores, João Pereira Sena nasceu no interior da Bahia, aos dezoito anos ingressou no ensino médio, onde teve seu primeiro contato com a Pedagogia da Alternância. Na fase adulta, devido a sua experiência foi o responsável junto com o Paul Müller, e demais pessoas, pela implementação da alternância na E. M. Vale do Tinguá. Formado em Pedagogia pela universidade ABEU, desempenha atualmente função na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu.

da alternância, ele queria trazer pra cá. Foi aí que eu vim da Bahia pra cá. Eu estava em Pernambuco, estava fazendo alguns trabalhos com uns amigos e eu já trabalhava a pedagogia da alternância, eles me ligaram dizendo que tinham um trabalho pra mim no Rio de Janeiro por 6 meses. Vim com mais um técnico, chegando não tinha toda essa construção era só uma parte. Começamos o trabalho junto a instituição para ajudar as famílias e conseguimos um dinheiro através da cooperação do governo Belga para a construção da escola, como o padre era Belga, ele tinha essa relação. Em 98 começamos essa finalização da escola e em 2000, foi concluída.” (JOÃO PEREIRA SENA, 2017)

Devido à necessidade de conclusão das obras das novas instalações da instituição, que ocorriam paralelamente ao início da implantação da Pedagogia da Alternância, a metodologia, segundo João Pereira Sena, foi posta em prática, experimentalmente, somente a partir do ano de 2001 por conta da finalização da construção e municipalização da escola, sendo a alternância oficializada no ano seguinte como proposta pedagógica. Como parte do processo foi estabelecida uma parceria com o Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância Rei Alberto (CEFFA Rei Alberto)³⁵ situado no Município de Nova Friburgo, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de capacitação profissional e assessoria, em virtude de que a escola da friburguense já possui uma experiência em alternância, além do mais, esta experiência era um pouco diferenciada das demais Escolas Famílias Agrícola, pois não ocorria em regime de internato, diferentemente das experiências de outros estados onde os alunos ficavam alojados por um determinado período de tempo, por exemplo na Bahia eram quinze dias de internato e no Espírito Santo os alunos permaneciam uma semana na instituição. O modelo do CEFFA Rei Alberto era o que mais se aproximava da realidade de Tinguá, pois os alunos tinham no máximo doze anos de idade, por isso, legalmente estariam impossibilitados de permanecerem alojados distantes de seus pais e responsáveis. Além disso, o custo para a manutenção das crianças na instituição seria elevado havendo a necessidade da contratação de mais funcionários, principalmente, para trabalhar no período noturno, o que inviabilizou a questão do internato. Seguindo a realidade de Friburgo, foi proposto um modelo alternativo, aproveitando o princípio já estabelecido de ensino integral, no qual os alunos permaneciam durante o dia na escola e realizavam as atividades alternadamente, semana sim, semana não.

Além da parceria estabelecida com a CEFFA de Nova Friburgo, a “escolinha do padre” contava, desde o final dos anos 90, com o apoio tecnicocintífico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A instituição promovia junto à comunidade escolar e moradores formações e capacitações a fim de proporcionar um maior desenvolvimento socioeconômico e educacional valorizando o entorno. As palavras da diretora Suzana Ferreira³⁶ definem a importância da união entre os saberes populares e o saber acadêmico.

“A gente tinha um trabalho muito bonito aqui na época da escola comunitária. Dois anos depois começou o segundo segmento e fizemos uma parceria maravilhosa com a Rural. Era uma escola comunitária, os estagiários vinham para cá, faziam as hortas com as crianças, teve plantação de ervas medicinais, faziam realmente, a comunidade participava muito e as crianças ficavam o dia inteiro. A gente tinha

³⁵ O CEFFA surgiu na união dos movimentos sociais de educação popular do campo fomentados na década de 1960 em que um intenso fluxo migratório para as cidades esvazia o campo. É a denominação para identificar os movimentos de educação rural existentes no Brasil desde 1969 e que atuam no sistema da Pedagogia da Alternância. Os CEFFAS congregam as Escolas Famílias Agrícolas, as Casas Familiares Rurais, Escolas Comunitárias Rurais e outras unidades educativas que adotam esta proposta pedagógica.

³⁶ A professora Suzana Ferreira é, desde 1999, a diretora geral da E.M. de Agroecologia Vale do Tinguá. Ela foi uma das colaboradoras na implementação da Pedagogia da Alternância na instituição.

animais, criação de coelhos, de galinhas caipiras, uma série de coisas e as crianças participavam de tudo isso porque era do projeto, mas ficava a disposição da escola.” (Suzana, 2017)

O relato diretora, efetiva no cargo desde fevereiro de 1999, demonstra a importância do trabalho desenvolvido na localidade fruto da associação dos esforços de diferentes sujeitos, entidades e instituições. Assim, a Pedagogia da Alternância surgiu de maneira a endossar, numa perspectiva filosófico-metodológica, toda a ideologia proposta pelo ex-padre Paul Müller ao final dos anos 80, responsável, junto com os moradores, pela estruturação da EMFRAS e o CEDRI.

3.4 A Municipalização e a Alternância

“Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”. (LE GOFF, 2003, p.470).

A construção da memória, nas palavras de Le Goff (2003), é fruto de intensa disputa, pois o seu controle resulta num fundamental instrumento de poder. A memória, segundo o autor, está diretamente associada à personificação das tradições de uma determinada coletividade, sendo assim, para que se mantenha viva, a sua valorização e transmissão são fatores preponderantes e fundamentais, pois transformam-se em, de acordo com suas palavras, monumentos que preservam essa memória coletiva. Neste sentido, pensar na construção da Escola Comunitária Recanto das Crianças remete a uma reflexão da própria construção da memória local, na medida em que a “escola do padre”, assim denominada pelo imaginário da memória coletiva, serviu como espaço de manutenção, desenvolvimento e propagação dos saberes local.

O processo de municipalização da escola, por mais que parecesse, a princípio, um ato benéfico, uma vez que a própria prefeitura municipal da cidade de Nova Iguaçu realizava diversas atividades em parceria com instituição através da EMFRAS e do CEDRI, tornou-se, com o passar dos anos, a responsável pelo desmonte da Pedagogia da Alternância em Tinguá, na medida em que, gradativamente esta metodologia foi sendo substituída, dando lugar aos currículos lineares propostos pela secretaria de educação, os quais priorizavam, e ainda priorizam, a padronização e homogeneização de toda a rede escolar da cidade através de metodologias e descritores voltados para uma educação urbana vilipendiando os saberes e a memória dos povos do campo.

A conjuntura políticoeconômica do país, na transição dos anos 90 para os anos 2000, estava bastante conturbada, pois a política neoliberal implementada pelo governo federal e apoiada pelo município, promoveu a falência de diversas empresas de pequeno porte, as quais sucumbiram à concorrência dos grandes grupos e corporações, característico da globalização econômica. Empresários e comerciantes, que eram parceiros da escola, começaram a reduzir seus custos, por conta do cenário desfavorável, alguns encerraram suas atividades indo para outro local e outros simplesmente não resistiram a ponto de falirem. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que os recursos da instituição iam se esgotando, o número de matrículas aumentava a ponto de serem cedidos, pela prefeitura, alguns profissionais, no intuito de assegurar as atividades escolares. Diante deste contexto, o corpo gestor da Escola Comunitária Recanto das Crianças decidiu estreitar a sua relação com o município através do processo de municipalização, pois sem a contribuição financeira dos parceiros locais não haveria a possibilidade de manter toda a estrutura em longo prazo.

Mesmo com a proximidade com a prefeitura, a opção pela municipalização não era unânime, pois divergências políticas entre a esfera municipal e estadual não permitiam o vislumbre de um futuro próspero, muito por conta do contexto econômico. Sobre este processo João Sena afirmou:

“Resolvemos devido a isso, procurar o município, na verdade queríamos procurar o Estado, só que teve uma contradição política, na época o governador era o Garotinho, e o prefeito daqui o Bornier que era oposição a ele, então a secretária de educação nos instruiu a fazer com o município, o que foi um erro nosso, que não enxergamos na época devido a nossa ingenuidade política, mas resolvemos levar essa ideia”.

Considerando as palavras de Le Goff (2003), a dita “*ingenuidade política*” afirmada por Sena, denotou-se, verdadeiramente, na tentativa do poder dominante do aparelho estatal, personificado nos organismos institucionais municipal, em administrar o monumento de memória, no caso a escola, para que fizesse parte do seu universo de controle. Assim, a alternativa mais razoável para o momento foi à municipalização da Escola Comunitária Recanto do Saber, no ano de 2001, passando a se chamar Escola Municipal Família Agrícola Vale do Tinguá ou EFA Vale do Tinguá, através da lei municipal nº 3.168 do ano de 2001. A escola foi incorporada ao aparelho educacional da prefeitura, porém, devido à resistência dos gestores da escola, que a pesar de municipalizada carregavam consigo a memória de escola comunitária, foi proposto como condição à continuidade da Pedagogia da Alternância como metodologia de ensino.

Entretanto, a implantação deste modelo revolucionário e inovador encontrou bastante resistência para ser implementado, pois para os pais e responsáveis dos alunos alternar o tempo escolar com o tempo comunidade significava, devido à influência do imaginário da população, o qual era pautado na educação formal, um período longo de férias. Este senso comum de que apenas o espaço físico escolar personifica-se como ambiente de saber é segundo Gimonet (2007) um grande equívoco a ser quebrado pela alternância, na medida em que, ela estabelece uma série de atividades a serem desenvolvidas nestes tempos alternados, entre eles o autor cita: o Plano de Estudo; Estágio; Colocação em Comum; Tutoria; Coletivos de Jovens; Visita à Família e Comunidade; Visita e Viagem de Estudo; Serão de Estudo; Colaboração Externa; Cadernos Didáticos; Fichas de Trabalho; Atividade de Retorno-experiência; Projeto do Jovem Empreendedor Rural; Avaliação Semanal; Avaliação formativa e um dos pilares da alternância que é o Caderno de Vida ou Caderno da Realidade, instrumentos pelos quais os filhos dos agricultores podiam assegurar uma “*observação e análise direta da prática agrícola e estabelecer um elo entre a experiência, da vida familiar, social e o período escolar*”. (GIMONET, 2007, p.32).

Para proporcionar o estreitamento do diálogo entre familiares, alunos e escola foi criada no mesmo em abril do mesmo ano a Associação dos Profissionais Agrícolas de Tinguá (ASPAT), por ela foi montada a estrutura para inserção da Pedagogia da Alternância. O relato de João Pereira Sena mostra os desafios, bem como a satisfação com o desenvolvimento da alternância em Tinguá.

“Foi muito bom. Sobre o desafio: na cabeça dos pais, a criança tinha que estar dentro da escola, e a pedagogia da alternância ela cabia um pouco contrário a isso, pra ela a escola não é tudo, o aprendizado vai além da sala de aula, você usa todos os espaços como meio de aprendizado, o meio que você convive é um aprendizado, isso é a pedagogia da alternância, alternar os espaços de aprendizado. Tiveram pais que botaram e tiraram as crianças, pra eles as crianças ficarem em casa era férias, isso foi um desafio muito grande. Como eu tinha uma relação muito próxima aos pais, por já estar aqui há 6, 7 anos, eu convencia eles a mudarem de ideia, também tinham as visitas, nas semanas de alternância eu ia com o professor nas

casas, tínhamos um projeto nas casas, com as hortas, os técnicos das universidades também iam. Se tinham problemas com os cavalos, com as galinhas, os zootecnistas iam lá resolver, isso fez com que criássemos uma relação muito próxima das famílias com a escola, a gente passou a ter credibilidade na nossa proposta, tanto que depois nós não tínhamos problemas de evasão escolar, nem de faltas de alunos, pois era prazeroso. Sem falar que tínhamos essa relação com os outros órgãos, então quase todo mês levamos os alunos para a universidade, levamos pro IZ (Instituto de Zootecnia), levamos pro Hospital das Plantas, na Fazendinha, então os alunos tinham contato com tudo isso, o ônibus da Universidade vinha buscar e deixar. Isso fazia com o que o aluno se tornasse motivado para os estudos, a gente também tinha uns projetos, tinha um projeto de meliponicultura, que é a criação de abelha sem ferrão, os próprios alunos que tomavam conta, tínhamos as vacas, que eles tiravam o leite, tinham um espaço pra eles produzirem o queijo, tinha criação de coelho, tinham aulas práticas de como matar os bichos pra consumir a carne, ensinamos sobre os embutidos, e nessa parte entrava o pessoal da universidade de economia doméstica - que trabalhavam sobre reaproveitamento dos alimentos, tinham essas oficinas todas, um volume de coisas muito grande, muita atividade, o aluno se envolvia, ele sentia falta da escola". (João Pereira Sena, 2017).

A Pedagogia da Alternância consolidou-se como proposta pedagógica, como descrito, entre diversas tentativas, durante os anos de vigência, houve uma preocupação em conscientizar todos os sujeitos envolvidos sobre as peculiaridades da alternância, bem como a sua importância não apenas com as questões escolares, mas e, principalmente, com os valores humanos que ela propõe, pois compreende a reflexão de todos os saberes que envolvem não só a humanidade como também os aspectos naturais. Nesta perspectiva, a escola, mesmo municipalizada, não perdeu as suas características iniciais, ao resistir e não converter-se apenas num espaço de reprodução de conhecimentos previamente selecionados pelo poder público municipal, ao contrário, ela permaneceu mantenedora e multiplicadora dos desígnios da Educação Popular composta pelos significados dos saberes da escola pública, da educação, concernente à política, classista dos segmentos populares e o de educação informal que esses segmentos trazem e produzem entre eles. (CAMPOS, 2016).



Figura 18 – Atividades no Vale
Fonte: Acervo João Pereira Sena.

As atividades desenvolvidas na escola eram norteadas pelos princípios estabelecidos pela ONG EMFRAS, prevista desde a sua fundação no findar dos anos 80, que tinham entre seus objetivos uma educação voltada para as questões éticas na relação entre os seres humanos e entre eles (nós) com o meio ambiente, visando sempre o respeito mútuo de maneira sustentável. Esses valores foram se afirmando com o passar dos anos a ponto de serem incorporados ao Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual contou, em todo o momento, com o aporte dos fundamentos da Pedagogia da Alternância, bem como os princípios do pensamento freiriano.

Tabela 4 – Projeto político pedagógico

EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVOS
MEIO AMBIENTE – SOCIAL E NATURAL	Conscientizar e preservar o ambiente social e natural, suas características, transformações e importâncias, respeitando a natureza, considerando-se parte dela, buscando meios para a sua valorização e preservação, percebendo a interferência histórica do homem no meio em que vive.
HISTÓRIA DE VIDA	Vivenciar a experimentação, dialogando e interagindo as capacidades individuais, trocando saberes da humanidade e de vida, estabelecendo relações pessoais e históricas com a vida.
COMPANHEIRISMO	Desenvolver o sentimento de companheirismo e solidariedade inerente à pessoa humana fortalecendo elos vivos de cooperação e responsabilidade.
CULTURA (GÊNERO E ETNIA)	Perceber as diferenças individuais e culturais, conhecendo as raízes étnicas e valores à identidade brasileira e posteriormente à cultura universal.
VALORES E ÉTICA	Respeitar e considerar os direitos e deveres relativos à vida humana, social e cultural, de forma íntegra e digna, localizando-se como membro da sociedade e sentindo-se também responsável por ela.
	Conhecer seu corpo, suas potencialidades, características particulares, desenvolvendo a

CONHECIMENTO DO CORPO	autoestima, habilidades físicas e mentais, além da disciplina, espírito de equipe, cooperação e solidariedade permitidas pela prática esportiva.
MUNDO E PARTICIPAÇÃO	Relacionar fatos atuais e históricos no mundo, com a participação individual e coletiva no exercício da cidadania, contribuindo, opinando e construindo ações de caráter social e histórico.
CRIAÇÃO DE REGRAS DE CONVÍVIO	Participar e colaborar da criação de regras de convívio, percebendo a disciplina, o respeito as opiniões e decisões coletivas, como uma forma de exercício de cidadania ativa e de democracia.
REGIÃO TURÍSTICA AGROECOLÓGICA	Promover e desenvolver o campo e os recursos naturais principalmente hídricos da região através das pessoas e de técnicas apropriadas e envolvidas nesse processo.
FAMÍLIA	Conhecer e valorizar a origem e a história da própria família, reconhecendo-a como base de vida, e integrá-la ao processo de construção da aprendizagem, promovido principalmente pela Pedagogia da Alternância.

Fonte: Tabela inspirada no Projeto Político Pedagógico da EFA Vale do Tinguá do ano de 2004.

Gimonet (2007) ao definir as atividades e instrumentos para o desenvolvimento da alternância afirmou que o “*ritmo*” dos tempos, compreendido em três momentos, “*O meio familiar, profissional e social, O CEFFA e O meio*”, serviriam como base para a formação do estudante. Assim, os saberes (experenciais, teóricos, formais e ações) seriam garantidos em todo o processo de ensino/aprendizagem. O quadro acima, inspirado no Projeto Político Pedagógico da EFA Vale do Tinguá, do ano de 2004, mostra a importância defendida tanto por Freire (2002) quanto por Gimonet (2007) de se pensar os eixos e objetivos educacionais num sentido de valorização da educação reflexiva e holística. O PPP faz referência, em seus parâmetros, a uma construção de projeto que englobasse a participação de todos os sujeitos do universo da comunidade escolar propondo interações de convivências, elaborações de atividades que envolvam estudantes e familiares, respeito mútuo e aos seus saberes, reflexão sobre as diferenças (gênero e etnia) e culturas diversas, estímulo a valores como solidariedade e companheirismo (dentro e fora da escola), cidadania e democracia. Assim, a política escolar, associada à Pedagogia da Alternância, proporcionou uma transformação na perspectiva educacional em Tinguá, pois, por ser pensada de maneira a atender as necessidades dos camponeses, encontrou na realidade campesina da cidade de Nova Iguaçu, espaço para sua prática, uma vez que traduzia o significado do campo ao seu próprio sujeito, diferentemente do modelo urbano, o qual além de não proporcionar sentido exercia uma função de imposição ao desprezar os seus saberes.

3.4.1 O fim da alternância

“A gente implantou aqui a Pedagogia da Alternância. Foi muito legal porque as crianças do segundo segmento tinham os projetos deles particulares em casa, a gente ia nas casas visitar, algumas crianças tinham plantação de morango, outros de quiabo, uns tinha um coelho, os outros uma horta, os professores iam visitar, (...), a gente ia com eles nas casas, falava com eles: “ta certo, ta errado, aqui o sol está desse jeito”, as crianças iam, mudavam tudo de lugar. Tinham pais que estavam acostumados a plantarem eles mesmos, acontecia, mas não estava da maneira correta, então brigavam com as crianças, diziam que a vida inteira tinham feito assim, o professor ia lá, ajudava as crianças, era muito legal.” (SUZANA, 2016).

A Pedagogia da Alternância, inquestionavelmente, transformou a maneira de se pensar a educação na comunidade do entorno da Escola Municipal Família Agrícola Vale do Tinguá, pois, como descrito no depoimento da então diretora da instituição, todos os sujeitos participantes, alunos, professores, colaboradores, entidades e familiares participavam do processo de construção do conhecimento, ou seja, a alternância acabou justificando e reafirmando todo o processo educacional previsto no final dos anos 80 com o surgimento da “escolinha do padre”. A metodologia acabava por aproximar as famílias da escola, bem como elas de si mesmas, através da troca de experiências e realizações de atividades voltadas para as suas realidades.



Figura 19 – Tempo comunidade / visita às hortas familiares

Fonte: Acervo João Pereira Sena.

A articulação dos tempos e dos espaços de formação é um dos pilares da Pedagogia da Alternância, pois possibilitam a interação entre os espaços-tempos (escola-família), complementa as lacunas relacionais, afetivas e cognitivas, promovendo a integração. (GIMONET, 2007). Com isso, as atividades realizadas no período do tempo-comunidade tinham como objetivo pedagógico ser a continuidade das propostas e projetos definidos no tempo-escola levando em consideração não apenas os conhecimentos regulares do ensino

formal, porém, e principalmente, aproximar os saberes não-formais do ambiente escolar, pois são experiências de vida, logo de conhecimento. As visitas eram realizadas com a finalidade de conhecer a peculiaridade da comunidade local, bem como orientar as famílias sobre técnicas que auxiliassem na produção tanto num sentido de subsistência quanto num sentido de comercialização.

Todavia, mesmo recebendo financiamento estrangeiro do governo belga, o qual contribuía por conta da articulação diplomática do ex-padre, e ainda adquirindo visibilidade através da imprensa nacional, por meio de diversas reportagens durante os anos em que a Pedagogia da Alternância se desenvolvia na instituição, o sucesso da escola passou por uma reviravolta. Toda essa evidência não foi compreendida pelo município como algo benéfico, pois na memória dos moradores todos os méritos advinham dos esforços da comunidade, na medida em que, mesmo municipalizada, a escola era conhecida popularmente como a “escola do padre”. Partindo do princípio de que Le Goff (2003) compreende que a memória, por ser um monumento de controle e de dominação, estando em constante disputa, aquele que consegue dominá-la tem a possibilidade de controlar as demais memórias, sendo assim, para a Secretaria Municipal de Educação, órgão do aparelho estatal responsável pelo controle do ensino, ter uma escola destoante do modelo padronizador foi interpretado como uma ameaça ou inconformidade no sentido em que a EFA Vale do Tinguá possuía o *status* de ser a única escola em toda a rede a ter a alternância como metodologia.

O fato de ser afastada da região central da cidade e de se tratar de uma área rural, com o passar dos anos tornou-se um aspecto que dificultava a dinâmica da escola, pois por ser municipal a escola necessitava do envio de profissionais concursados, na maioria professores, para lecionar as disciplinas regulares, nos primeiros anos essa situação era contornada através da direção, na figura da diretora Suzana, que conscientizava os docentes recém empossados sobre a necessidade de se somar os saberes e esforços sobre a realidade local, às dificuldades referentes à distância e o principal, a importância da Pedagogia da Alternância para a comunidade. Contudo, a escola de Tinguá adquiriu alguns estigmas para aqueles que ingressavam em seu quadro funcional: ser somente uma possibilidade de acréscimo salarial devido ao pagamento de auxílio de difícil acesso pago pelo município, estar entre as últimas escolas selecionadas pelos recém concursados por conta da distância e da ordem de chamada dos classificados, incompatibilidade de adaptação e/ou empatia dos profissionais com o trabalho na educação do campo e com a Pedagogia da Alternância (por conta dos profissionais estarem condicionados aos currículos urbanos) e o fato das escolas do campo servirem, devido à longinquidade e adversidades no acesso, como uma espécie de punição geográfica corroboraram para que gradativamente a instituição perdesse as suas particularidades e sua autonomia administrativa e educacional.

No entanto, o fator crucial para que a alternância fosse abandonada em detrimento do ajuste da escola ao currículo regular de ensino de caráter urbanocêntrico foi, indubitavelmente, a escassez de recursos. A prefeitura além reduzir o aporte financeiro, passou a atrasar o repasse da verba para a manutenção da escola causando o endividamento das demais instituições que funcionavam em parceria, bem como os seus colaboradores que eram contratados de forma temporária ou como prestadores de serviços e executavam as atividades extracurriculares que não existiam no quadro funcional da prefeitura (agrônomos, técnicos agrícolas, apicultores, operadores de máquinas entre outros). Para angariar fundos e garantir os salários dos funcionários a instituição passou a negociar os próprios bens adquiridos durante os anos de funcionamento.

“O padre que era o representante da instituição já não tinha mais cabelo na cabeça, começamos a entrar em pânico, pensávamos que íamos ter que fechar a escola, já não tinha como pagar, pra gente tinha acabado. Só que precisamos fazer a rescisão de todo mundo e isso tem um custo, já que a gente não tinha uma isenção

de encargos. Começamos, tínhamos um carro pra fazer o trabalho no campo, era o nosso carro para fazer visitas, tinha um apiário lá em Magé, que era um lugar de escola, os alunos cuidaram de lá, vendemos o carro, vendemos as vacas, para pagar a rescisão, então em março de 2007 a gente termina a pedagogia da alternância, por falta de recurso, naquela época era um dinheiro muito baixo para o município, era R\$7,000 (sete mil) pra manter essa estrutura, era muito pouco. A gente não ficava esperando só esse dinheiro do município, a gente buscava fora também, tínhamos parcerias. Hoje não passaria de 15 mil reais para manter essa estrutura”. (João Pereira Sena, 2017).

O recorte temporal dos anos de 2005 a 2007 marcou o descenso da Escola Municipal Família Agrícola Vale do Tinguá. Ainda que diversos esforços fossem tomados na tentativa de evitar o fechamento da instituição e o encerramento das atividades, como a venda de máquinas, terrenos, animais e produção tais procedimentos não surtiram efeito e em março do último ano citado a Pedagogia da Alternância foi abandonada em definitivo. O desinteresse por parte dos gestores municipais, que não enxergavam a importância da escola por ser diferente ao modelo regular urbano, a necessidade do controle da prefeitura sobre a autonomia tanto da instituição quanto da própria comunidade escolar, a irresponsabilidade do poder público com o compromisso no repasse das verbas e a falta de interesse com da educação popular do campo de qualidade foram, pela fala descrita, os principais fatores que inviabilizaram a alternância em Tinguá descaracterizando não só o ensino, como também todo o trabalho de valorização dos saberes dos agricultores locais, os quais contribuíram não apenas com a construção da história de Nova Iguaçu como também do Brasil. Mesmo com o encerramento da alternância, as lembranças mnemônicas dos sujeitos que estiveram diretamente ligados a história da “escola do padre” permite-nos refletir sobre a importância deste processo, na medida em que ao desenterrar, segundo Benjaminiana, a memória soterrada pode-se, tal história ser reinterpretada. “*A gente conseguiu muita coisa com a alternância, nesse espaço a gente fez muitos encontros em família para conscientizar eles, (...). Dá uma pena isso ter acabado, ter que resgatar isso tudo; Leva um tempo pra entender o negócio”.* (Suzana, 2017).

3.5 A Agroecologia e a Educação do Campo como Processos De Resistência

Mesmo com o fim da Pedagogia da Alternância, como metodologia de ensino norteadora das atividades educacionais, a Escola Municipal Família Agrícola Vale do Tinguá manteve-se resistente na manutenção de propostas educacionais que fossem comprometidas com a realidade do entorno. O fim da alternância marcou também o encerramento das atuações da ONG EMFRAS e do CEDRI, pois como trabalhavam em parceria com a escola dependiam, junto com a mesma, das verbas que eram repassadas pela prefeitura. Devido ao atraso com o pagamento dos recursos houve uma desconstrução da continuidade de todo o trabalho realizado até o presente momento causando o fechamento da organização responsável por trazer a Pedagogia da Alternância para Tinguá.

Após, aproximadamente, quatro anos de inatividade da ONG, a escola passou a funcionar, neste mesmo período, em horário integral e em consonância aos desígnios curriculares da secretaria municipal de educação. Assim, a Vale do Tinguá foi submetida a uma nova reestruturação a partir do ano de 2010. Com o objetivo de manter o espaço escolar como espaço de saber que respeitasse e valorizasse a comunidade, predominantemente rural, foi proposta, pelos dirigentes da organização não governamental, ao Poder Executivo de Nova Iguaçu, a possibilidade de se reabrir a instituição em apoio às atividades da escola, porém num viés diferenciado da alternância, mas que fosse voltada para as especificidades do campo.

Neste sentido foi idealizado um modelo de escola diferenciado, onde as questões sobre meio ambiente fizessem parte da estrutura pedagógica e do currículo dos alunos. Com isso, a Escola Municipal Família Agrícola Vale do Tinguá foi redenominada de Escola Municipal de Agroecologia³⁷ Vale do Tinguá, atual nome da unidade escolar³⁸. O objetivo neste momento não era o de resgatar a alternância, apesar de ter proporcionado uma transformação significativa na concepção pedagógica e humanística da comunidade por ser uma proposta diferenciada, contudo, mesmo sob forte influência da referida pedagogia, a finalidade passou a ser o desenvolvimento educacional, através do conceito da agroecologia como um processo de ensino/aprendizagem que valorizasse os sujeitos do campo.

Inspirados no período de apogeu da alternância a EMAUS e E. M. de Agroecologia Vale do Tinguá promoveram, junto a demais entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a própria Prefeitura Municipal da Cidade de Nova Iguaçu, uma série de atividades voltadas não só para o ensino, propriamente dito, como também para a realização de palestras, fóruns e seminários que tinham como pauta a Educação do Campo como base filosófica de ensino. Frente a este universo formativo foi desenvolvido o “Projeto Escola de Agroecologia Vale do Tinguá” que tinha como objetivos:

Tabela 5 – Projeto de agroecologia

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO ESCOLA DE AGROECOLOGIA VALE DO TINGUÁ
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver os conceitos, princípios e critérios da agroecologia, aplicados à produção vegetal e animal;
<ul style="list-style-type: none"> • Cultivar alimentos e plantas medicinais nas propriedades familiares e nas escolas com vistas à melhoria da qualidade da alimentação, tornando-a saudável;
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar o contato direto com a fauna e a flora da REBIO, conhecendo sua diversidade, usos e funções;
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e valorizar a origem e a estória da própria família, reconhecendo-a

³⁷A agroecologia foi definida por Altieri (1989), na primeira publicação mais sistemática sobre o tema, como as bases científicas para uma agricultura alternativa. Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. (Dicionário do Campo, 2012, p. 62).

³⁸No universo administrativo da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu o nome Agroecologia referente à escola consta como uma espécie de nome “fantasia”, pois nos documentos oficiais a instituição é denominada apenas de Escola Municipal Vale do Tinguá. Manter a alusão à agroecologia torna-se uma forma de resistência ao sistema educacional da prefeitura.

como base de vida, e integrá-la ao processo de ensino e aprendizagem;

- Cumprir a função social da Escola, colaborando com a melhoria das condições de vida no campo;

- Conhecer práticas de agroindustrialização e beneficiamento de produtos agroecológicos, assim como outras atividades de agregação de valor aos produtos e serviços agrários;

- Respeitar a natureza, considerando-se parte dela, buscando meios para a sua valorização e conservação, percebendo as diferentes formas de relação estabelecidas entre ser humano e natureza ao longo da história;

- Preparar o aluno e a aluna como agentes multiplicadores e incentivadores para a melhoria dos modos de vida no campo;

- Vivenciar a experimentação, dialogando e interagindo as capacidades individuais, trocando saberes da humanidade e de vida, estabelecendo relações pessoais e históricas com a vida social;

- Desenvolver o sentimento de companheirismo e solidariedade inerente à pessoa humana fortalecendo elos vivos de cooperação e responsabilidade;

- Respeitar e tratar com equidade as diferenças individuais, as dimensões de gênero, raça, etnia e geracional, contemplando todas as representações e contribuindo na formação da identidade do povo brasileiro;

- Respeitar e considerar os direitos e deveres relativos à vida humana, social e cultural, de forma íntegra e digna, localizando-se como membro da sociedade e sentindo-se também responsável por ela;

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer seu corpo, suas potencialidades, características particularidades, desenvolvendo a autoestima e habilidades físicas e mentais, além da disciplina, espírito de equipe, cooperação e solidariedade permitidos pela prática esportiva; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar fatos atuais e históricos no mundo, com a participação individual e coletiva no exercício das cidadanias, contribuindo, opinando e construindo ações de caráter social e histórico; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Participar e colaborar da criação de regras de convívio, percebendo a disciplina e o respeito à opinião e decisões coletivas, como uma forma de exercício de cidadania ativa e de democracia. |

Fonte: Tabela inspirada no estatuto do Projeto Escola de Agroecologia Vale do Tinguá.

Pelos objetivos do projeto, nota-se a influência não só dos conceitos da Pedagogia da Alternância, como também dos movimentos sociais que na primeira metade dos anos 2000 passou a ocupar diversos espaços, não só na luta pelo direito a terra, que incontestavelmente é relevante, todavia o campo acadêmico/escolar tornou-se também campo de afirmação, na medida em que os debates passaram a ser realizados nas trincheiras das secretarias estaduais, municipais e em âmbito federal.

Dentre as propostas chamam a atenção além das questões pessoais (corpo e prática esportiva), sociais (gênero e identidade), ambientais (natureza e cultivo), econômicas (agroindústria e agroecologia), histórica (família e escola), geográficas (Rebio e vegetação) entre outras, a preocupação com o universo do campo, independentemente da maneira empírica com quais os objetivos do projeto foram apresentados, compreende-se que a preocupação com o campo, bem como a sua valorização serviram de alicerce para sustentação da luta da Educação do Campo frente aos muros, aparentemente intransponíveis, dos órgãos estatais, neste caso as secretarias municipais de Nova Iguaçu. Assim, romper esta barreira, ideológica, através da resistência, significaria para o campo avançar na ocupação de mais um espaço, o espaço administrativo.

3.6 O Campo Ocupa a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu

“Será sua tarefa o resgate permanente da memória do MST, da luta dos pequenos agricultores, e da luta coletiva dos trabalhadores em nosso país e no mundo(...)”.(CALDAR, 2000, p. 38).

Ocupar os espaços nas esferas do poder público brasileiro não é, e nunca foi e nunca será tarefa fácil na história dos movimentos sociais, pois historicamente temos uma

constituição de poder no país estruturada na desigualdade em todos os aspectos. Por isso, cabe, no que diz respeito à Educação do Campo, aos movimentos sociais, junto à sociedade, a incumbência de mobilizar a luta da classe trabalhadora na busca pelo exercício de seus direitos.

Dentro desse contexto de disputas em diferentes espaços, a esfera política foi, em vários aspectos, favorável aos movimentos sociais, em especial ao do campo, durante a primeira década dos anos 2000. Ainda que, como abordado no primeiro capítulo, os debates sobre a Educação do Campo ganhassem *status* ao final dos anos 90, com a organização do Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a convergência política da esfera federal com a esfera municipal contribuiu para que as demandas dos movimentos sociais da terra obtivessem maior visibilidade em Nova Iguaçu. Obviamente que a presença da luta dos sujeitos do campo foi primordial para que as conquistas fossem surgindo com o passar dos anos, todavia a confluência entre o enfrentamento histórico e cotidiano dos movimentos e o cenário político concedeu brechas as quais permitiram com que as demandas sociais penetrassem na estrutura burocrática governamental do município a ponto de promover, no âmbito educacional, uma série de transformações dentro da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A SEMED, dentro da sua organicidade, passou a promover discussões sobre a Educação do Campo, com o objetivo de contemplar tais escolas que compunham a rede municipal, com a criação, ano de 2005, de uma equipe pedagógica que pensasse a estruturação da Educação do Campo para os referidos estabelecimentos de ensino. Como resultado foi elaborado e aprovado, no ano seguinte, o Projeto de Educação do Campo para a Formação Continuada de Educadores Municipais Rurais da Cidade de Nova Iguaçu, este projeto financiado pelo Ministério da Educação, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), teve como objetivo desenvolver planejamentos e trabalhos que tivessem como eixo principal a Pedagogia da Alternância e a Pedagogia da Terra³⁹. A ação contou com a participação, durante o período de seis meses, de todos os professores das escolas do campo do município os quais foram capacitados por colaboradores do MST, da CPT, do Instituto Ibelga e da própria Secretaria de Educação.

Os anos de 2007 e 2008 marcaram o início e implementação do Horário Integral no Campo e o Plano Municipal de Educação, o qual reconhecia a Educação do Campo como uma modalidade. Com isso, o horário integral foi institucionalizado em algumas unidades escolares com base nos valores agroecológicos, da agricultura familiar e humanistas a fim de promover na comunidade escolar o seu reconhecimento histórico. Idealizadas pelo MST e pela CPT, a proposta tinha como meta:

- Criar Coletivos Educadores de Meio Ambiente no Meio Rural;

³⁹ A Pedagogia da Terra, ou Ecopedagogia, entendida como movimento pedagógico, como abordagem curricular e como movimento social e político, representa um projeto alternativo global que tem por finalidades, por um lado, promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana e, por outro, a promoção de um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico. A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo. Uma cidadania planetária é, por essência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena, o que implica, também, a existência de uma democracia planetária. (GADOTTI, 2009).

- Contribuir na elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos que contemplassem a identidade do aluno do campo e alinhando as ações do Bairro Escola;
- Garantir a formação continuada dos (as) agentes educadores das escolas do campo;
- Oferecer aos Conselhos Escolares condições necessárias para atuar de forma mais efetiva e autônoma nas discussões sobre a Educação do Campo no município de Nova Iguaçu.

Estas metas tinham como objetivo garantir a sistematização da implementação da Educação do Campo em Nova Iguaçu, na medida em que foi adquirindo espaço dentro da secretaria de educação, bem como o reconhecimento destas instituições de ensino frente às demais escolas da rede. Como prova da importância da ocupação de espaço por parte dos movimentos sociais foi a presença de representantes, militantes, do MST e da CPT no quadro funcional da equipe pedagógica da SEMED responsável pela Educação do Campo. Esta abertura política aos movimentos sociais foi de grande valia, pois serviu para estreitar o distanciamento entre os saberes do campo, representados pelas escolas, saberes acadêmicos representados pela universidade e demais entidades e os saberes burocráticos, representados pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu. Como resultado, o município aderiu, em 2009, ao Programa Escola Ativa⁴⁰, o qual possibilitou a aproximação, através da capacitação profissional e a reflexão sobre os debates referentes à Educação do Campo, dos pesquisadores da UFRRJ e de outras instituições com profissionais das escolas, promovendo a troca entre os saberes cotidianos dos professores que atuavam no chão da escola com saberes científicos da academia.

Outro resultado dessa participação dos movimentos sociais dentro da secretaria de educação foi à organização de seminários com o objetivo de discutir questões que envolvessem o universo da Educação do Campo. Na efervescência dos debates sobre o campo, em 2010, foi organizado o Seminário Discutindo Território Rural em Nova Iguaçu, que contou com a participação de todas as doze escolas do campo do município, a UFRRJ, a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), o MST, a CPT, a EMFRAS, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) e demais organizações da sociedade civil. Na ocasião foram discutidas diversas questões sobre a Educação do Campo (Programas, Diretrizes Operacionais e legislações) as quais culminaram, ao final do evento, na institucionalização do Fórum Permanente de Educação do Campo, que tinha como objetivo a articulação, junto aos movimentos sociais, da proposição de políticas públicas que garantissem o respeito ao campo, suas especificidades, bem como suas histórias. O esforço da sementeira realizada pelos agentes do campo, no universo da prefeitura, desde 2005, frutificou, em 2011, com a realização do III Seminário de Educação do Campo de Nova Iguaçu e a rearticulação do Fórum Municipal de Educação do Campo. Mais uma vez contando com a parceria dos movimentos sociais, da UFRRJ, dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC), da Prefeitura Municipal e de entidades da sociedade civil, o seminário propunha o aprofundamento sobre as questões acerca da Educação do Campo na cidade iguaçuana através da análise das políticas públicas, das práticas pedagógicas, das realidades das escolas e do cotidiano das comunidades escolares. Em paralelo a essas

⁴⁰ O Programa Escola Ativa foi elaborado pelo Governo Federal e propunha uma série de estratégias metodológicas voltadas para a gestão de classes multisseriadas, no intuito de aumentar a qualidade do ensino nestes espaços. Em Nova Iguaçu este programa foi implementado a partir do ano de 2009, em algumas unidades das escolas do campo (E. M. Barão de Guandu, E. M. Campo Alegre, E. M. Jardim Montevideu, E. M. Vale do Tinguá e E. M. Visconde de Itaboraí), em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

atividades a E. M. de Agroecologia Vale do Tinguá promoveu algumas ações no intuito de subsidiar as questões concernentes ao desenvolvimento dos conhecimentos do campo, além de tratar tais questões em seu PPP os representantes da escola realizaram, no mesmo ano, a Semana de Agroecologia e Zootecnia na Escola de Agroecologia Vale do Tinguá. Em consonância com os debates do seminário, tinha como pauta propor a prática de técnicas que contribuíssem para o desenvolvimento agrícola dos moradores de Tinguá num viés agroecológico.



Figura 20 – Seminários

Fonte: material gentilmente cedido por Patrícia Tortelote⁴¹.

A organização dos seminários e fóruns, incontestavelmente, foi o resultado de todo o processo de luta encetado, a partir dos anos de 2005, pela conjunção dos esforços dos diferentes atores da sociedade civil, órgãos e instituições públicas, bem como da histórica luta dos movimentos sociais. Os debates e os folhetos, através dos logotipos, comprovam as diversas parcerias que foram estabelecidas, durante este recorte temporal, objetivando, além da rememoração e da valorização dos saberes dos sujeitos do campo, a permanência desse conhecimento frente aos interesses hegemônicos do grande capital. Diante desta conexão de fatos, mais uma ação foi concebida em favor da Educação do Campo de Nova Iguaçu, em 2012, foi oferecido aos professores das escolas do campo da rede municipal uma capacitação através do I Curso de Extensão em Educação do Campo. Em parceria com a UFRRJ/LEC e movimentos sociais do campo, o curso teve como proposta o fortalecimento político mediante a articulação dos profissionais das escolas do campo da rede municipal de ensino. Compromisso firmado no Fórum Municipal da Educação do Campo, através da realização de curso de formação continuada. Entre as principais abordagens da formação destacaram-se: o fortalecimento da identidade das escolas do campo, os saberes da agroecologia, a história das

⁴¹ Professora da rede municipal de educação foi responsável, junto à secretaria de educação, pelo acompanhamento dos debates entorno das escolas do campo e da Educação do Campo em Nova Iguaçu.

escolas do campo e lutas pela terra, o aprofundamento da parceria entre as Unidades Escolares do campo da rede municipal, a importância da Licenciatura em Educação do Campo/UFRRJ e dos movimentos sociais do campo, o incentivo a troca de experiência entre as referidas escolas (favorecendo o aprofundamento das práticas das pesquisas em torno das realidades locais), a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos pautados numa educação contextualizada do campo, a socialização e construção de materiais didáticos específicos e adequados às realidades das escolas e o estímulo à autoria coletiva a partir de atividades compartilhadas com as comunidades escolares.

Inegavelmente, os avanços conquistados até o presente momento contribuíram com o fortalecimento tanto das escolas do campo quanto para a própria Educação do Campo em Nova Iguaçu. Porém os ventos que trouxeram um novo rumo direcionando o campo, na personificação dos movimentos sociais, para dentro dos corredores do sistema administrativo do órgão executivo responsável pelos rumos educacionais do sistema educacional iguaçuano, mudaram de direcionamento a partir do ano de 2012 com a transição política. A sucessão de prefeitos promoveu uma mudança de cargos dificultando a continuidade de todo trabalho até então desenvolvido, na medida em que a candidatura eleita posicionava-se, ideologicamente, em oposição às demandas dos movimentos sociais, sendo assim inadmissível o mesmo permanecer presente na secretaria de educação ou em qualquer outro espaço do executivo.

“(...) em 2012 na mudança de gestão, nós entramos em outra gestão que não nos trouxe muita abertura para proposta de educação do campo, para proposta de construções coletivas, antes tínhamos um diálogo aberto com MST, CPT, com SEPE essa relação foi fragilizada na mudança de gestão, ficou restrito a educação do campo. Ficou restrito a secretaria de educação. A Universidade Federal Rural que nunca nos abandonou e sempre esteve conosco e a CPT (...) que continuou na caminhada, fragilizou bastante, foram quatro anos em que a educação do campo no município, ficou bem fragilizada no sentido de construções coletivas, de participação na construção do plano municipal de educação, na continuidade da adaptação das diretrizes curriculares do campo, isso tudo ficou paralisado, o fórum se dissolveu”. (Patrícia Tortelote, 2017).

Os novos rumos tomados pela vigente gestão da prefeitura, como descrito, paralisaram diversas atividades que foram realizadas até o momento como o Fórum Permanente de Educação do Campo e as discussões do Plano Municipal de Educação. Os diversos seguimentos sociais que estiveram unidos em torno da busca pela afirmação da Educação do Campo nas escolas da área rural de Nova Iguaçu foram obrigados a reorganizar as suas ações, as quais, mesmo restritas, mantiveram-se, e ainda mantêm-se, resilientes, resistindo por meio da militância de seus sujeitos. Mesmo perdendo espaço dentro da secretaria municipal de educação, a Educação do Campo conseguiu enraizar-se no próprio campo e para além do mesmo ocupando os territórios acadêmicos, escolares, confessionais, econômicos e, fortuitamente, político do município. A maior integração entre as escolas tornou-se um fator relevante, pois instituições anteriormente geridas de forma isolacionista conferiram-se, dentro das suas especificidades, neste período, em instituições convergentes tendo como base metodológica a Educação do Campo. Para isso, a busca por suas memórias através de uma construção coletiva desempenhou um papel fundamental para que as escolas do campo permanecessem resistindo aos currículos padronizadores da educação formal, os quais vilipendiam os saberes tradicionais do campo.

3.7 O Vale da Memória

Conforme a memória coletiva foi adquirindo *status* de poder, ao passo em que a humanidade desenvolvia-se, o seu controle passou a ser objeto de disputa, uma vez que, quanto maior o seu acúmulo, na mesma proporção era o poder exercido pelos que a possuíam sobre aqueles que não a possuíam ou a tinham em menor medida. Esta espécie de monumento exerce sobre as sociedades algumas funções como o de conservar informações, instituindo locais de armazenamento da memória, ou instituições poder, eram eles: os arquivos, as bibliotecas e os museus. (LE GOFF, 2003). Seguindo as reflexões do autor, percebe-se que a rememoração instigou nas sociedades um anseio por sua busca e seu controle em diferentes espaços, sendo necessário, na medida do possível, interpretá-la e/ou reinterpretá-la. Para isso, o desenvolvimento de dispositivos e métodos que pudessem armazenar, como forma de controle ou disputa, e propagar, como forma de condução ou resistência, caracterizou a formação dos grupos sociais.

As escolas seguem o mesmo princípio, pois, como instituições, estabelecem e desenvolvem maneiras de “controlar” a memória a partir da perspectiva de seus sujeitos conforme a temporalidade. Seguindo esta lógica, a Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá, reúne em seu espaço físico incontáveis monumentos mnemônicos. Entretanto o que chama a atenção dos visitantes são os vários painéis pintados nas paredes da unidade escolar que retratam a maneira como os seus sujeitos interpretaram, ou melhor, rememoraram a parte da história iguaçuana. As gravuras fazem referência a diversos momentos históricos que remetem aos fatos históricos da formação da cidade de Nova Iguaçu, destacando o período Colonial (século XVI) e o período Imperial (século XIX).

No mesmo fio condutor de ideias, a interação da escola com a Reserva do Tinguá é, incontestavelmente, característico e fundamental, não apenas pelo fato de carregar no próprio nome os vocábulos “Vale” e “Tinguá”, todavia carregam também uma espécie de simbiose que fundem, peculiarmente, a história da escola com a Paisagem Geográfica da Reserva Biológica do Tinguá, demonstrando a dimensionalidade da compreensão deste lugar. (MAXIMINIANO, 2004).



Figura 21 – Painel cotidiano indígena
Fonte: GUIMARÃES (2018)

O painel artístico localizado no pátio interno do colégio ilustra, de acordo com o imaginário, o cotidiano dos povos indígenas, provavelmente de origem Tupi-Guarani, que viviam na região. Ao fundo da pintura visualiza-se a imponência do maciço da Serra do Tinguá, como visto mais acima formado pela espécie de rocha conhecida como tinguaito possuía uma fisionomia pontiaguda, com aparência de nariz, assim o nome Tinguá, derivado da língua indígena. Segundo Peres (2004) a família Tupi ou Tupi-Guarani compreendia mais de uma centena de vertentes linguísticas espalhadas pelo Brasil. Na região da Guanabara, atual área da cidade do Rio de Janeiro, estes vestígios linguísticos são encontrados em diversos nomes usualmente falados e escritos como: Guanabara (baía semelhante a um rio), Niterói (baía sinuosa) e no caso da pesquisa Iguazu (rio grande). Esses fatores demonstram a presença indígena como parte integrante e fundamental para a nossa cultura, bem como a maneira com a qual interagiam com o meio nomeando o seu universo de convívio a partir das suas realidades. Numa alusão a escola, o observador, por associação, tem a possibilidade de refletir sobre a presença da aldeia ao centro da arte, a qual, na imaginação do artista, por localizar-se no coração do vale serviu como fonte de inspiração para o nome da escola “Vale do Tinguá”.

Outro espaço bastante frequentado por toda a comunidade escolar é o refeitório. Lugar marcante não apenas por ser um ambiente voltado para a realização das refeições ele também configura-se numa área de convívio e socialização. Na E. M. de Agroecologia Vale do Tinguá tal espaço assume um papel historicocultural através de painéis pintados nas paredes e que circundam todo o local direcionado à alimentação. Tomar assento no refeitório não significa apenas alimentar-se, de fato ação de suma importância, todavia significa também refletir sobre parte da história de Nova Iguaçu.



Figura 22 – Painel fazenda são Bernardino de Mello (I)

Fonte: Acervo próprio.

A ilustração faz referência, idealizada, da Fazenda São Bernardino⁴². Ao centro destacam-se a Casa Grande, morada da família do latifundiário, comerciante e escravocrata

⁴² Vide capítulo 2. (p. 59-61).

Bernardino José de Souza e Mello. Um pouco mais abaixo, a senzala onde os escravizados eram abrigados. Nas extremidades as áreas voltadas para o cultivo, com a presença do trabalhador negro. Cabe ressaltar que atualmente as ruínas da fazenda fazem parte do Sítio Arqueológico do Município de Nova Iguaçu e que marcou também tanto um momento de apogeu econômico, por conta da pujança da produção das lavouras cafeeiras, em maior escala, e de cana de açúcar em menor escala, do século XIX, quanto, e, principalmente, nefasta, por conta do opressor emprego do trabalho compulsório aos africanos e seus descendentes. É instigante perceber, assim como no painel anterior, a preocupação do artista de manter uma relação com a paisagem, pois ao fundo da imagem visualiza-se a serra margeando a área da fazenda. Evidentemente, encontra-se na gravura a preocupação artística e da comunidade escolar em demonstrar a relação das ações cotidianas com o ambiente ao revelar a variedade de elementos naturais e culturais que representam o conjunto de símbolos expressos na memória da localidade. (COSTA, 2008).



Figura 23 – Painel fazenda São Bernardino de Mello (II)

Fonte: Acervo próprio.

Seguindo a mesma lógica, o painel acima apresenta a continuidade da área da fazenda. Segundo as características, trata-se de um engenho de cana de açúcar, em que percebe-se a presença de uma lavoura ao fundo, um engenho de beneficiamento da cana ao centro, um pequeno engenho de farinha na parte inferior à direita, uma grande quantidade de trabalhadores escravizados realizando as atividades e animais que eram utilizados no emprego do trabalho como força motriz. Alberto (2004, p. 103) descreve a fazenda da seguinte maneira:

A fazenda compõe-se de uma casa grande construída sobre um promontório que denomina a região e de uma senzala, em nível inferior e jun à estrada de acesso que se estende até Tinguá. Na topografia local destaca-se um renque de palmeiras imperiais que marcava a ligação entre este conjunto e a estação de estrada de ferro. À época da sua construção não havia a referida estrada (federal); além da senzala, existiam dois engenhos de açúcar e aguardente e de farinha (de mandioca), além de cavalaria, garagem (para carruagem), tulhas e, quanto à senzala, dividida em 3 setores: 2 para escravos não rebeldes e um espaço (senzala propriamente dita), para

escravos rebeldes com grades nas janelas e portas, troncos, viramundos, gargalheiras e golinhas e receptivos grilhões.

A riqueza de detalhes da descrição corresponde, em parte, com as características representadas nas gravuras do refeitório. Os desenhos personificam, o imaginário descrito pelos livros ou pela fala dos próprios moradores da região através da memória. Neste ambiente evidencia-se a proposta de valorizar a história local ao transformar este espaço num monumento ou arquivo mnemônico.

Alberto (2004) descreve também a questão tecnológica que marcou a transição do século XIX para o século XX, neste contexto as ferrovias tiveram grande destaque no Brasil e no mundo capitalista industrial. Não obstante, o cotidiano iguaçuano foi acometido pelo considerado “progresso” da época. Além da Ferrovia Dom Pedro II⁴³ destacou-se também a Estrada de Ferro Rio do Ouro (Rio D’ouro)⁴⁴, inicialmente projetada para abastecer de água a capital, posteriormente foi posta para o transporte de passageiros tendo, entre as várias estações, a parada da estação de Tinguá.



Figura 24 – Painel estação de Tinguá

Fonte: Acervo próprio.

O painel posicionado na área externa na escola ilustra a antiga estação. Apesar do ramal de Tinguá ter sido aberto em 1883, o prédio da parada de trem foi concluído em 1917, sendo desativada em 1964. À esquerda tem-se o prédio principal do pouso ferroviário, à

⁴³ Vide capítulo 2 (p. 62-64).

⁴⁴ Também conhecida como a Ferrovia das Águas, Estrada de Ferro Rio D'Ouro começou a ser construída em 1876, para o transporte dos tubos de ferro e demais materiais, que completaram as obras de construção das redes de abastecimento d'água à Cidade do Rio de Janeiro. Somente em 1883, em caráter provisório, começaram a circular os primeiros trens de passageiros que partiam do Caju em direção à represa Rio D'Ouro. A Baixada Fluminense seria mais tarde dividida em três sub-ramais: Ramal de São Pedro, hoje Jaceruba; ramal de Tinguá, que se iniciava em Cava (Estação José Bulhões); e o ramal de Xerém, partindo do Brejo, hoje Belford Roxo. (PERES 2014, p.125)

direita encontra-se a composição, no estilo das “marias-fumaças” do século XIX e um pouco acima a antiga caixa d’água, que abastecia os imóveis próximos a estação. Mais uma vez destaca-se a presença da serra do Tinguá na gravura, característica comum com os demais painéis, ratifica a preocupação da comunidade escolar e dos sujeitos do campo com o meio em que vivem, demonstrando como o meio foi transformando-se de acordo com a temporalidade. Dentro desse sentido, a paisagem geográfica do vale do Tinguá e a memória da sua comunidade refletem os saberes da escola justificado através da expressão artística das pinturas as quais constituem-se em monumentos mnemônicos e culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se formos a fundo nos complexos estudos da memória iremos notar que ela se constitui de substanciais articulações, que de forma embrionária vão se fundindo numa simbiose de acontecimentos, quanto mais nos aprofundamos mais detalhes e configurações constataremos. Em alusão às ciências biológicas, onde encontramos partículas cada vez menores e complexas, os estudos das ciências sociais, no que diz respeito à memória, seguem a mesma linha de raciocínio, pois ao ponto em que aprofundamos nossas pesquisas na tentativa de ouvir as vozes que foram silenciadas, buscamos, na medida do possível, encontrar tais partículas, bem como a compreensão das suas complexidades.

Assim, a presente dissertação teve como objetivo estabelecer uma busca mnemônico da Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá através da história oral, realizadas com alguns sujeitos que fizeram parte da sua construção histórica, da análise documental, referente à instituição, bem como a escola em si, pois como analisamos, o próprio conjunto arquitetônico do espaço educacional confere-se numa viagem ao passado das narrativas da cidade de Nova Iguaçu, visto através da quantidade de painéis que buscam remontar tal historicidade.

Por ter nascido dos anseios de pessoas envolvidas com a comunidade, a unidade escolar sempre possuiu uma relação afetiva extremamente próxima aos moradores e agricultores, fazendo assim do “Vale” do Tinguá não apenas uma área de localização, todavia num local de desenvolvimento cultural. Assim, a reflexão desta Paisagem Geográfica logrou uma grande valia no sentido de se compreender a relação da escola e seus sujeitos com o meio em que vivem.

O estudo da Memória, em consonância aos conceitos da Paisagem Geográfica, permitiu não apenas o aprofundamento da rememoração da (escola) Vale do Tinguá, tais conceitos permitiram também reinterpretarmos uma parte da história de Nova Iguaçu e o entrelace dela com a história da luta dos agricultores pelo direito a terra e uma educação de qualidade que fizesse sentido ao atendimento de seus anseios e que valorizasse os seus saberes.

Foi neste universo que a memória e a paisagem encontraram-se com o conceito da Educação do Campo, pois como analisamos no decorrer da pesquisa, a metodologia surgiu através da luta dos diversos sujeitos do campo na busca por espaço de saberes como forma de resistência. Resistência esta encontrada na história do objeto desta pesquisa, na medida em que desde a sua construção até os dias atuais, se mantém, junto com os seus diversos atores, sobrevivente frente às investidas de um sistema educacional que prioriza a padronização curricular em detrimento da valorização da pluralidade de conhecimentos.

Valorizar os saberes tradicionais populares da classe oprimida, numa visão freiriana, é oportunizar aos sujeitos, que estão, e são, marginalizados pelo sistema capitalista hegemônico de poder, o direito de acesso ao sistema educacional que tenha como foco a realidade desses

indivíduos, devendo ser enaltecidas as suas culturas, respeitadas as suas especificidades ao ponto de proporcionar, assim, o seu desenvolvimento.

Com isso, a Educação do Campo, além de se constituir num universo imensurável de sabedorias, dentro da área das Ciências Sociais, reflete também toda a resistência da luta, numa visão marxista, da classe oprimida contra o sistema opressor. Cabendo, aos pesquisadores que militam em favor dos oprimidos desenvolver, incansavelmente, pesquisas que possam subsidiar o aparelhamento da referida classe, num viés acadêmico-prático. No caso do campo, os cientistas, junto aos próprios atores, devem direcionar seus esforços num sentido de buscar possibilidades de penetração dessas sabedorias nos múltiplos espaços (políticos, econômicos, social, culturais etc.) almejando assim a sua ocupação e, principalmente, a sua manutenção.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENTEJANO P. R. **A Evolução do Espaço Agrário Fluminense**. Rio de Janeiro: GEOgraphia, ano 7, nº 13, 2005.

ARROYO, M. & FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo: Coleção Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, nº 2, 1999.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Formação da Sociedade Rural e seus Reflexos no Desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES, 2011.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves. **A Vila de Iguaçú**. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004. (p. 96-108).

BENJAMIN, Cesar & CALDART, Roseli Salete. **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília: Coleção por uma Educação do Campo, nº 3. 2000.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o Conceito de História**. In: **Magia e Técnica; Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEGNAMI, João Batista. **Uma Geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil**. In: **UNEFAB – Documentos Pedagógicos**. Distrito Federal: Cidade Gráfica e Editora Ltda, 2004.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global: um esboço metodológico**., São Paulo: Revista IGEOG/USP, n. 13, 1971.

BOURSCHEID, S. A. **Plano de Manejo Reserva Biológica de Tinguá**. Rio de Janeiro: Engenharia e Meio Ambiente, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**. Documento orientador. Brasília, 2013.

_____, Ministério da Educação (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE GEOGRAFIA**, Brasília: MEC, 1998 a.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **A Luta Camponesa e a Repressão Durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964 -1985)**. Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015. Semestral. Disponível em <habitus.ifcs.ufrj.br>.

CALDART, Roseli Salette [et. AL]. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Marília Lopes de, LOBO, Taís. **Educação, Cinema, Movimentos Sociais e Povos do Campo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista Teias, v. 17, nº 47, 2016. (p. 65-83).

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural no Brasil**. In: **BARTHE-DELOIZY, F & SERPA, A. Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA, Edições L'Harmattan, 2012. (p. 11-25).

_____, **Geografia Cultural: um balanço**. Londrina: Revista Geografia, v. 20, nº 3, 2011. (p 5-24).

_____, **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

COSTA, Otávio. **Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares**. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura-UERJ. 1993-2008.

DIAS, Amália. **Entre Laranjas e Letras: processo de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet - Faperj, 2014.

FERREIRA, F. J. S. **Lazer, meio ambiente e a (in)sustentabilidade : o caso da área de proteção ambiental do Tinguá - Baixada Fluminense, RJ**. Belo Horizonte. Dissertação (mestrado), UFMG, 2013.

FORTE, J. M. M. **Memórias da Fundação de Iguassu**. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Comercio, 1933.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 25ª Ed. 2002.

_____, **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade**. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 6, n. 6, oct. 2009. ISSN 1646-401X. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/842>>. Acesso em: 28 out. 2018.

GALLERY, Coppermine. **Acervo de Fotos da Baixada Fluminense**. Disponível em: <http://cemobafluminense.com.br/Fotos/displayimage.php?album=1&pid=93#top_display_media>. Acesso em: 20/02/18.

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs/ Jean-Claude Gimonet; tradução de Thierry de Burghgrave**. Petrópolis - RJ: Vozes, Paris: AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007.

GRYNSZPAN, M. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro: 1950-1964**. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GUIMARÃES, I. O. **A Escola Municipal Vale do Tinguá: sua história e relação com a educação ambiental**. Nova Iguaçu – RJ: (Monografia), UFRRJ, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História de Nova Iguaçu**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/historico>>. Acesso em: 15/02/18.

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR. **Repositório**. UFRRJ. Disponível em: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/1496>>. Acesso em: 07/01/18.

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR. **Repositório**. UFRRJ. Disponível em: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2633>>. Acesso em: 30/01/18.

JORNAL O GLOBO. **Dom Adriano Hypólito**. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacu-sequestrado-torturado-em-76-20160361>>. Acesso em 28/10/18.

JORNAL DE HOJE. **Fazenda São Bernardino de Mello**. Disponível em: <<http://jornalhoje.inf.br/wp/?s=fazenda+s%C3%A3o+bernardino>>. Acesso em: 12/01/18.

LAZZARI, Francini Meneghini & SOUZA, Andressa Silva. **Revolução Verde: Impactos sobre os Conhecimentos Tradicionais**. Rio Grande do Sul. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LINGUEE, Dicionário. **Packing House**. Disponível em: <<https://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/packing+house.html>>. Acesso em: 05/01/2018.

LOPES, W. de M. **A Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos: um tribunal de antigo regime na Corte de Dom João (1808-1821)**. Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF, 2009.

LOWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história**, São Paulo: Boitempo, 2005.

MAIA, Aline Borghoff. **Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência. In: Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2015.

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o Conceito de Paisagem**. Curitiba: Revista RA'E GA, Editora UFPR, nº 8, 2004. (p. 83-91).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Zoneamento Territorial**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>>. Acesso em 30/ 05/18.

MOBILIDADE FLUMINENSE. **História da Baixada Fluminense**. Disponível em: <https://www.mobilidadefluminense.com.br/2018/05/Municipio-de-Estrela.html?m=1>. Acesso em: 30/02/18.

MOLINA, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, MDA, 2006.

NIMA. **Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente Educação Ambiental: formação de valores étnico-ambientais para o exercício da cidadania no Município de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

NOSELLA, Paolo. **Educação do Campo: origens da pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória-ES: EDUFES, 2012.

OLIVEIRA, E. **Da Teoria à Prática: um estudo sobre o Projeto Profissional Jovem da Escola Família Agrícola de Jaguaré - Espírito Santo**. Seropédica – RJ: Dissertação (Mestrado), UFRRJ, 2018.

OLIVEIRA. Sirlene Brum. **Projeto de Vida e Trabalho dos Jovens no Contexto das Novas Ruralidades: o caso dos estudantes da EFA de Tinguá/RJ**. Viçosa-MG: Dissertação (Mestrado), UFV, 2006.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

PERES, Guilherme. **A Chegada do Homem Branco e a Dizimação Indígena. In: Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti. IPAHB Editora, 2004. (p. 14-17).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. **Diário Oficial**. Disponível em: <<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade>>. Acesso em: 14/09/18.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, nº3, 1989. (p. 3-15).

REVERSO, Dicionário. **Landschaft**. Disponível em: <<https://dicionario.reverso.net/alemao-portugues/Landschaft>>. Acesso em 28/05/18.

RICARDO, Henriques [et. al]. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Ministério da Educação. 2007.

RICCI, RUDÁ. **Esboço de uma nova concepção de educação no meio rural brasileiro**. 1999, mimeo.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz & BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. **A Educação do Campo e seus Aspectos Legais**. CURITIBA- PR EDUCERE, 2017. (p. 1373-1387).

SANTOS, Paulo Roberto. **Imagens Nova Iguaçu: fotografias Paulo Santos**. Rio de Janeiro: CTR / HAZTEC, 2011.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **Histórico da Educação do Campo no Brasil**. In: **II Seminário de Pesquisa em Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: UFSC, volume 1, 2011. (p. 1-14).

SAUER, O. **A Morfologia da Paisagem**. In: **CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.)**. Paisagem tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia**. Curitiba: Revista RA'E GA, Editora UFPR, nº 7, 2003. (p. 79-85).

SILVA, Lourdes Helena. **As experiências de Formação de Jovens do Campo: alternância ou alternâncias**. Viçosa-MG: UFV, 2003.

SIMÕES, Manoel R. **A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita – RJ: Editora Entorno, 2007.

SOUZA, S. M. **A Memória dos Laranjais na Cidade dos Loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970**. In: **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004. (p. 138-147).

TORRES, Gênesis. **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti – RJ: IPAHB Editora, 2004.

6 ANEXO

ANEXO 1: Ata de presença do dia da defesa da dissertação

Abaixo encontra-se a Ata com a listagem de presença do dia 20 (vinte) de dezembro, data em que foi realizada a defesa da dissertação na Escola Municipal de Agroecologia Vale do Tinguá, município de Nova Iguaçu.

- Defesa de Clodoaldo Ferreira de Oliveira do Sacramento
Tinguá em 20/12/2018
- 01 - Leandro dos Santos
 - 02 - Adriana Silva Lemos
 - 03 - Daniel Lopes dos Santos Guimarães
 - 04 - Jucara Reme de Figueiredo
 - 05 - Marcelo do Sacramento O. da Lameira
 - 06 - Adriano Gonçalves de Souza
 - 07 - Ivonete da Silva Rosa
 - 08 - Maracido Sacramento Figueiredo
 - 09 - Vanusa Alves de Paula
 - 10 - Renato dos Santos Gomes
 - 11 - Adalgisa Ferreira
 - 12 - Dileira U. de S. J. de Oliveira
 - 13 - Teiana Furtado dos Anjos
 - 14 - José Henrique dos Anjos Macedo
 - 15 - Alexandre de S.
 - 16 - João Pedro dos Anjos Macedo
 - 17 - Marcos André Dias Cruz
 - 18 - Maurício Montojos
 - 19 - Fátima do Sacramento Florenço da Conceição de Oliveira
 - 20 - Suzannah
 - 21 - Pedro Alê Santos Macedo
 - 22 - Jossica Geraldo Santos
 - 23 - Juliana Marinho
 - 24 - Elizabeth Cristina Ramos Loureiro
 - 25 - Clodoaldo Ferreira de Oliveira do Sacramento